



Trilhos

MEMÓRIAS.
POR VEZES,
QUASE UM DIÁRIO.

Luís Valente de Oliveira

VOLUME

12

12

ÍNDICE

VOLUME
12

CAPÍTULO XL
O ÚLTIMO REGRESSO AO PORTO
— 5 —

CAPÍTULO XLI
A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO PORTO
— 9 —

CAPÍTULO XLII
AS AUTO-ESTRADAS DO MAR
— 17 —

CAPÍTULO XLIII
AS VIAGENS
— 29 —

CAPÍTULO XLIV
A BIBLIOFILIA
— 39 —

CAPÍTULO XLV
A MINHA ACTIVIDADE COMO EDITOR
— 47 —

CAPÍTULO XLVI
COMEMORAÇÕES, EVOCAÇÕES, EXPOSIÇÕES E CONFERÊNCIAS
— 57 —

CAPÍTULO XLVII
ALGUMAS PESSOAS NOTÁVEIS QUE CONHECI
— 71 —

CAPÍTULO XLVIII
GENTE SEM A QUAL EU PASSO BEM
— 93 —

CAPÍTULO XLIX
CONTRARIEDADES E INSUCESSOS
— 111 —

CODA

– 119 –

POSFÁCIO

– 131 –

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

– 0161 –

ÍNDICE ONOMÁSTICO

– 165 –

ÚLTIMA NOTA

– 185 –

AGRADECIMENTOS

– 187 –

DEPOIMENTO

– 189 –

PLANO GERAL DA OBRA

– 196 –

CAPÍTULO XL

O ÚLTIMO REGRESSO AO PORTO

Ao fim da tarde do dia 5 de Abril de 2003 tomei o comboio e regressei ao Porto. Na semana seguinte, retomei o meu trabalho na Associação Empresarial de Portugal (AEP), ocupando-me dos sectores que me eram familiares: o movimento associativo, a representação externa, especialmente com a Galiza com cujas instituições assegurei uma relação muito próxima, o ambiente, a inovação, a formação avançada e a coordenação de estudos diversos. Como já disse, noutro lado, tratava-se de uma actividade que me fazia estar em contacto permanente com a vida económica da Região e do País e conhecer os seus principais intérpretes. Por isso, eu considerava um privilégio poder colaborar em tudo isso.

Entretanto, fui convidado para integrar a administração da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento. De algumas actividades então desenvolvidas darei conta nos capítulos seguintes. Gostei do que fiz. O presidente da Fundação era, nessa altura, o Doutor Rui Machete com quem sempre me entendi bem. A Fundação não dispunha de muitos meios, mas conseguia-se um bom rendimento do capital fundacional que não foi acrescido como havia sido prometido. Isso permitia conduzir alguns projectos e assegurar umas tantas bolsas; a cooperação com universidades americanas era de regra, tendo-se lançado muitas iniciativas interessantes que permitiram caracterizar melhor o País e apoiar estudos ou acções que contribuíram para o seu desenvolvimento.

Recordo-me de um ciclo coordenado por mim, inteiramente orientado para as questões de segurança, nomeadamente em relação aos riscos sísmicos que corremos, num seminário que envolveu numerosos responsáveis tivemos o concurso de especialistas internacionais turcos, gregos e italianos que, juntamente com alguns portugueses abordaram aspectos práticos a que se deveria dar atenção.

Foi nesse quadro que foi publicada uma série relativa ao Terramoto de 1755 a que, adiante, farei referência. Tenho grandes recordações das intervenções que, então, ouvi e, também, da qualidade dos académicos portugueses que intervieram. E não me esqueço da exposição de um técnico turco que sucedia ser o responsável pela conservação da Basílica de Santa Sofia, em Istambul. Este referiu que a protecção contra os efeitos de um sismo está assegurada, entre outras coisas, por um sistema de cabos sujeitos a um esforço devidamente calibrado. De modo que, já depois de ouvir a sua prelecção, fui a esse local e tentei descortinar os ditos cabos; à distância não se dá por nada, mas para mim, que considero aquele espaço a mais notável construção que conheço, é bom saber que ele é objecto de estudo e protecção permanentes.

Depois de deixar o conselho de administração ainda fiquei uns anos no conselho geral da Fundação, que começou a ser objecto de cobiça política, apesar de os seus meios não serem muitos. Havia alguns candidatos a mandar e outros que pretendiam servir-se do “penacho” para verem concretizadas propostas de estudos com que tinham sonhado pessoalmente.

Gostei do tempo em que tive responsabilidades na Fundação, mas tudo tem o seu fim. Não fiquei com sentimentos amargos, mas também não tenho grandes recordações da última fase em que lá estive; vi de perto como se é capaz de lutar aguerridamente por causas pequenas e muito pessoais.

Em vários outros momentos, solicitaram a minha colaboração em várias fundações. Tive sempre gosto em colaborar; os fundadores e os que os rodeavam entregavam-se com empenhamento à realização das suas tarefas. Em tantas instituições dessas em que estive, em determinado momento, convidaram-me para integrar o Conselho Consultivo das Fundações que funcionava na Presidência do Conselho de Ministros; os casos que nos eram submetidos para dar parecer revelavam-se sempre “bicudos”... Mas eu procurei corresponder.

Quando a lei o impôs, deixei de trabalhar na AEP, mas continuei a desenvolver actividade em numerosas instituições, particularmente em fundações. Tive a sorte de ter uma vida muito activa e de procurar responder a numerosos desafios diversificados. Por isso fui acumulando uma experiência que, algumas vezes, é útil. Fico contente quando posso mobilizá-la. A última coisa que me apetece é

ficar quieto, em casa, à espera que chova!... Embora nunca tivesse sido nenhum “manda-chuva”, não gosto de ser esquecido. Mas quem tem que se fazer lembrado somos nós! Por isso sou voluntário para as muitas solicitações que têm a generosidade de me fazer.



CAPÍTULO XLI

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO PORTO

Os três programas eleitorais do Rui Rio, como candidato à Câmara Municipal do Porto, foram coordenados por mim: em 2001, 2005 e 2009.

Eu gosto de fazer este género de tarefas. Faço-as sempre em trabalho de grupo e com gente que sabe dos problemas e das potenciais soluções, nos diversos sectores, de modo que as reuniões são sempre estimulantes. Aprendo sempre muito. O meu trabalho foi animar a discussão nos diversos sub-grupos constituídos e propor linhas de orientação para a acção que pudessem ser vazadas num programa eleitoral. O mais difícil é levar os responsáveis de cada um a confinarem-se à “estreita regra” de duas ou três páginas por tema. Se eu fosse aceitar tudo o que me era entregue, o programa teria 300 ou 400 páginas, não devendo ter mais do que vinte ou trinta. É certo que só muito poucos eleitores leem o programa. E serão menos ainda aqueles que votam num partido, porque cotejaram uma dada proposta eleitoral com a de outros e tomaram uma decisão racional, face ao que leram e sopesaram.

Se há domínio em que é a emoção a influenciar a decisão, ele é, seguramente, o partidário. Em Portugal, conta, acima de tudo, o perfil do candidato principal e a sua capacidade para convencer e entusiasmar os eleitores. É o “carisma” que mais importa!

É evidente que nós tomámos a tarefa de preparar os programas eleitorais o mais a sério que nos era possível. E das três vezes, eles ficaram muito decentes.

Nas reuniões em que se ouvem os diversos depoentes e especialistas, encontra-se correntemente gente muito interessante. Lembro-me de que um dos problemas do Porto, em 2001, eram os “arrumadores” de automóveis, entre os quais havia uma maioria de toxicodependentes. Ora, como já referi anteriormente, solicitámos a colaboração de dois jovens docentes da Faculdade de Psicologia que nós

sabíamos trabalharem directamente com o grupo em causa, no sentido de encontrarmos respostas à situação de flagelo que era a nossa. Efectivamente, acabámos por seguir o que nos recomendaram e, passados dois anos, praticamente não havia, no Porto, arrumadores toxicodependentes. Não desapareceu, obviamente, a toxicodependência. Mas deixou de haver a degradante situação de, por falta de oportunidade de tratamento e reinserção, os mais jovens e mais severos casos de dependência se passearem, na condição de pedintes, por todas as ruas onde houvesse uma oportunidade de estacionamento.

Coisas semelhantes se passaram em muitos outros sectores, pois há muito mais gente a conhecer os problemas que afectam uma cidade e a ser capaz de enunciar potenciais respostas, do que aquilo que podemos imaginar. É preciso saber onde estão essas pessoas e solicitar-lhes colaboração que, por via de regra, é dada generosamente. Guardo uma grande recordação dessas longas sessões de trabalho. Como acontece, frequentemente, quando há mudança de cor política numas eleições, isso não se deve tanto à conquista do poder por força das aliciantes propostas de quem ganha, mas pela acumulação de erros de quem perde... Foi isso que aconteceu em 2001. O Partido Socialista que perdeu as eleições. O Partido Social-Democrata ganhou por uma unha negra!...

Incumbiram-me de fazer o anúncio da vitória. Mas ainda faltava conhecer o resultado da freguesia de Paranhos que é a que tem mais eleitores. Como tal, eu disse que só falaria à televisão depois de conhecer os resultados completos. Todavia, a máquina eleitoral do Partido Socialista estava mais bem oleada do que a nossa e eles souberam que tinham perdido um minuto antes de nós sabermos que tínhamos ganho. As sedes das candidaturas eram vizinhas uma da outra. Assim, quando o telefonema da vitória chegou já os nossos militantes que estavam na rua sabiam o que tinha acontecido aos vizinhos. Anunciei, imediatamente, a vitória.

Nas terceiras eleições, o Rui Rio propôs-me que eu fosse o cabeça-de-lista do PSD à Assembleia Municipal. Comecei por dizer que não, baseado naquilo que me transmitiam acerca da pouca relevância do órgão e da limitada influência que ele tinha na condução dos destinos da Cidade, mas comecei a ficar intranquilo com a minha recusa e passadas duas semanas perguntei-lhe se já tinha resolvido

a questão. Disse-me, tranquilamente, que estava à minha espera!... E eu aceitei... A lista para a Câmara Municipal venceu com maioria absoluta, mas na complicada regra da composição da Assembleia Municipal, que articula os eleitos directamente com a presença de todos os presidentes de Juntas de Freguesia, chegou-se a um empate de 27 contra 27, o que poderia ter levado a um complexo processo de designação do presidente da Assembleia se eu não tivesse assegurado a maioria, por um voto, logo na primeira volta. Neste sentido, durante quatro anos, houve numerosíssimas situações de empate, nas votações, nas quais foi o meu voto de qualidade que definiu o sentido da decisão. A única vantagem desta composição da Assembleia é que, em todas as sessões, estiveram todos os seus membros, não fosse dar-se o caso de perdermos alguma votação, por falta de comparência de um dos deputados.

A minha experiência de quatro anos veio confirmar uma ideia que eu tenho há muito tempo: a composição e o modo de funcionamento dos órgãos devem ser revisitados, de tempos a tempos, para lhes introduzir melhorias, porque, na ocasião da definição das regras não havia a experiência do seu funcionamento “em tamanho natural” e não era possível antecipar “derivadas” que é conveniente ajustar. Já fiz, noutra lado, uma crítica ao funcionamento das Assembleias Municipais que está publicada. Por isso limitar-me-ei aos pontos que reclamam mais urgente ajustamento:

Na parte final das sessões está prevista uma parte do tempo para intervenções do público. Ora, ela não funciona bem, porque a larguíssima maioria das intervenções respeita à resolução de casos pontuais a que os serviços e a própria Câmara não deram resposta que satisfizesse os peticionários; assim, vêm reclamar uma casa, ou a resolução de um diferendo com um vizinho, ou a reparação de um tubo furado numa habitação municipal que causa infiltrações no andar de baixo, etc., etc... Tudo casos para os quais a Assembleia não tem braços para resolver. Mais valia arranjar um Provedor do Município ou designar o Vereador do sector como provedor, prevendo sessões de atendimento directo dos munícipes (na Inglaterra chamam-lhes “surgeries”)..., porque o presidente da Assembleia não pode fazer mais do que registar o caso e endereçá-lo à consideração do Presidente da Câmara que é o chefe do Executivo.

Por outro lado, tive a sensação, mais do que fundada, de que alguns partidos da oposição fazem combinações com membros escolhidos do público para porem questões que “explorem o sucesso” das suas próprias intervenções. Algumas vezes fazem-no com tão pouco cuidado que se limitam a pôr nas mãos do selecionado um papel que ele mal sabe ler com conhecimento do que está a dizer. Depois insistem muito para comentar o caso que o membro do público colocou, ganhando assim mais algum tempo para fazer o seu ponto. Esta suspeita ganha ainda mais fundamento por figurar na lista de um dos partidos da oposição para uma freguesia uma das recorrentes interventoras nessa parte da ordem dos trabalhos, onde evidenciou, aliás, desembaraço e perseverança.

Na Assembleia da República o público assiste às sessões, mas não intervém. Não o faz em nenhum parlamento do mundo. Tem de se assegurar a participação do público sob formas que sejam úteis, deem resposta aos oponentes ou permitam transmitir sugestões que sejam devidamente sopesadas. Na realidade, esta parte da intervenção do público deverá ser revista. Tal como é feita, hoje, não acrescenta valor e indisciplina o decorrer dos trabalhos.

O funcionamento da Assembleia Municipal tem, para o orientar, um regimento que foi aprovado em tempos. Ninguém quer mexer-lhe, com receio de perder o que já conquistou ou de se meter num longo processo de discussão que faça a todos desperdiçar tempo. E, no entanto, não ficaria mal que, de dois em dois mandados, os “leaders” dos grupos municipais pudessem apreciar a prática vigente, fazendo um ou outro ajustamento ou adição que o tempo recomendasse. Deveríamos ser mais flexíveis.

O estilo das intervenções é nostálgico da tradição parlamentar do século XIX e do primeiro quartel do século XX, com muitos “apartes” e interferências, para meu gosto pouco próprias do nosso tempo. Quando um partido da oposição fala é vulgar estabelecer-se um “bruaá” em surdina, muito pouco democrático e que só tem como propósito mostrar enfado ou desprezo pelo que está a ser dito. O presidente tem, vezes de mais, de pedir para se fazer silêncio na sala. Por mais que essa seja a tradição e quiçá o reflexo da imagem que muitos têm do comportamento parlamentar, a procura da eficiência e o respeito pela opinião dos outros deveriam fazer alterar esta prática.

A fixação dos tempos consta de grelhas que são definidas em encontros prévios às sessões, com os “leaders” dos grupos municipais. Os partidos da maioria como dispõem de muito tempo, raras vezes preenchem o que lhes está reservado. Os da oposição, além de lutarem sempre por uma grelha de nível superior, esgotam sempre os tempos que lhes estão atribuídos, nem que seja para repetir o que já disseram. Uma vez observei um orador que era a terceira vez que repetia a mesma ideia. Não se desconcertou! Respondeu imediatamente: “... E mesmo assim eles (os opositores) não ouvem o que eu digo!...”.

Uma pecha corrente, tanto nos parlamentos como nas assembleias municipais, tem a ver com a intervenção do partido da maioria. Tirando a primeira fila, os outros parece que se sentem desobrigados de contribuir com sugestões para a melhoria da vida na cidade. A oposição tem uma inclinação perniciososa para o “bota-abaixo” ou para a apresentação de propostas irrealistas que os seus proponentes sabem que não vencerão, mas que são demagógicas ou que traduzem posições ideológicas evidentes, fazendo grande efeito, quer no público, quer em certos jornais dois dias depois. As mais desajustadas vêm sempre das forças políticas que sabem que nunca exercerão funções executivas. Mas o partido da maioria, além de denunciar a inconsistência das propostas de oposição, deveria ser mais activo no desencadeamento de realizações que mostrassem o seu real empenhamento em participar na definição de medidas que contribuam para tornar a administração mais eficaz ou que tragam novos temas para discussão e análise. Isso poderia ser feito através de jornadas de carácter partidário cujos resultados fossem apresentados em sessões extraordinárias em que muitos se envolvessem. É evidente que é mais fácil assegurar a participação de poucos do que estruturar a acção de muitos. Mas não pode ficar a pairar a suspeita de que o maior número só está na assembleia para dar volume ao voto que lhe é indicado pelo “leader” da bancada. Eu não sei como as coisas se passam na Assembleia Municipal de Barcelos – a maior do País – com 179 membros (!). Imagino que será difícil levar a efeito discussões muito inovadoras... É por isso que eu acho que as instituições têm de ser revisitadas, de tempos a tempos, para ver se o seu funcionamento aconselha ou não algumas adaptações justificadas. Isso é tão mais pertinente quanto é certo que nós temos uma propensão visível para fazer leis muito pormenoriza-

das, com a pretensão de resolver todas as eventualidades... Se nos limitássemos a leis de orientação, complementadas por decretos fáceis de alterar, as coisas seriam diferentes... e melhores.

O ministro que propuser uma revisão da lei que define a estrutura e funcionamento dos órgãos autárquicos prestará um bom serviço ao País. É urgente fazê-lo! Para uma Assembleia Municipal não se vai por gosto, nem para projecção política. Vai-se por imperativo cívico. Por isso convém tomar medidas para que o tempo dos seus membros seja ocupado com utilidade.

*

Durante sessões a fio, ouvi protestos dos membros da oposição e, mesmo, de alguns da “situação”, verberando as condições de trabalho, a exiguidade do espaço, o desconforto térmico e outras coisas semelhantes. O Presidente da Câmara não era muito sensível às condições físicas do ambiente de trabalho. Fui procurar espaços no edifício dos Paços do Concelho e descobri o de uma antiga cantina com a mesma área da sala de sessões, mas com capacidade para ficar devotada, em permanência, aos trabalhos da Assembleia. Não foi fácil convencer o Presidente da Câmara a avançar com as obras, mas lá foi feita a adaptação, justificando-se uma pequena alteração do lugar do Executivo. A nova sala foi inaugurada na última sessão da Assembleia, logo suscitando inúmeros protestos, por razões perfeitamente irrelevantes. Soube, há dias, que a Assembleia tinha decidido voltar às suas antigas instalações, ficando o novo auditório para a realização de cursos e seminários e para a visita de grupos escolares que vão à Câmara aprender como ela funciona. Suponho que já ninguém voltará a protestar em relação às condições de trabalho... As pessoas são complicadas!...



FIG. Na sala da Assembleia da Câmara Municipal do Porto



CAPÍTULO XLII

AS AUTO-ESTRADAS DO MAR

Entre Abril de 2007 e Junho de 2014 eu desempenhei as funções de Coordenador Europeu das Auto-estradas do Mar. Foi uma tarefa que me encheu de satisfação, pelo que consegui fazer e pelas pessoas que conheci. Não era remunerada, mas pagavam-me as viagens, os hotéis e outras pequenas despesas. Numa idade em que o comum das pessoas “arruma as botas”, eu tive o privilégio de começar uma nova caminhada profissional, desta vez no domínio dos transportes marítimos que foi, para mim, muito gratificante.

Tudo começou com um telefonema do Vice-presidente da Comissão Europeia, Jacques Barrot, que eu não conhecia pessoalmente, mas que me disse que gostaria de falar comigo. Combinei ir jantar com ele a Madrid, onde ele estaria, daí a poucos dias, em viagem oficial. O meu nome tinha-lhe sido sugerido pelo Secretário-geral da Conferência das Regiões Periféricas Marítimas, tendo ele colhido a opinião de outros franceses que corroboraram o que Xavier Gizard lhe havia dito. Por isso me convidava para o novo lugar que ia criar. Seríamos, ao todo, sete coordenadores, uma holandesa para os transportes fluviais e outros cinco para os caminhos-de-ferro, um para o European Rail Traffic Management System (ERTMS) e os outros para eixos ferroviários bem definidos, onde se estava a experimentar dificuldades de concretização de projectos que tinham sido aprovados, beneficiando de fundos europeus. Pretendia-se que os coordenadores fossem personalidades seniores com idade e estatuto que lhes permitissem ir falar com ministros e outras altas entidades nos países onde teriam de exercer a sua acção. Dos que, então, entraram em funções, eu só conhecia o Laurens Brinkhorst, antigo Secretário de Estado holandês para os Negócios Estrangeiros e, também, antigo Director-geral do Ambiente das Comunidades, com quem eu tinha mantido cordiais relações de trabalho e o Vicomte Etienne Davignon, um político belga que havia desempe-

nhado as funções de Comissário para a Indústria. Ao primeiro estava confiado o trecho ferroviário Lyon-Turin, onde tantas dificuldades de modernização havia, e ao segundo a ligação ferroviária entre o sul da França e a Catalunha, onde os “desencontros” eram numerosos.

No jantar de Madrid ele disse-me o que esperava de mim. A antiga Comissária dos Transportes e Vice-presidente Loyolla de Palácio tinha tido a ideia de lançar as “Auto-Estradas do Mar”, ligações marítimas que deveriam substituir, progressivamente eixos terrestres excessivamente carregados de tráfego, a maior parte deles rodoviários. Os exemplos dados incluíam as ligações em Irun/ Hendaye e La Junquera/ Le Perthus, entre a Espanha e a França, mas havia muitos outros. Por outro lado, certas ligações “rol-on roll-off” no Báltico e no Mar do Norte deveriam ser estimuladas, melhorando os portos e assegurando a navegação durante todo o ano, nomeadamente pela entrada em funcionamento de mais “ice-breakers” nos golfos da Bótnia e da Finlândia. No primeiro caso pretendia-se lançar ligações marítimas entre portos ibéricos e franceses.

Como eu tinha disponibilidade de tempo agradei-lhe o convite e aceitei. Uns dias depois recebi um telefonema do Presidente Durão Barroso a insistir para que eu aceitasse. Disse-lhe que já o tinha feito, o que não o impediu de, repetidamente, em conversas com visitantes portugueses, lhes referir o “lugar que me tinha arranjado”... Não me surpreendeu!...

Comecei a enfronhar-me na documentação que me tinha sido entregue com vista à minha audição na comissão parlamentar dos transportes, do Parlamento Europeu. Ela teve lugar em Estrasburgo, no dia 12 de Julho de 2007. O presidente da comissão era Paolo Costa, antigo “Síndaco” de Veneza e futuro presidente do porto da sua cidade; entretanto, havia sido Ministro das Obras Públicas e Transportes de Itália. Mal eu sabia que, nessa audição, se iria iniciar uma relação de colaboração e amizade que se tem prolongado ao longo do tempo. Foi uma sessão viva; os diversos intervenientes queriam conhecer numerosos pormenores em relação a questões que tinham muito a ver com os seus países ou regiões de origem. Como eu tinha lido tudo quanto me havia chegado às mãos, pude responder-lhes a contento, tornando-se efectiva a minha posse.

O meu trabalho começou a seguir às férias, com reuniões para estabelecimento de um programa de acção. Ficou combinado que eu faria duas missões por mês, uma a Bruxelas e outra a um porto, a uma administração central ou a um ministro com quem tivesse de tratar de assuntos gerais do país em causa. E comecei a falar com o maior número de profissionais ligados ao transporte marítimo e às actividades logísticas. Aprendi muito nessas conversas nas quais os meus interlocutores foram generosos, dando-me informações minuciosas sobre as operações que faziam, o que me permitiu ir traçando um plano de acção que esteve na base das áreas que foram escolhidas para apoio e estímulo.

Vou resistir à tentação de fazer um longo capítulo sobre a minha actividade como coordenador europeu, porque ele interessaria a muito poucos. Mas suponho ser apropriado evocar algumas recordações de tantas conversas e de tantas visitas. Cedo ficou claro no meu espírito que o problema não se circunscovia à mera substituição de um eixo terrestre congestionado, particularmente rodoviário, por uma ligação marítima. Por isso fui analisando quais eram os pontos de estrangulamento no trajecto de uma mercadoria entre a sua origem e o seu destino. A maior parte das cargas viaja, hoje, por contentor. A “box”, inventada nos Estados-Unidos, nos anos 50, revolucionou o transporte de mercadorias. Há, ainda, o transporte de granéis sólidos e líquidos, mas quando se olha para a curva de evolução, quer do número de contentores quer do dos navios que os transportam ou, de uma forma agregada, da tonelagem transportada por contentores, fica-se com uma ideia acerca das áreas que são precisas para os movimentar e do crescimento potencial dessa curva, porque, mais ou menos por todo o lado, ela não se aproxima de nenhuma assíntota. Por outro lado, a outorga de ajudas financeiras a linhas específicas dadas com a intenção de induzir hábitos de adopção do transporte marítimo não tinha conduzido a nada. O período correntemente fixado para essas ajudas era de três anos; cessado o subsídio, cessava a linha, nada tendo ficado de estrutural ou de permanente.

Os portos são fulcrais no transporte marítimo. Ou eles são eficientes e o carregador (dono da carga), fazendo contas, vê que eles são pontos de quebra da carga, mas que isso não é reflectido de modo dramático nas curvas de custo ou, então, recorre ao transporte marítimo para vencer as distâncias, naturalmente gran-

des, nas quais ele é vantajoso. Assim sendo, terá de se fazer um esforço para “lubrificar” essa placa giratória entre os modos marítimos e terrestres. Nos portos tem de se processar uma série de formalismos – polícia, alfândega, serviços fito-sanitários, serviços veterinários, administração do próprio porto – que, há uns anos, eram desempenhados em pontos separados ou mesmo afastados dentro do espaço portuário. Alguns portos mais evoluídos já dispunham de um serviço de “janela única” (single window), onde todos aqueles serviços se passaram a articular. Foram apoiados projectos para desenvolvimento de sistemas práticos que se estenderam, progressivamente, permitindo o desempenho de novas funções. Todos os portos europeus principais dispõem hoje deste tipo de sistemas e, agora, está a estender-se o sistema até junto dos próprios carregadores que, a partir de casa, começam logo a tratar do despacho das suas cargas.

Uma coisa similar respeita às portarias (“gates”) que centralizam muitas informações relativamente ao funcionamento da charneira cuja eficiência é avaliada pelos diversos indicadores, entre os quais figura o “gate-to-gate time”. É preciso estar aberto aos locais ou às operações onde se verifica atrito, para poder melhorar aquele tempo.

As ligações entre o porto e o seu “hinterland” têm de ser analisadas com pormenor, no sentido de detectar quais são os estrangulamentos que apresentam. Algumas vezes é um pequeno túnel ou viaduto. Outras vezes são grandes trechos lineares desadequados. É fundamental que cada porto conheça bem o seu “hinterland” potencial e detecte os pontos de atrito.

O espaço de um porto é sempre caro. Por isso se devem prever plataformas logísticas de rectaguarda onde se processem algumas operações. Tudo isto reclama profissionais, devidamente formados, mas não os há em abundância no mercado. Por isso a formação profissional é indispensável.

Nos nossos dias, tem de se ser muito exigente em matérias de ambiente. Dentro de cada porto há inúmeras oportunidades para melhorar as operações: não deixar que o navio continue com as caldeiras a funcionar, vomitando fumos para a cidade vizinha, tratar dos efluentes que ele foi acumulando, nomeadamente se eles são tóxicos e são alguns deles. Mas há, também os aspectos de segurança nos quais se inclui a protecção contra incêndios.

Há, depois, os próprios navios que são cada vez maiores e com riscos acrescidos. As questões de segurança juntam-se às do ambiente. Nos portos, a ligação com as cidades adjacentes são da maior sensibilidade. Há alguns centros urbanos que foram “envolvendo” os portos, não os deixando expandir e sofrendo os efeitos nefastos de níveis de poluição exagerados, mas no mar isso também se passa. O Atlântico norte, onde o tráfego é muito intenso, sofre muito dessa poluição. Porém, há zonas que impuseram limites severos (as chamadas SECA – Sulphur Emissions Controlled Areas), o que leva à adopção de novos combustíveis, nomeadamente o LNG (Liquified Natural Gas) ou à adopção de dispositivos de filtragem dos gases de escape (os “scrubbers”) que reclamam ainda muita investigação tecnológica.

As considerações de geo-política estão presentes em numerosas ocasiões: no Mediterrâneo cujos quase 3000 km são percorridos longitudinalmente por porta-contentores indo ou vindo do Extremo-Oriente e, transversalmente, por poucas ligações com uma zona de grande instabilidade política; no Báltico que é quase um lago de água doce com fundos baixos e com hidrografia antiquada ou insuficiente junto à sua costa leste e, por isso, com problemas ambientais e de segurança severos; no Canal da Mancha, onde já quase não é possível fazer passar mais navios; no Atlântico poluído e atravessado por numerosas embarcações... Sempre incitei as administrações dos portos a elaborarem estudos estratégicos acerca do seu próprio desenvolvimento que começariam, naturalmente, pela definição do seu “hinterland” e pelo enunciado das valências que seria realista considerar. A elaboração deste tipo de estudos aproveita, em primeiro lugar, a quem tem de definir objectivos; por isso não sou nada a favor de encomendar estes estudos a consultores; estes podem assessorar o órgão gestor, mas é a ele que cabe sopesar todos os factores para chegar à formulação de uma estratégia realista.

Os portos não são todos iguais. Há uns que se dedicam mais ao transbordo de contentores (“transshipment”) e outros que somente servem os seus “hinterlands”. Têm necessidades diferentes, havendo alguns, como o de Rotterdam, que acumulam funções e, portanto, procuram para isso soluções diversas.

Os navios precisam de fiscalizações da mais variada natureza. A IMO (International Maritime Organization), que tem sede em Londres, vive fundamentalmente das contribuições dos navios registados. Ora sucede que há “bandeiras

de conveniência” a mais em relação ao número de navios com bandeiras nacionais. Este é um problema global com a maior sensibilidade política, mas que tem de ser objecto de acção disciplinadora.

A velha Europa dos marinheiros que guarneceram as suas frotas durante séculos não consegue atrair às profissões marítimas o número de elementos suficientes. Só a Noruega, a Grécia e a Roménia parece não terem problemas a este respeito. Todos os outros países que visitei se queixaram em relação a essa carência. A nossa própria Escola Náutica Infante D. Henrique não consegue preencher as suas quotas, apesar de ter diversificado os seus cursos. Ela foi palco de disputas de natureza político-partidária a seguir a 1974/75 e isso desequilibrou muito o seu funcionamento. Acrescente-se a pouca atractividade das profissões para que ela prepara para avaliarmos o potencial instalado que temos desperdiçado. Mas o problema é geral. Na própria Suécia me disseram que as profissões que impliquem ficar fora de casa (marítimos, motoristas, etc.) não conseguem atrair os jovens.

Um dia, no porto de Gotemburgo, visitei um grande porta-contentores da Maersk. O nome do comandante era português, mas quando cheguei à ponte verifiquei que era goês, não falando uma palavra da nossa língua, mas tendo junto da roda do leme um pequeno altar com a imagem de Nossa Senhora de Fátima. Os seus dez tripulantes eram todos malaios e com alta formação para o desempenho das funções que lhes estavam atribuídas.

Em relação a alguns portos os problemas maiores têm a ver com estrangulamentos específicos, como é o caso do de Génova cujas cargas têm de atravessar túneis numerosos para chegar ao planalto por trás dos Apeninos para serem, depois, distribuídas.

Como tive contacto com todos os países com portos pude testemunhar posturas culturais e políticas muito diversas.

Quando houve o recente (2014) referendo na Escócia, em que os independentistas estiveram quase a ganhar lembrei-me de uma reunião que tive em Whitehall, em que uma dúzia e meia de altos funcionários me queriam convencer de que o porto de Leith, em Edimburgo, não precisava de melhorias nenhuma, porque as mercadorias poderiam muito bem vir por camião até Felixtowe, dado que as auto-estradas inglesas estavam longe de estar saturadas: “O pior cego é o que

não quer ver!”. As autoridades responsáveis que eu também tinha visitado disseram-me que o seu porto de distribuição preferido na Europa era Zeebrugge para onde queriam dirigir-se directamente para exportar para o mundo inteiro o seu “whisky”. Por alguma razão se vão acumulando ressentimentos e queixas...

Uma situação insólita ocorre na fronteira entre a Finlândia e a Rússia. Eu visitei os portos de Kotka e Hamina, hoje sob uma única administração. Quando vi o que eles movimentavam – automóveis sul-coreanos e japoneses – perguntei por que não vinham de comboio, a partir de um porto no Pacífico e através do transiberiano. Logo me esclareceram que isso era impossível, porque eles não chegariam inteiros ao seu destino... Por isso vinham pelo Suez até ao extremo nordeste do Golfo da Finlândia. Insisti em ver o trajecto até à Rússia, porque me tinham dito que ele representava um estrangulamento maior. Parece que tive sorte, porque a fila de espera, nesse dia, tinha somente cerca de vinte quilómetros; o comum eram trinta e cinco, chegando muitas vezes até cinquenta. Metade do ano isto passa-se tudo a temperaturas abaixo de zero, durante meses muito abaixo mesmo. Como li algumas descrições da retirada da Rússia das tropas napoleónicas quis saber como eram resolvidos alguns problemas naturais dos motoristas... Não se falava nisso... A Finlândia, atenta a um mínimo de conforto desses condutores, russos na sua grande maioria, estava a acabar de construir um enorme parque de estacionamento dotado de algum equipamento que tornaria a espera menos penosa. No próprio posto transfronteiriço disseram-me que cada entrada na Rússia levava, em média, cerca de sete minutos. No sentido contrário não precisavam de mais de sete segundos!... O fascínio da burocracia sempre foi grande nos países autoritários e, por isso, pouco eficientes.

Em relação à cooperação entre países ou entre portos há as mais diversas reacções, na Europa. Lembro-me de, em Riga, ter visitado o Ministério dos Transportes. Entre vários assuntos quis saber da sua disponibilidade para participarem numa organização conjunta para exploração de um serviço de quebra-gelos com os seus vizinhos onde o mar gela, frequentemente, durante o inverno. Começaram por dizer que no golfo de Riga não havia gelo; eu tinha acabado de o sobrevoar e no princípio da primavera ele estava gelado em mais de metade da sua extensão. Depois acabaram por dizer que “cada um deve tratar do seu jardim”...

Como se sabe, a Letónia foi ocupada, a seguir à II Grande Guerra, por muitos rusos que aí se instalaram com carácter definitivo; metade dos jornais de Riga são escritos em russo, como se vê nas bancadas, logo pela manhã. Assim, às dificuldades correntes de uma cooperação entre portos que se consideram, acima de tudo, concorrentes entre si, subsistem questões de integração na União Europeia que, em certos países, ainda não estão satisfatoriamente resolvidas.

Nas minhas passagens mensais por Bruxelas eu encontrava-me frequentemente com as organizações europeias do sector que ali têm as suas sedes – portos, armadores, empresas de dragagens ou de transportes,... – ou de delegações muito activas, que acompanham de perto as directivas que estão em preparação. Há, por parte de muitos, uma actividade incessante na exposição dos seus problemas e na auscultação do que está no “pipe-line”. Não deixam nada desacomodado...

As questões ambientais, como já disse, preocuparam-me particularmente. Se os países do litoral norte estão atentos ao assunto, o mesmo não se pode dizer em relação aos do sul. Por isso, a introdução do LNG representa uma oportunidade única para reduzir o nível de poluição nos mares e no ar. Desde a existência de portos com instalações de abastecimento até à formação de pessoal embarcado ou de terra que saiba manobrar com as caldeiras, com os depósitos, com as condutas... tudo isso me interessou. Mormente quando se sabe que os Estados-Unidos e o Canadá já declararam as suas costas (leste e oeste) como zonas SECA e que a exploração do “shale-gas” está a dar aos Estados-Unidos um lugar proeminente na sua mobilização e fornecimento.

Como se compreende, as questões de segurança tinham de me merecer atenção. Eram, frequentemente, objecto das conversas havidas com as autoridades portuárias. Visitei portos muito eficientes e outros com problemas vários. Destes, devo dizer que os piores advêm da interferência da política na administração. Isso não acontece nos portos do norte, mas observa-se em alguns portos do sul. Há alguns que ainda estão muito dependentes dos sindicatos com preponderância ideológica, o que não contribui muito para a sua eficácia.

Há, como seria de esperar, grandes “estrelas” de eficácia e de competência gestora: Rotterdam, Hamburgo, Bremerhaven, Gotemburgo, Barcelona, Valência... mas também outros portos mais pequenos como Leixões, Zeebrugge,

Gand, Rouen, Aarhus que evidenciam uma capacidade muito expressiva para responder aos desafios que lhes são postos. Os portos ingleses inscrevem-se na linha de orientação que lhes é dada por Whitehall: preferem “tratar do seu próprio jardim”, em vez de contribuir para a afinação de uma política europeia dos transportes marítimos ou dos portos. Fiquei com a impressão de que mantêm a posição de Lord Palmerston (1784-1865): o continente está demasiado perto da ilha e isso não é muito bom para ela...

Fazia numerosos relatórios para os serviços e um relatório anual que apresentava ao Parlamento Europeu, indo discutir o seu conteúdo com a Comissão Parlamentar dos Transportes. Sempre me correram bem essas audições, tendo tido o gosto de saber que o meu sucessor, na sessão em que apresentou o seu programa, disse que seguiria, rigorosamente, as recomendações que eu havia feito no meu último relatório. Por outro lado, também recebi manifestações de apreço pelo “trabalho pioneiro” que desenvolvi por parte de gente com quem não é natural que volte a cruzar-me ao longo do resto da minha vida.

Quando foi definido um montante para apoiar as acções a levar a cabo (2006), este foi fixado em 300 milhões de euros. Esse valor foi largamente ultrapassado – 402 milhões – para apoiar 52 projectos que significaram 1,62 mil milhões de euros de investimento no transporte marítimo e em projectos localizados em terra, mas que o promoviam. Não foi em vão que fiz mais de 400 contactos com “stakeholders”. Insisto em dizer que tudo isso me deu enorme satisfação. Aprendi muito!

Eu, desde meio da década de 70, mantive relações de menor ou de maior proximidade com as instâncias europeias e, especialmente, com a sua Administração. Houve períodos em que elas foram mesmo muito intensas, como sucedeu quando fui Ministro do Planeamento, em Portugal. Tive, por isso, oportunidade de ver de perto a sua evolução.

Os primeiros tempos da Administração Comunitária foram muito influenciados pela escola francesa. Ainda se falava francês em muitas reuniões, o que hoje não acontece de todo. E os funcionários tinham como modelo “les grands commis de l’État”, oriundos das “Grandes Écoles”, com uma elegância insuperável na sua forma de expressão e um cartesianismo rigoroso nas exposições orais ou escritas que faziam. Tudo isso passou, há muito tempo! Era natural que assim aconte-

cesse, porque houve alargamentos sucessivos e entraram funcionários de muitas nacionalidades, com tradições culturais diversas e também com competências muito diferentes. Há, como se sabe, uma selecção grande na admissão de novos quadros, mas a Administração lucraria (e nós também...) em evitar alguns procedimentos pouco exigentes. Há um hábito pernicioso que consiste na passagem de alguns membros dos gabinetes, admitidos como pessoal de confiança dos novos comissários, que passam para os quadros quando estes cessam funções. Ultrapassam concursos e provas que assegurariam a qualidade que se apregoa, mas em relação à qual se toleram alguns “furos”. Em alguns casos, fazem-se concursos tão formatados para um dado resultado que se vê o “rabo do gato” desde o princípio. Por outro lado, admite-se, em certos casos, que chegando a um determinado nível, se pode desempenhar qualquer função, sem preparação técnica ou experiência específica para o posto em causa. Em posições predominantemente políticas isso não é grave, mas, quando se trata de funções administrativas sectoriais, a falta de um “background” sólido na área em causa, tarde ou cedo há-de reflectir-se na qualidade do trabalho desenvolvido. Não vou dar exemplos para não correr o risco de serem identificados os protagonistas. Mas insisto: é muito urgente que o Comissário encarregado da administração do pessoal desenvolva um conjunto de regras que imponham ordem num sistema demasiadamente “solto” e que, quando comparado com o que era há vinte ou trinta anos atrás, denuncia uma quebra de qualidade que não contribui para o rigor com que as políticas deveriam ser formuladas e executadas. Eu sei que coisas semelhantes acontecem sempre que um sistema se expande rapidamente, seja ele público ou privado, mas a Administração da União está sob muitos olhares e, por isso, não pode apresentar vulnerabilidades susceptíveis de serem evitadas ou apontadas com facilidade. Tudo isto não é inventado por mim. É dito à boca pequena e à boca grande por muitos funcionários.



FIG. Porto de Leixões.



CAPÍTULO XLIII

AS VIAGENS

Ao longo dos capítulos anteriores pode-se ver que a vida me foi levando a viajar bastante, fazendo-me ganhar o gosto pelo estudo das cidades ou dos países onde tinha de ir e, naturalmente, dos seus habitantes. Um professor de planeamento urbano e regional ou de transportes não pode deixar de viajar muito e de ir com os olhos bem abertos para se dar conta dos problemas e das formas que encontraram, noutros lados, para os resolver. Por isso é fundamental o estudo prévio, de preparação das viagens e o entabular de conversas com profissionais ou com cidadãos comuns que transmitam como veem eles os locais onde vivem e como julgam o que está a ser feito para melhorar a sua qualidade de vida. Tirei sempre grande proveito profissional de olhar para os mapas e de calcorrear as cidades que é, naturalmente, o modo mais eficaz de as conhecer. Mas é preciso estar disposto a fazer a viagem e a aprender! Um dia, um jesuíta meu amigo, a quem eu dizia da importância dessa disponibilidade, referiu-me que na sua Ordem, se conservava um documento em que um seu irmão, do século XVII, que se propunha viajar, tinha feito uma lista das coisas que deveriam ir com ele; pois à cabeça desse rol ele tinha escrito: “O frade”!... É evidente que o próprio viajante tem de estar preparado e motivado para fazer a viagem. Se esta é feita por imposição, perde muito da sua graça e, seguramente, do proveito potencial que encerra conhecer-se outras gentes e outras terras.

Há cidades que dificilmente cansam: Paris, Londres, Madrid ou Roma são inesgotáveis de recursos. Os séculos foram acumulando tantas marcas e tanta história que basta um pouco de curiosidade para se encontrar motivos para formular novas perguntas e para aprender, se se for atrás das respostas.

É evidente que qualquer viagem reclama preparação. Hoje, os jovens curiosos têm a “net” à sua disposição para compor os seus programas de viagem em condições

que eu nem sonhava quando comecei a ter ambições de “globetrotter”... Eram os livros que nos despertavam a atenção para aquilo que não deveríamos deixar de ver. E não eram somente os guias de viagem de que há, nos nossos dias, uma profusão inacreditável, porém, sendo a maior parte deles muito superficiais.

Os livros de viagens sempre foram fascinantes para mim. Em todas as épocas há escritores que cultivaram o género e que o exerceram com a maior excelência. Mas, nossos contemporâneos, há muitos e bons. Os ingleses sempre foram muito dados à descrição do que visitavam; isso começou, especialmente, quando se tornou moda o “grand tour” dos jovens aristocratas ou endinheirados britânicos que iam até Roma ou, algumas vezes, até mais longe, para completar a sua educação por via da frequência dos clássicos e dos locais onde eles habitaram e onde podiam encontrar ruínas das construções das épocas em que eles deambularam pelos lugares visitados. Mas o gosto pelas descrições de paragens exóticas rapidamente se estendeu. Qualquer livraria ou alfarrabista de Londres ou de Paris tem prateleiras inteiras dedicadas à literatura de viagens. Todavia, não é somente essa literatura que importa. Dificilmente eu classificaria Jean d’Ormesson como escritor de viagens. Todavia, ele tem vários livros cuja acção se passa em Veneza e que eu considero como os melhores “companheiros” para preparar uma viagem ou mesmo para levar na bagagem e ler, numa esplanada, quando se estiver cansado de andar. São escritas por ele algumas das melhores páginas que eu conheço do ambiente de algumas ilhas gregas do Dodecaneso ou da costa sul da Turquia... Ele transmite o que eu próprio senti, com uma sensibilidade e argúcia que eu não me canso de admirar.

A experiência de viagens conta com muitas dimensões inesperadas. Na tarde em que eu fui ao Cabo Súnion, fazia uma ventania que levava tudo pelo ar. Mas, àquela altura, com aquela vista para o mar, com o ar límpido e a luz do sol impiedosa, só com três colunas ao alto e o resto tombado, o vento ajudava à intensidade dramática de um lugar habitado pelos deuses... Se não houvesse essa dimensão, atrevo-me a pensar que a visita teria sido menos inesquecível. Aliás os construtores do templo de Poseidon, quando o ergueram naquele local, sabiam muito bem o que estavam a fazer... (1). Uma coisa semelhante aconteceu a primeira vez que fui a Delfos. Mas aí foi por acaso... À medida que eu me ia apro-

ximando, dava-me conta das nuvens negras que se iam encastelando. Quando pus os pés em terra desabou uma tempestade intensa com raios por todo o lado e com uma chuva de gotas grossas que rapidamente deu lugar a um sol radioso que fazia brilhar os olivais situados à volta e a vegetação rasteira de lavanda e tomilho que rescendia como eu nunca tinha sentido. Foi, seguramente, Apolo a dar-me as boas-vindas!... Irrepetível!

Dei-me como propósito visitar todos os locais onde houvesse fortalezas portuguesas na costa de Marrocos. Também visitei, obviamente, algumas cidades e montanhas do interior do país. Mas aqueles fortes diziam-me muito!... Assim, fui diversas vezes, sempre nas férias da Páscoa, conhecer todos eles, desde Ceuta até Agadir (Santa Cruz do Cabo de Gué). Obviamente, Mazagão é o conjunto mais impressionante, mas o perfil de Azamor, visto do outro lado do rio, é de um equilíbrio que dificilmente teria sido conseguido por um artista que o desenhasse. Ficará para sempre na minha retina! É evidente que a leitura de trabalhos sobre o início da nossa expansão se tornou muito mais interessante depois de eu ter estado em todos esses locais.

O Brasil, para os Portugueses é sempre uma experiência muito forte. Eu insisti em ir a Porto Seguro e a Cabralia para olhar para a Mata Atlântica e poder imaginar o que tanto impressionou Pêro Vaz de Caminha e os seus companheiros. Mas Salvador está cheio de coisas e de gente que nos interpelam. Um dia fui até Cachoeira à procura de ver os painéis de azulejos feitos em Lisboa que decoram tantas igrejas e mosteiros do Recôncavo. O motorista que me levou quis saber como é que eu tinha tido conhecimento dos locais onde estavam mosteiros perdidos no mato onde ele nunca havia ido, apesar de ser de uma “cidadezinha” das vizinhanças.

Em Salvador esperamos só encontrar baianas imensas vestidas de branco. Mas eu vi muitas outras esguias, direitas, com um porte principesco de negras retintas, sem uma gota de sangue branco, em centenas de anos de permanência no local!... De que reino africano teriam vindo e de que rainhas descenderiam?

Uma experiência única é assistir a uma missa na igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos! E ver os irmãos negros velhos, de cabelo branco, sentados no lugar reservado à irmandade! E sentir como olhavam sem rancor para um branco que se sentou no meio deles...

As cidades barrocas de Minas Gerais são imperdíveis, para os Portugueses. Em Diamantina cruzei-me no adro da Sé com o Bispo que, vendo que eu não era uma das suas “ovelhas”, me perguntou de onde é que eu vinha, tendo ficado a conversar comigo longamente. Em frente à casa de Chica da Silva há um ipé que estava deslumbrante de amarelo. Uma velhota negra que passava recomendou-me para ver bem como era bonito “o nosso ipé”! Com a maior cordialidade!... E em Sabará assisti, no teatro, a um ensaio, sentado numa de mais de uma centena de cadeiras de jacarandá no que eles chamam “estilo colonial”, mas que, naquele caso nós designaríamos como D. Maria (a primeira, obviamente...).

Em Ouro Preto há um museu de mineralogia que rivaliza com as melhores colecções do mundo. Eu sei do que falo, porque o Museu de Geologia e Minas de Londres fica ao lado do Imperial College, eu visitei-o vezes sem conta e ele é considerado como excepcional. Mas não foi sem emoção que eu verifiquei que, em frente à Igreja da Nossa Senhora do Carmo há quatro imagens enormes de faiança branca da fábrica de Santo António do Vale da Piedade, em Gaia, do outro lado do rio, mesmo em frente à minha casa! Como é curto o caminho que nos une!

Seguramente que é o Recife a cidade brasileira que eu conheço melhor. Tenha lá amigos devotados que sabem o que eu gosto de ver e me levam a todo o lado, desde as igrejas e mosteiros ou o atelier de Francisco Brenand até aos lugares altos da culinária pernambucana, onde se descobrem conjugações inesperadas de sabores portugueses com outros africanos ou índios. A doçaria é uma tentação contínua... Mas nós estamos em zona açucareira... Por isso, a visita aos velhos engenhos é obrigatória-

Uma vez fui convidado para fazer uma palestra sobre recuperação de zonas portuárias no Instituto Joaquim Nabuco, ao tempo dirigido por um filho de Gilberto Freire, a casa de quem acabei, também, por ir... Por estas referências, se compreende que traga sempre, no regresso do Brasil uma mala complementar cheia de livros. Aliás, existe um bom alfarrabista (no Brasil chamam-lhes “sebos”...) no Recife, chamado Brandão e que é de Arouca!... onde vem periodicamente...

Um dia resolvi ir a Goa! Mas não se faz uma viagem tão grande sem ir a outros lados, naquela zona. Comecei por Bombaim, onde a guia que contratei se chamava Sancha da Gama!... Não falava uma palavra de português, mas os seus

ascendentes eram goeses. Não se pode imaginar como ela estava entusiasmada por eu ter passado dois dias inteiros a fazer-lhe perguntas. Em Cochim reservei um dia para visitar igrejas portuguesas nos arredores; as fachadas ainda se mantêm, mas os interiores foram largamente adulterados; o pretexto é que precisavam de ampliação, porque as originais era muito pequenas e os fiéis muitos... Cochim, ela própria, é uma experiência única para um Português! Honra seja feita à Fundação Calouste Gulbenkian, porque apoiou a construção de um museu de arte sacra, indo-portuguesa, junto do paço episcopal, no qual foi feito um trabalho museológico do maior mérito.

Escuso de dizer como é grande a emoção que se sente em Goa! Fiquei tão entusiasmado com a visita a Velha-Goa que voltei no dia seguinte para percorrer de novo todos aqueles espaços dispostos magicamente num imenso relvado, numa solução paisagística inesperada, mas que resulta quase mágica. Fui obviamente visitar alguns dos velhos palácios da aristocracia goesa. Num deles, o de Loutolim, da família Figueiredo, uma das donas e, para o efeito, o cicerone disse-me em determinado momento: “You know! You are very much alike a Portuguese Minister”... “I am the Portuguese Minister”, foi a resposta. E a partir daí começámos a falar em Português. Eu já não era ministro, nessa ocasião, mas ela fez-me assinar o livro de honra da casa, onde estava a marca da passagem do Dr. Jorge Sampaio... Eu não posso descrever em pormenor toda essa viagem, porque foram dias intensíssimos de emoções. Quando eu era novo pensava que poderia sempre voltar aos locais que me agradavam com mais tempo e com mais dinheiro... Isso nunca aconteceu! O mundo tem tanta coisa para ver que é pouco provável que se volte a zonas tão longínquas como é a Índia. Por isso se tem de aproveitar todos os momentos como se fosse a última vez, porque a probabilidade de o ser é muito grande.

Dessa vez também fui ao Ceilão. Visitei uma plantação de canela e trouxe um pacotinho da especiaria moída artesanalmente como ela deveria ter sido no século XVI! Só foi usada para convidados que eu queria distinguir e a quem era, obviamente, assinalado o privilégio que estavam a ter.

No meio da ilha está situado o reino de Kandy, grande produtor de chá, na ocasião rodeado por guerrilheiros Tamil, muito activos. Isso não impediu que eu visitasse o jardim botânico mais fascinante que eu, algum dia, vi. Situado no meandro de

um rio, rodeado em grande parte por água, tem espécies centenárias de um porte e de uma beleza extraordinários. Tudo mantido de uma forma excepcional. Eu vou sempre aos jardins botânicos, nos locais que visito e onde eles existem. Fui numerosas vezes a Kew Gardens, em Londres e já repeti a ida ao Jardim Botânico do Rio de Janeiro, onde vou sempre prestar homenagem a D. João VI! E recomendo aos meus amigos que vão ao Rio que não deixem de nele passearem; ainda não houve nenhum que não me agradecesse a insistência.

Porque um dia li um livrinho sobre vulcões (2), resolvi fazer um périplo pelos que ainda estão activos na Sicília e nas ilhas Lipari; acabei a viagem no Vesúvio, como devia ser. Entretanto, informei-me muito mais sobre a matéria, incluindo falhas, placas e seus movimentos... Isso fez-me olhar com outro interesse para a Islândia, para Santorini, para as Canárias e também para o México e para o “anel de fogo” do Pacífico. Uma viagem que seja orientada por um fio condutor é sempre muito mais interessante do que se for feita somente para preencher o tempo.

As grandes civilizações dão sempre grandes viagens! Visitei o Egipto faraónico integrado num grupo orientado pelo Prof. Luís Manuel de Araújo, professor de Egiptologia na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Tratou-se de uma “viagem de luxo”, pela qualidade do orientador. Nunca mais fiquei indiferente à bibliografia imensa que existe sobre o tema, a começar pelos seus próprios livros que eu possuo com dedicatórias escritas em hieróglifos!... Uma raridade...

O México é um país fascinante! Tem os aztecas, os toltecas, os toltecas, os maias e todo o período pós-Cortez. Há um guia da Alexandra Lucas Coelho (3) que é exemplar como introdução à visita a esta sociedade complexa, cheia de contrastes, mas que nos interpela a numerosos títulos. Já lá fui algumas vezes, sempre com viagens preparadas em torno de temas concretos que tento aprofundar antes de lá chegar. A própria Cidade do México é uma fonte inesgotável de interesses, desde o seu Museu Arqueológico até às livrarias do Fundo de Cultura Económica e Social, especialmente uma situada entre Coyoacan e San Ángel, onde até se pode almoçar enquanto se selecciona o que ainda couber na mala.

Não irei referir as numerosas cidades em que estive, porque o relato ficaria longo demais. Viajar por terra, no interior revela-nos paisagens inacreditáveis de contraste entre vulcões e vegetação tropical. Um dia parei numa cantina de es-

trada que avisava num letreiro “Esto és território zapatista!”; falei com o responsável que me pareceu ser um pacífico cidadão preocupado com a sorte da gente que vivia em condições deploráveis nas aldeias situadas à volta; não me senti inseguro enquanto tomei o meu café!...

Os grandes conjuntos de ruínas pré-colombianas transportam-nos para civilizações que precisam de ser estudadas, na organização social, política e religiosa, antes de se passar à compreensão das marcas físicas que remanesceram. Mas os cinco séculos após a chegada dos espanhóis não são menos interessantes. Especialmente para um Português que pode estabelecer o contraste entre a nossa colonização e a conquista dos Espanhóis constitui um tema inesgotável para estudo. É evidente que alguém que comece a interessar-se pela cultura maia, acabará por ter de ir à Guatemala, onde se localizam ruínas da maior importância. Todavia, a presença no México não nos deixa indiferentes ao que sucedeu no país ao longo do último século e meio. Uma história cheia de acidentes, com interferências múltiplas do seu vizinho do norte, com reflexos grandes das novas ideias europeias (o positivismo e o resto) mas tudo interpretado no quadro de uma sociedade pobre e violenta, por serem grandes os contrastes que se estabeleceram dentro dela. Há figuras que nos atraem, de políticos, de pintores, de visionários, alguns dos quais não são necessariamente os que a história mais menciona. No meu caso, dou um relevo especial a José de Vasconcelos, ministro da Educação com um sonho imenso para a concretização do qual não lhe chegaram os braços nem o tempo. Há, na sociedade mexicana, muita gente com alto nível de preparação; tive o gosto de conhecer alguns na Haia, quando fui estudante no Institute of Social Studies e nós, Portugueses, tivemos a sorte de ter como embaixador do México em Lisboa, um antigo reitor da universidade da Ciudad de México que era uma personalidade de excepção.

No Perú são os Incas que se visitam. Por todo o lado há restos da sua civilização, muitas vezes bem conservados e que se percorrem sempre com admiração. Quando lá fui estava-se no rescaldo da instabilidade provocada pelo “Sendero Luminoso”, o que reclamava cautelas redobradas, especialmente em Lima e nas ruínas pouco frequentadas. A Natureza é surpreendente! Consegue-se conjugar a sua contemplação com o estudo aturado das civilizações antigas.

É evidente que é a Europa o continente que eu conheço melhor. Procuo sempre saber da história dos países ou das cidades que visito, nunca me limitando ao que vejo de fora. Vistas desta forma não há locais sem interesse. Tenho as minhas preferências, começando por Paris e Londres, onde as exposições, a música, as livrarias e o teatro nunca nos deixam chegar ao cansaço; o físico, certamente; nem o do conhecimento e do estímulo para saber mais.

Pelo que eu disse – e devo confessar que o fiz de modo muito contido – percebe-se que estou sempre pronto para fazer a mala e partir. O mundo é demasiado rico e as pessoas muito diversas e interessantes para deixar que quem viaja se aborreça. É preciso, contudo, que se procure ir além da superfície... Todavia, também pelo que eu disse percebe-se que viajo sempre na modalidade de “independent traveler”. Em grupo só fui ao Egito faraónico, porque não podia ir de outra maneira...



FIG. No Rio Douro com família no 80.º aniversário.



corresponde,
o dos livros
6). do Nihil
ua-se nesta
exemplo, ou
nto do que
na apenas
uito ao gos-
s Galileu, en
Major, sive
a de arte.
metade
olíticas
ra aos

Europa, z
icativo: de
ara 660 no
ises do s.
dos livros
Descartes
étodo em
em Ames-
feição das
uma letra
olumes fá-
ve-se por
nça de en-
l) assume
o e cienti-
o primeiro

encaderna-
is. Muitas
o. A marca
ja e por
Exauriam
se forrob
o das ligo-
ALVARO
DOMENICA
NIS
LITTELAN
LITTELAN
LITTELAN

CAPÍTULO XLIV

A BIBLIOFILIA

A bibliofilia é um “achaque” masculino que costuma atacar na meia-idade. Nem os jovens nem as mulheres são muito atreitos a essa “moléstia”. As mulheres dão excelentes arquivistas e bibliotecárias, mas não são propensas à acumulação compulsiva de livros que constitui a essência daquela “enfermidade”. São-no os homens maduros que frequentam livreiros e alfarrabistas à procura dos espécimes que faltam às suas colecções, costumando porfiar sem cansaço na sua perseguição. Esta “doença” costuma ter consequências domésticas apreciáveis. Uma vez cheio o espaço reservado aos livros, estes começam a invadir todos os cantos disponíveis, suscitando reparos no sentido da limitação das aquisições. Como esta não constitui o atributo mais corrente do comportamento do bibliófilo, cedo despontam as discussões que algumas vezes vão até à situação extrema do “ou eles ou eu”... Antes disso costuma surgir uma solução de compromisso que frequentemente consiste na aquisição ou arrendamento de um outro espaço localizado perto ou longe de casa, onde se vai acumulando a colecção com maior ou menor arrumação, mas com uma clara definição de fronteiras: ali manda ele sem restrições, com mais ou menos ordem, com mais ou menos pó, mas com soberania absoluta sobre o local. Quando se faz referência a esse novo espaço, nas conversas com terceiros, usam-se termos ambíguos para referir o espaço de recreio do lunático, do maníaco, do obcecado... Lá está ele nas suas ingresias”, subentendendo sempre que se trata de actividades lícitas e pacíficas, mas um pouco excêntricas. Não tanto como ir para o sótão brincar com uma rede de caminhos-de-ferro eléctricos, com pontes, aquedutos e passagens de nível, mas, todavia, uma actividade peculiar. Noutros tempos, quando se morria em casa e falecia um bibliófilo costumava dizer-se que pela porta por onde tinha saído o caixão, daí a poucas semanas sairiam também os livros...

Eu fui atacado precocemente pelos sintomas visíveis da “doença”. Aos trinta e poucos já eu ia acumulando mais livros do que o espaço aguentava. Entretanto, mudei de casa para um espaço bem maior que suportou, de forma arrumada, mais uns centos de volumes, até que teve de se dedicar um quarto aos montes que se acumulavam com algum critério, porque eu sabia onde estava aquilo que procurava. Mas as coisas foram piorando até ao ponto de eu ter de entrar de lado no dito quarto... A empregada queixava-se de que não conseguia lá levar o aspirador... O inevitável aconteceu: tive que comprar um rés-do-chão, longe de casa; ele tinha sido um ginásio de “dança-jazz” e, durante uns anos, permitiu respirar só com estantes nas paredes dos diversos compartimentos. Até que começaram a surgir as prateleiras no meio. Qualquer dia esgota!...

Como é que isto sucedeu? Eu sou um leitor obsessivo das matérias por que me interessa. E reparo nas citações, nas notas de pé-de-página e na bibliografia incluída no final de cada livro. Muitas despertam-me a atenção. Por isso vou em busca da obra referida. Por outro lado, quando leio um livro de um autor que me agrada, vou sempre ver o que ele escreveu além do que eu li. E raras vezes resisto a comprar um ou outro se o tema estiver na minha esfera de interesses. O resultado é o que se imagina. Compro os livros que irei ler, aqueles que irei consultar e aqueles que me dá conforto saber que estão na estante... à mão... Além de dicionários e de gramáticas. Parece que estes são massudos. Mas podem ser muito divertidos. Há uma académica espanhola, Pilar Vasquez Cuesta, que escreveu uma pequena gramática da Língua Portuguesa (1). Na altura em que conheci a professora eu estava a lê-la e só o podia fazer à noite, de maneira que lhe disse que o pequeno volume estava a ser o meu livro de cabeceira. Resposta imediata: “Perversiones”!...

Assim se vão acumulando coisas que têm o maior nexos entre si, mas cujo integral é um sólido a três dimensões que cresce todas as semanas. Tenho amigos que gostam muito de primeiras edições. Algumas vezes pagam fortunas por coisas que acabam por não ler, mas que acariciam com desvelos de atenção. Isso, sim, é que já poderá entrar no domínio do “fetichismo”... Outros gostam de esgotar um dado tema ou um autor. Alguns compram incunábulo preciosos que custam a decifrar, mas que representam documentos únicos para o estudo da sua época. Há um que tem milhares de referências no computador ligado ao telemóvel e

que, antes de comprar o que encontra, vai verificar se já o tem. Ou, em conversa com os amigos quando vem à baila um dado título, vai certificar-se de que já está na sua estante, quanto custou e onde o comprou. Um modelo de organização!... Outros vão à busca de encadernações preciosas. Neste campo, os encadernadores franceses são insuperáveis! Aliás, não percebo por que razão, sendo tão caras como são as encadernações, entre nós, não haja mais rapazes e raparigas a criar o seu próprio emprego neste ramo. Por exemplo, a colecção de ferros da Fundação Espírito Santo é admirável! No Porto há um encadernador que vai comprando o espólio dos colegas que vão fechando; possui verdadeiras raridades!...

Sucedem que eu herdei alguns livros, deram-me muitos ao longo da vida e eu fui comprando mais do que devia. Por isso eles são tantos!...

Além dos livros ligados à profissão, que são uns centos, é seguramente no campo da História que a minha biblioteca está mais bem-provida; e da História de Portugal, em particular. O tempo que mais me interessa é o que inclui a Monarquia Constitucional, a Primeira República e o Estado Novo. O meu propósito é “tentar perceber”... Já o disse nestas memórias que considero que Portugal tem melhor “massa” do que “elite”... Quanto mais leio sobre aquelas épocas mais me convenço disso. Quase sempre por egotismo das elites. Olham demais para si próprias e pouco para os outros. Cuidam mais dos seus interesses do que do bem-estar geral. E não sentem a responsabilidade de fazer chegar aos outros o benefício da sua acção. O conceito de “giving back” é-lhes totalmente desconhecido. Acham que os impostos já chegam. Mas os impostos pagamo-nos todos nós e não só aqueles a quem a fortuna sorriu de modo especial... Eu gostaria de que houvesse mais “homens de causas” e menos oportunistas e interesseiros. Como se conseguirá isso? Quando se percorre aquele século e meio verificamos que houve gente notável, mas que foi contrariada ou submersa pela intriga, pela calúnia e pela movimentação rasteira. A grande maioria dos Portugueses desses tempos não compreendeu o que se estava a passar. Muitas vezes, por indiferentismo, ao qual eu atribuo o pior do que nos foi acontecendo. Por isso quero entender, sempre, as causas das coisas. Algumas vezes as prateleiras enchem-se porque fui tocado por um interesse especial por uma personalidade ou por um acontecimento. O caso Dreyfus emocionou-me profundamente; e, por arrastamento, o período da III República Francesa

e o funcionamento das suas instituições. Há personalidades que me fascinam: Churchill, De Gaulle, os primeiros presidentes norte-americanos, Mandela... E outras que me intrigam, à frente das quais está Napoleão; há uns bons metros de prateleira sobre o seu tempo. O Terramoto de 1755 é responsável por muitos livros que possuo. As duas Grandes Guerras mundiais também.

Para um Português, tanto o Brasil como a Espanha despertam sempre interesse. Devemos estudar as suas histórias, porque estão demasiado ligadas à nossa para o esquecermos e porque numa delas correu muito sangue nosso e, na outra, a proximidade impõe atenção. Há que entendê-los!

Fui responsável pela edição de uma obra para a qual propus o título “Portugal como Problema” (2). O Dr. Mário Soares não concordou, dizendo que Portugal não era problema nenhum. Eu acho o contrário. Para mim Portugal é um enorme problema que tem tido muitas soluções ao longo do tempo... sempre improvisadas... É nossa obrigação procurar a da nossa época, aquela que nos permitirá prolongar com sucesso a nossa aventura de mais de nove séculos.

Algumas vezes ficam surpreendidos por um engenheiro também se interessar por História. Mas antes de ser engenheiro eu sou um Cidadão profundamente interessado pela sorte da nossa gente. Por isso, procuro compreender.

Mas é evidente que o engenheiro vem à tona muitas vezes. Tenho muitos livros sobre a abertura do Canal do Suez, do Canal do Panamá, do Túnel sob a Mancha e dos problemas técnicos, financeiros e políticos que a sua construção envolveu. Num alfarrabista da Rue des Écoles, em Paris, um ano depois de ter comprado o que lá havia sobre os dois escândalos financeiro-políticos do Canal do Panamá, pedi mais informação sobre o assunto. O empregado lembrava-se da minha primeira compra e respondeu-me: “Mas o senhor levou tudo, no ano passado!”. Tenho a certeza de que não esgotei o assunto, mas já não havia mais nada disponível. É esta atitude que faz alongar as prateleiras...

A maneira como os que nos visitaram, ao longo do tempo, olharam para nós é uma fonte inestimável para nos conhecermos melhor a nós próprios. Há numerosos relatos sobre Portugal e os Portugueses que não são lisonjeiros, mas que nos descrevem com acuidade. Colecciono-os com aplicação. Mas houve, também, muitos Portugueses a escrever sobre Portugal. Não resisto a ver o que di-

zem. Temos gente a escrever com objectividade. Os seus livros são inestimáveis. Como seria de esperar, eu gosto muito de ler memórias e biografias. Os políticos portugueses escrevem pouco sobre as suas vidas e o seu tempo, ao contrário dos ingleses e dos franceses que costumam deixar registos abundantes sobre o que fizeram. Os marechais de Napoleão escreveram quase todos os seus depoimentos; havia que ficar bem na história!... Mas os políticos ingleses escrevem com frequência as suas recordações. Houve mesmo um, Richard Crossman, de quem se diz, em brincadeira, que interrompia as conversas para ir tomar nota do que estava a acontecer. Escreveu memórias longuíssimas das quais eu possuo uma versão “abridged” que, mesmo assim tem quase setecentas páginas (3).

Eu sempre tive gosto em conhecer o que nós fizemos de bom na arquitectura, na escultura, na pintura, na cerâmica, nas pratas, no mobiliário... Colecciono os livros e os catálogos dos Leilões, onde se aprende tanto!... Tudo isto, naturalmente, além dos escritores portugueses, do passado e da actualidade que eu considero de nossa estrita obrigação frequentar assiduamente, até para aprender com eles a escrever correctamente a nossa Língua. Todavia, insisto em ler no original os livros escritos nas línguas que falo. Não é que não haja boas traduções para o Português, mas nada substitui o treino da leitura na expressão em que os livros foram escritos pelos seus autores.

Eu estimo muito a conversa com os livreiros e com os alfarrabistas. À força de os visitar com tanta frequência eles já conhecem os meus interesses e, muitas vezes, separam livros para me tentarem. Há excelentes profissionais, nesta área, por esse mundo fora. É evidente que a “net” tem ajudado muito, nesse aspecto, mas nada substitui o gosto pelos livros e a acumulação competente de informação que um profissional vai juntando ao longo do tempo. Acontece, porém, que as conversas com outros “viciados” que acabam por ser “habitués” em certos alfarrabistas são uma fonte de informação inestimável. E assim se gera uma espécie de cumplicidade que permite revelar o que se viu noutro lado (se isso não nos interessar, obviamente...). Com efeito, eu tenho beneficiado dessa “solidariedade”.

Apesar de eu ter muito mais para ler do que conseguirei fazer até ao fim dos meus dias, a verdade é que ainda consigo dedicar duas a três horas por dia para o fazer. Sempre no maior silêncio! Nunca em cafés, salas de estar de hotéis, bibliote-

cas públicas ou outros locais com ruídos mesmo que abafados (4). Não contando, obviamente, com os relatórios técnicos que tenho de estudar para comentar ou como instrumento do meu próprio trabalho. Isso decorre de não me divertirem os programas da televisão. Ouço dois noticiários por dia e isso chega-me. O resto aborrece-me... e por isso leio tanto. Mas é evidente que eu sei, perfeitamente, quando compro livros, que só lerei uma pequena parte do que levo para casa... Foi, por isso, que eu comecei a designar a bibliofilia como um achaque; digamos que é o que o dicionário define como “doença sem gravidade”...





CAPÍTULO XLV

A MINHA ACTIVIDADE COMO EDITOR

A passagem do 250.^o aniversário do Terramoto de Lisboa de 1755 decorreu (em 2005), quando eu estava no Conselho Executivo da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD).

A questão da protecção contra os efeitos dos sismos sempre me preocupou muito. Sei que há mais de quarenta anos estão definidos, no Regulamento das Solicitações para Edifícios e Pontes, as cargas de projecto que devem ser consideradas, para esse efeito, nas diversas zonas do País, mas, conhecendo os termos em que se processa, correntemente, a fiscalização das construções, não tenho certeza nenhuma acerca do que lá está dentro, particularmente, nos grandes conjuntos habitacionais mais modestos, feitos por atacado e com esmagamento de preços. Para além disso, os edifícios construídos antes da definição daquele Regulamento ainda são muitos, havendo largas extensões das nossas cidades do sul e, particularmente, de Lisboa, onde os efeitos de um sismo de grau elevado podem ser muito devastadores. E, no que respeita às medidas de emergência a tomar na sequência de um grande desastre, julgo que é preciso ter um quadro claro de actuação definido para que se não sofram consequências da amplitude que a História nos relata terem sucedido há 250 anos. Por isso, aproveitando a efeméride, propus a organização de um encontro na FLAD, com especialistas nacionais e estrangeiros que trataram das muitas dimensões do assunto. Assim, desde os temas da sismologia até às obras que estão em curso para garantir a solidez da Basílica de Santa Sofia, em Istambul, desde as potenciais consequências de um “tsunami” nas costas do Algarve em diferentes dias do ano e a diversas horas do dia, até às modificações regulamentares aconselháveis, nesse seminário fez-se o ponto da situação em que nos encontramos hoje, sendo que as autoridades responsáveis pelas diversas medidas a tomar estiveram presentes. Sobre

tal, a primeira conclusão a que cheguei foi constatar a capacidade de um grande número de profissionais, nomeadamente académicos, que guarnecem as nossas instituições, universitárias ou administrativas. Contudo, confirmei, também, as minhas suspeitas relativamente à fiscalização das construções e à necessidade de estabelecer planos de emergência.

Para deixar uma marca tangível do assinalamento da data propus e foi aceite que se produzisse um livro com comunicações relacionadas com o Terramoto de 1755 e com a problemática dos sismos em Portugal e das suas consequências potenciais. Em contacto com uma colaboradora do “Público”, Sílvia Reig, gizámos um esquema em que haveria uma parceria com o jornal e os lucros potenciais seriam divididos em partes iguais. O primeiro volume deveria ser posto à venda no dia 1 de Novembro de 2005, assinalando desse modo a data a relembrar. Ora, por muito surpreendente que isso possa parecer, na manhã desse dia foram vendidos cinco mil exemplares, tendo de se fazer uma segunda e uma terceira tiragens nas semanas seguintes. A cadência de apresentação para venda era de quatro semanas. Como sempre faço comecei por reunir com algumas autoridades na matéria a tratar, com quem debati longamente os título das comunicações a encomendar. Neste caso foram o Prof. Carlos Sousa Oliveira, o Prof. Luís Mendes Victor, o Doutor Gomes Coelho e o Prof. Luís Oliveira Ramos. Fixadas as áreas em que deveria haver textos, foram seleccionados os nomes dos autores com quem falei directamente para obter a sua anuência e para fixar os termos de referência dos artigos a produzir. Deste modo, foi estabelecido que seriam cinco volumes, tratando das seguintes áreas: i) A descrição do Terramoto de 1755 nas suas diversas facetas e áreas de incidência; ii) A protecção contra as consequências da ocorrência de sismos; iii) A decisão das providências tomadas, ao tempo, pelo Marquês de Pombal; iv) A tradução de um manuscrito do século XVIII, onde se formulava uma teoria coeva da ocorrência dos sismos. Estava previsto, ainda, um quinto volume v) com as implicações filosóficas do Terramoto, tal como foram interpretadas por autores ilustres, de todos conhecidos, mas os dois académicos a quem o estudo foi sucessivamente encomendado, falharam a sua produção. Talvez, haja, um dia, alguém que se deixe estimular pelo desafio... Este livro foi um sucesso comercial e mereceu numerosas manifestações de apreço. Face a este resultado,

abalancei-me a propor uma outra produção, feita em parceria semelhante com o jornal “Público”. Desta vez o tema escolhido foi “Portugal”! Há muitos exemplos de autores que escreveram sobre os seus países em situação de crise. Uma forma corrente é a de “cartas”, habitualmente vindas de fora. O primeiro a fazê-lo foi Montesquieu com as suas “Lettres Persannes” (1) mas houve outros: Cadalso com as suas “Cartas Marruecas” (2); Tomás António Gonzaga com as “Cartas Chilenas” (3), são exemplos conhecidos. Mas, também pode ser ao contrário e, a partir de dentro e com nome de estrangeiros, fazer críticas irónicas acerca do que vai acontecendo. Tal é o caso dos Bilhetes de Colares assinados por A.B. Kotter que é o Embaixador José Cutileiro (4).

Outra forma são as análises dos textos produzidos, ao longo do tempo, por escritores que se notabilizaram pela expressão do modo como olharam para o seu país. Um exemplo notável deste conjunto é o livro de Dolores Franco “Espanña como preocupación” (5), uma antologia inteligente e erudita. Foi este o modelo selecionado, tendo eu falado com o Prof. Pedro Calafate para se encarregar da escolha dos textos e do seu comentário. Fez uma antologia exemplar e sempre lhe demos o título de “Portugal como problema”, conforme sugeri. Houve mais críticas de gente ilustre, a começar, sobretudo, pelo título com o qual não concordavam, dizendo que Portugal não era problema nenhum. Está a ver-se!... Neste, os primeiros quatro volumes têm os sub-títulos seguintes: i) Séculos V-XVI – A Afirmação de um Destino Colectivo; ii) Século XVI a XVIII – Da Obscuridade Profética à Evidência Geométrica; iii) Século XIX – A Decadência; iv) Século XX – Os Dramas de Alternativa. Entendeu-se que deveriam ser, também, reunidos textos englobados sob o título genérico de “A Economia como Solução”. Da selecção e comentários encarregou-se o Prof. José Luís Cardoso, o qual produziu mais dois volumes: v) A Economia como Solução – 1625/1820 – Do Mercantilismo à Ilustração e vi) A Economia como Solução 1821/1974 – Da Revolução Liberal à Revolução Democrática. Efectivamente, estes seis volumes representam um instrumento fundamental para o conhecimento dos principais textos, produzidos em momentos críticos da nossa história, por autores que viveram os acontecimentos e os interpretaram. Eles são indispensáveis como companheiros do estudo da História de Portugal. Como depoimento pessoal, devo acrescentar que as sessões de trabalho com os

Professores Pedro Calafate e José Luís Cardoso ficaram, para mim, como ocasiões ímpares de convivência com dois espíritos de eleição.

A publicação voltou a ser um sucesso comercial. De tal maneira que nos entusiasmos a prosseguir com a receita.

Eu acho que nós, Portugueses, temos uma atitude descuidada em relação a muitos dos nossos recursos naturais. Um deles é a floresta. Quase se pode transferir o que, em relação à Música, Berlioz dizia dos Franceses: “Ils adorent la Musique, mais ils ne l’aiment pas!”. Se perguntarmos aos nossos concidadãos se gostam das florestas eles dirão que as adoram, mas no comportamento de todos os dias, tratam as árvores com uma grande displicência ou mesmo negligência, não se aproveitando a floresta como recurso, aos níveis que o nosso clima e o nosso solo permitem. Para amar é preciso conhecer, não só superficialmente, mas com um grau de profundidade suficiente para ter um grande entendimento acerca do que as árvores significam, como elemento de um sistema complexo, onde se integram os recursos hídricos, a conservação da Natureza e a exploração racional de um recurso essencial para muitas das nossas actividades económicas.

A Liga para a Protecção da Natureza, por intermédio do seu Presidente, Prof. Eugénio Menezes de Sequeira, tinha solicitado à FLAD apoio para a publicação de um estudo sobre o carvalho português que já tinha sido elaborado. Julguei que se poderia ampliar o âmbito da proposta, juntando ao carvalho português outras espécies que, entre nós, ocorrem e podem ser economicamente exploradas, abordando, além disso, temas relacionados com a protecção e com a educação ambiental dos jovens. Foi com esta ambição que propus, tendo sido aceite, a produção, novamente em parceria com o “Público” e em termos semelhantes, de uma série sobre as “Árvores e Florestas de Portugal”. As conversas para afinação do plano da edição foram tidas com o Prof. Joaquim Sande Silva. Com ele foram discutidos, em pormenor, o número de volumes a produzir e os autores respectivos. Até a selecção das fotografias foi apreciada, porque ele, além de muito sabedor da matéria, tem uma rara sensibilidade para as imagens. Decidimos, logo, que o primeiro volume tinha de ter capacidade de atracção para toda a colecção, desde a capa ao conteúdo. Por isso se mobilizou para o compor a colecção inesgotável do Eng.^o José Neiva Vieira que é um compulsivo organizador das mais diversas

séries de documentos sobre as árvores e as florestas, desde as fotografias aos textos, passando por caixas de fósforos e cartazes. Saiu uma série de nove volumes que é tida como a obra mais extensa, saída de uma vez só, sobre silvicultura, em Portugal. Os sub-títulos dos diversos volumes são os seguintes: i) Floresta Portuguesa – Imagens de tempos idos; ii) Os Carvalhais (Um património a conservar); iii) Os montados (Muito para além das árvores); iv) Pinhais e Eucaliptos (A floresta cultivada); v) Do Castanheiro ao Teixo; vi) Açores e Madeira – A floresta das ilhas; vii) Floresta e Sociedade (Uma história em comum); viii) Proteger a Floresta (Incêndios, Pragas e Doenças) e ix) Guia de Campo (As árvores e os arbustos de Portugal Continental).

A intenção relativamente a este último volume foi dispor de um livro de dimensões fáceis de transportar, destinado a acompanhar pais e filhos em expedições pelo campo, ou jovens com curiosidade pela Natureza ou habitantes permanentes ou transitórios das zonas rurais florestadas, de modo a que soubessem os nomes e os atributos das espécies que encontram. Tratar as árvores pelo nome faz parte do estilo das relações que gostaríamos de ver generalizadas entre os Portugueses e as suas florestas, tal como sucede nos países mais civilizados do mundo. No nosso caso, não seria somente um indicador de refinamento civilizacional, seria, também, a prova de que possuímos os conhecimentos básicos necessários para mobilizar e explorar um recurso que a Natureza nos prodigaliza em condições ímpares. Foi tudo isso que levou à produção de uma série plasticamente notável e cheia de conteúdo científico e prático.

A última série de publicações de que fui o editor teve como pretexto a evocação da Segunda Invasão Francesa, no Porto, cujo segundo centenário passou em 2009. Noutro lado faço alusão aos acontecimentos que marcaram a efeméride. Aqui limito-me a referir a série de quatro volumes vindos a lume através do “Público”. Como sempre faço, nestas circunstâncias, comecei por reunir com académicos que conheçam bem o assunto, por já o terem abordado em artigos ou livros por si escritos. Foram eles: o Prof. Luís Oliveira Ramos, o Prof. António Pedro Vicente, o Prof. Francisco Ribeiro da Silva, o Prof. Jorge Martins Ribeiro, a Prof. Isilda Monteiro e o Prof. Eugénio dos Santos. Fez-se a distribuição dos temas entre os autores portugueses, ingleses, franceses e espanhóis que entendemos poderem tratar

os diversos assuntos. Todos os estrangeiros eram especialistas da época, ou dos personagens ou dos locais que queríamos ver tratados. Os quatro volumes publicados, que beneficiaram de um expressivo apoio da Câmara Municipal do Porto, representam um marco importante dos estudos sobre o tempo das tropas napoleónicas no Porto. Aliás, já suscitaram muitas outras publicações e um interesse renovado por aquele período. Assim, tal como sucedeu com as três séries anteriores, esta também foi um sucesso editorial, tendo originado um pequeno lucro com o qual foi possível colmatar uma lacuna portuense: a existência de um busto de bronze de Lord Wellington, colocado na esquina da Rua do Rosário com a de D. Manuel II, na proximidade do Palácio dos Carrancas, onde esteve instalado o quartel-general do comandante das tropas anglo-lusas.

Esta actividade editorial deu-me enorme satisfação! De tal modo que, um dia, a Dr.^a Cláudia Azevedo, administradora do Público, dizia-me a brincar que o Dr. José Manuel Fernandes, director do jornal, lhe tinha proposto contratarem-me para editor de séries semelhantes... Se o tivessem feito, eu tinha aceite!...

*

Uma outra publicação de que fui organizador tem uma génese diferente. Como referi noutro lado (Capítulo), houve um período, durante a minha actividade na Associação Empresarial de Portugal, em que colaborei ou organizei três mostras em S. Paulo. Deram-me todas grande satisfação. Ao contrário do que é costume dizer-se, S. Paulo é uma cidade muito interessante. Não tem a beleza natural do Rio de Janeiro, mas é uma cidade vibrante de iniciativa e de capacidade de realização. Sinto-me lá muito bem! Sucede que durante os períodos que passei na cidade fui conhecendo numerosos académicos, artistas e empresários que me eram apresentados pelos responsáveis da Exponor-Brasil. Um deles sugeriu à Editora Senac que eu fosse sondado para ser o parceiro português na organização de um livro sobre a abertura dos portos do Brasil pelo Príncipe Regente D. João, cujo responsável brasileiro era o Embaixador Rubens Ricupero, antigo Ministro da Fazenda do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Comemorava-se, então, o segundo centenário da decisão que tinha sido da maior importância para o Brasil. Eu respondi logo que sim. Ora, aconteceu que,

por acaso, o Embaixador e a Senhora passariam pelo Porto em breve, de modo que os convidei para almoçar em minha casa, combinando, então, a linha geral da publicação. Seriam seis comunicações de autores brasileiros. Ele era um estudioso apaixonado da época, de modo que ficou logo entendido que faria um texto com as suas próprias ideias. Os autores brasileiros foram escolhidos pela própria Senac com a anuência do Embaixador, tendo eu ficado com a responsabilidade de selecionar os portugueses. Nesse sentido, falei com o meu velho amigo Prof. Eugénio dos Santos, professor de História do Brasil na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, para escrever uma das comunicações e para me ajudar a convidar os outros. Foi assim que cheguei à fala com os Professores Valentim Alexandre, Ângela Domingues, José Luís Cardoso, Maria Lêda Oliveira Alves da Silva e Jorge Couto. Combinámos a linha geral do que cada um trataria. O resultado foi um livro “A Abertura dos Portos” (6), que surpreendeu muita gente que não sabia ter sido essa medida tomada pelo Regente, nos primeiros dias após a sua chegada ao Brasil, que iniciou o processo da autonomia económica da Colónia e, por isso, da independência do Brasil. O livro foi apresentado em S. Paulo, durante um seminário em que participaram alguns dos autores brasileiros e o Prof. Kenneth Maxwell, convidado pela Fundação Luso-Americana para fazer uma palestra sobre o tema. Houve, ainda, no Rio, uma série de actos comemorativos do aniversário, a que se associaram os Presidentes Cavaco Silva e Lula da Silva. Por causa do livro eu integrei a comitiva do Presidente português e muitos dos meus companheiros de viagem que foram a livrarias cariocas, durante esses dias, vieram exhibir-me, com contentamento, a sua compra, referindo sempre que ele estava em enormes pilhas, em todas as livrarias.

*

Essa foi a primeira vez que me confrontei com a questão da escrita da história apologística e patrioteira! Um dos autores brasileiros insistia em que o verdadeiro responsável pela iniciativa tinha sido José da Silva Lisboa, futuro Visconde de Cairú. Ora a lógica e alguma evidência documental indicam que o tema vinha, de há muito, a ser aflorado, devendo ter sido objecto de inúmeras avaliações, antes da chegada do Príncipe Regente à Baía. Havia, de resto, muitas recomendações

feitas em Lisboa, antes da partida. É pouco provável que uma decisão de tão largas repercussões tenha sido tomada sobre a simples sugestão de um notável local, logo após o desembarque. Mas ainda há quem pretenda fazer passar a ideia de que a glória de uma decisão inevitável pertence a um seu compatriota. A História reclama, antes de tudo o mais, muito rigor.

*

Com tantos sucessos amadores, acho que se perdeu uma vocação patente para editor¹ profissional... Aprendi muito, diverti-me ainda mais e conheci gente magnífica, generosa e sabedora, de quem guardo uma recordação imperecível.

¹ Atribuí a designação de editor ou director de colecção no sentido português e não no inglês.

1755

IV

SOBRE AS CAUSAS DOS TERRAMOTOS

1755

III

PROVIDÊNCIAS DO MARQUÊS DE POMBAL

1755

II

O GRANDE TERRAMOTO DE LISBOA VOL. 2

1755

I

O GRANDE TERRAMOTO DE LISBOA VOL. 1

VI

PORTUGAL COMO PROBLEMA 1821-1974

V

PORTUGAL COMO PROBLEMA 1625-1820

IV

PORTUGAL COMO PROBLEMA SÉCULO XX

III

PORTUGAL COMO PROBLEMA SÉCULO XIX

I

PORTUGAL COMO PROBLEMA SÉCULOS XVII E XVIII

I

PORTUGAL COMO PROBLEMA SÉCULOS V-XVI

O Porto e as Invasões Francesas

IV

O Porto e as Invasões Francesas

III

O Porto e as Invasões Francesas

II

O Porto e as Invasões Francesas

I

09

GUIA DE CAMPO

08

PROTEGER A FLORESTA

07

FLORESTA E SOCIEDADE

06

AÇORES E MADEIRA

05

DO CASTANHEIRO AO TEIXO

04

PINHAIS E EUCALIPTAIS

03

OS MONTADOS

02

OS CARVALHAIS

01

FLORESTA



CAPÍTULO XLVI

COMEMORAÇÕES, EVOCAÇÕES, EXPOSIÇÕES E CONFERÊNCIAS

Por uma razão ou por outra, fui muitas vezes solicitado para organizar ou co-organizar conferências, comemorações, evocações, exposições e outras manifestações semelhantes. Para que qualquer delas corra bem, a primeira coisa a fazer é definir os objectivos que, com a sua realização, se quer alcançar. Quando isso não está claramente enunciado, o mais natural é que saia tudo mal.

Eu sempre fui renitente em relação às acções efémeras. Sei que há muitos que dizem que são elas as realmente importantes, porque, se forem bem-feitas, produzem emoções tão fortes que, a partir daí, nada será como dantes. Mas devo ser eu que nunca assisti a nada verdadeiramente marcante, tendo em conta que tudo o que vi desse género me passou sempre ao lado. Nunca tive de pagar nenhuma factura de fogos de artifício. Mas, quando as circunstâncias me levam a ter de assistir a algum, penso sempre em aplicações alternativas mais interessantes para o dinheiro que nele se gasta.

Para mim, tudo o que é efémero tem de possuir um valor simbólico muito elevado, para valer a pena fazê-lo. Não estou a falar da música que, por natureza não se pode agarrar; mas aí a experiência estética dura pelo menos o tempo da audição e mesmo que se esgote, já é muito. Assim, quando solicitam o meu concurso para qualquer manifestação deste género, a primeira coisa que eu faço é perguntar o que se tem em mente com a sua realização. E quando se elabora o plano de qualquer delas, propendo sempre mais para as coisas que durem do que para as que o vento leva.

Convém distinguir, claramente, a realização de uma comemoração ou celebração de uma evocação. Jean-Nöel Jeanneney (1), que foi encarregado pelo Presidente François Mitterrand de organizar, em 1989, as comemorações do segundo centenário da Revolução Francesa, faz judiciosas considerações acerca da distinção entre comemorações e celebrações e sobre a utilidade das mesmas.

Eu tive ocasião de organizar comemorações e evocações. Entre as primeiras figurou o Centenário da Universidade do Porto; entre as segundas estão o centenário da Segunda Invasão Francesa, comandada por Soult e os duzentos e cinquenta anos do Grande Terramoto de Lisboa, em 1755!

Os propósitos de uma comemoração contêm um elemento de júbilo e devem visar o reforço do espírito que animou o acto que se celebra ou o fortalecimento da instituição que faz um aniversário “redondo”. Vai-se relembrar o passado como forma de enfrentar melhor o futuro. Os de uma evocação de um acontecimento trágico são distintos: visam homenagear quem lhe sofreu os efeitos e entender os factores que o determinaram, também como modo de precaver o futuro.

Comemorações e evocações pegam ambas em factos passados, mas, para serem úteis, devem olhar sempre para a frente, extraíndo, através da reflexão, as lições possíveis para o futuro. Se assim não for, o seu alcance será limitado, passando à categoria de acto efémero e, seguramente, inconsequente. Para mim, isto é uma opinião definitiva: uma comemoração ou uma evocação só se devem fazer se tiverem algum propósito em relação ao futuro; se for só para relembrar o passado, quiçá aprofundando rancores, não devem ser feitas.

A última grande comemoração que estive a meu cargo foi a do centenário da Universidade do Porto. As suas escolas são herdeiras de outras instituições mais antigas, algumas do século XVIII, mas foi a República que juntou, em 1911, as duas mais importantes – a Escola Politécnica e a Real Escola Médico-cirúrgica – para formar o embrião do que é hoje a maior universidade do País. Os actos meramente simbólicos que assinalaram esta data concentraram-se no dia da Universidade – 22 de Março de 2011 – para o qual foram convidados os reitores de todas as universidades, por esse mundo fora, com as quais a do Porto tem colaborado, quer no âmbito do Programa Erasmus, quer na formação de doutores, quer, ainda, em trabalhos de investigação das mais diversas naturezas. A cerimónia solene teve lugar na reitoria e foi presidida pelo Chefe de Estado que entregou à instituição a mais alta condecoração a que ela poderia aspirar. O acto teve um grande colorido, porque os trajes académicos dos estrangeiros são muito conspícuos e isso ajudou a perceber a irradiação, pelo menos europeia, da Universidade do Porto. À noite houve um concerto no

Coliseu com música de compositores portugueses que estiveram activos durante o século que se comemorava. Terminou com uma peça expressamente encomendada para o efeito. Tudo foi devidamente gravado, esperando-se que haja meios para editar, um dia, o disco correspondente.

A Universidade tem colecções ricas de arte egípcia, de vasos gregos, de desenhos e gravuras, de espécimes bibliográficos raros, de mapas antigos, de instrumentos científicos... Cada colecção tem a sua história. Nem os membros da comunidade académica, nem os habitantes ou visitantes do Porto os conheciam. Aqueles que aguentam ser expostos passaram a ser exibidos em permanência. Os mais frágeis foram recolhidos depois das exposições. Mas todos foram devidamente estudados e objecto da elaboração de catálogos, aliás, primorosamente apresentados, por professores da Casa. Isso estimulou-os muito.

Há uma série bibliográfica sob o título do Centenário e que ainda está a sair, tratando da história da Universidade ou das suas escolas e da obra e vida de alguns dos seus membros mais ilustres. A maior parte escrita por docentes da própria Universidade. Procurou-se aprofundar as relações entre a Escola e outras instituições da Cidade. E também se fez uma Conferência para debater o futuro da Universidade. O vasto programa foi cumprido graças ao devotamento de poucos que, como sempre sucede, não regatearam esforços para que tudo corresse bem. Ficou-me uma mágoa: a maior parte dos docentes e dos discentes mantiveram-se alheados das comemorações. A Casa não tem, para eles, qualquer valor simbólico. É meramente o local de trabalho ou de estudo. Será o resultado de um excesso de solicitações? Será que as instituições, pelo facto de o serem, os aborrecem? O defeito estará nos promotores que não souberam encontrar os meios adequados para estabelecer a comunicação? O que é que os torna tão “blasés”, se é disso que se trata? E, no entanto, irão invocar pela vida fora que aqui estudaram ou trabalharam! Mas não sentem a instituição como sua... E isso é, para mim, um sintoma muito preocupante. Passar-se-á o mesmo nas outras grandes escolas europeias e americanas?

Além dos problemas financeiros da Universidade esta é a sua questão mais visível. Eu já tinha sido avisado disso por um Colega mais antigo e, porventura, mais agudo na observação. O problema do divórcio entre as pessoas e as

instituições não é só neste sector que se vê. Por que estão os Portugueses tão alheados, se não mesmo zangados, com elas? Poucas coisas, além do futebol e do desporto em geral, os mobilizam. Por quê?

*

Uma evocação que me inoculou um vírus de polarização permanente foi a da Segunda Invasão Francesa no Porto. O Presidente da Câmara Municipal, ouviu-me falar do assunto e, um dia, veio almoçar a minha casa trazendo um despacho ainda não assinado no qual me designava como coordenador dos diversos actos que a assinalariam. Deu-mo a ler, perguntou-me se eu estava de acordo – dei a minha aquiescência – e assinou-o de imediato, na minha frente.

A minha disponibilidade trouxe-me, de retorno, numerosos motivos de satisfação. O primeiro respeita às pessoas que conheci. Elaborei um programa vasto que submeti à apreciação do Presidente e que ele aprovou. Ele contemplava, entre outras coisas, a produção de um livro a que me refiro no capítulo XLV, a organização de uma exposição, um acto de invocação dos mortos e a construção de uma marca física evocativa em local adequado.

Em relação ao livro ele foi evoluindo “em círculos concêntricos”. Comecei por me reunir com amigos; depois estendi os contactos a um segundo círculo de conhecidos, avançando sucessivamente até me corresponder com os maiores especialistas mundiais da Guerra Peninsular ou do período napoleónico. Será escusado dizer que comecei a ler tudo o que vinha à minha mão sobre o tema e a procurar mais informação. Há mesmo um alfarrabista, em Paris, que está convencido de que eu sou um académico do ramo...

Guardo uma grande recordação desses encontros, no Porto e em Lisboa, onde se definiram os temas a tratar e os autores a convidar. Aprendi muito sobre o tema e, sobretudo, aprendi a apreciar as pessoas que sabiam profundamente sobre um ou outro aspecto daquele período turbulento em que a Europa tremeu com a ambição desmedida de um homem que era também um génio. Sobre tal, tenho grande satisfação em lembrar duas pessoas que me deram um apoio inestimável: o meu amigo Luís Oliveira Ramos, antigo reitor da Universidade do Porto e um especialista daquela época, o Prof. António Pedro Vicente. Conheci, posteriormente,

o Prof. Charles Esdaile, uma sumidade na Guerra Peninsular e troquei correspondência com muitos outros, entre os quais, o Prof. Jean Tulard que os franceses reverenciam como o maior especialista vivo sobre a época napoleónica. Tudo isto veio porque eu aceitei a incumbência do Presidente da Câmara.

Os quatro volumes de “O Porto e as Invasões Francesas” (2) estão publicados. Já comecei a ver referências aos mesmos em artigos escritos posteriormente. É neste sentido que digo que a obra não foi efémera.

Realizou-se, também, uma exposição no Palácio de Cristal sobre o mesmo tema. O seu catálogo é eloquente, dado que se conseguiu reunir um acervo de documentos e de peças absolutamente notável. Talvez a mais impressionante para mim tenha sido o original do Tratado de Viena, assinado pelos delegados entre os quais Talleyrand e o Conde de Palmela. Outra peça, mais caseira, foi o serviço de chá que Napoleão fez comprar no Funchal, na sua viagem para Santa Helena e que é do nosso grande prateiro Firmo da Costa. Outra foi o inacreditável relógio de Junot que haveria de ser comprado por um descendente de Wellington e que hoje está numa colecção em Lisboa. Mas a exposição não tinha só “curiosidades”. Ela constituía um importante instrumento de informação e aprendizagem sobre a época. A inteligência com que foi montada deve-se ao Dr. Manuel Real, Director do Arquivo Municipal do Porto.

Aproveitou-se, ainda, para assinalar os locais dos encontros nas duas margens da Ponte das Barcas que tão grandes marcas deixou no imaginário portuense. Quem concebeu as duas peças foi o Arq.^o Eduardo Souto Moura.

Houve, também, um grande concerto no Coliseu, onde foi estreada uma obra coral sinfónica da autoria do Cónego Ferreira dos Santos com mais de 500 coralistas. O Porto dispõe de numerosos coros quase todos pequenos e ligados à Igreja. A ocasião deu a alguns a ideia de se associarem mais vezes para cantarem obras de maior fôlego do que as habituais. A casa estava cheia e foi um momento de entusiasmo muito pouco comum. No fim todos aplaudiam: quem tinha cantado, quem tinha tocado e quem tinha ouvido. Em Portugal, não há muitos momentos em que todos se deixem empolgar, em unísono, em torno da realização que os juntou. No futebol a casa está sempre dividida em duas partes... Nos comícios, a divisão das águas fez-se antes de lá entrar... Hoje poucos vibram em cerimónias

cívicas. Será preciso convidar mais vezes a selecção nacional de “rugby” que é quem sabe cantar, no tom certo, o hino nacional...

*

Especialmente no tempo em que trabalhei na Associação Empresarial de Portugal, fui encarregado de organizar algumas exposições. Elas tinham, habitualmente, lugar por volta do dia do aniversário da Associação: 3 de Maio. A esse propósito fizemos exposições sobre maquinaria industrial (têxtil, fundição e outras) que, depois de restauradas, passaram a fazer parte do acervo do Museu da Indústria que ainda está a aguardar por melhores dias para ver a sua abertura. Outro tema foram os “Empresários do Norte” que deu um catálogo que será importante consultar. Paralelamente foi elaborado um erudito volume sobre a História da Indústria em Portugal (3). Eram sempre pequenas exposições, porque os meios não eram muitos, mas cujo conjunto, apreciado através dos seus catálogos, permite formar uma ideia acerca da importância da indústria no norte do País e dos seus protagonistas. As exposições representaram um complemento ilustrativo interessante do livro sobre a História da Indústria e esta, por sua vez, um guião cheio de informações que remetiam muitas vezes para as peças exibidas.

Mas as exposições em que tive maior intervenção realizaram-se em S. Paulo. Uma em colaboração com o Eng.^o Luís Braga da Cruz e outras sob minha responsabilidade directa. A primeira chamou-se “Portugal de Relance” (4) e destinava-se a mostrar o nosso País desde a adesão à União Europeia, a qual, na época, perfazia 17 anos. Ela realizou-se num pequeno museu – o Museu Brasileiro de Escultura – que não tem peças no seu interior, mas é um bonito espaço concebido pelo Arq.^o Paulo Mendes da Rocha, autor do projecto do novo Museu dos Coches, em Lisboa. Aproveitou-se a passagem do Presidente Jorge Sampaio, a caminho da Cimeira Latino-Americana, para ela ser inaugurada com solenidade. A exposição foi muito visitada, mas teve de concorrer com muitos outros acontecimentos. Foi nessa ocasião que eu soube que a “agenda dos eventos” diários em S. Paulo, tem uma média de mais de seiscentos!... Seja o que for que se faça, a concorrência é sempre temível...

Vale a pena dar um breve apontamento acerca das outras duas. Uma foi sobre Arquitectura Portuguesa. Ela tinha o título DEScontinuidade (5) e estava dividida em duas partes, uma sobre os profissionais do século XX já falecidos e outra sobre os contemporâneos. Optámos (por razões económicas) por expor os desenhos em bancadas corridas da altura de um estirador. Os arquitectos brasileiros aperceberam-se da intenção, imediatamente, e disseram-me: “Você foi buscar a altura a que, habitualmente, nós olhamos para os projectos...”. Era esse o propósito! A exposição foi acompanhada por quatro palestras feitas por grandes arquitectos em actividade. Eu tive a honra de ser o moderador da que fez o Arq.^o Eduardo Souto de Moura. A sala comportava 700 lugares e estava à cunha. Fiquei surpreendido quando me disseram que havia outra sala, com a mesma capacidade, exactamente por baixo daquela em que nós estávamos e onde outros 700 espectadores seguiam através da televisão tudo o que se estava a passar na nossa.

O Arq.^o Souto de Moura tem uma maneira muito peculiar de comentar as suas obras. Fê-lo em relação a três projectos já realizados, adoptando o mais natural dos tons, como se tudo fosse fácil e ele não tivesse tido nenhum mérito. A sua simplicidade junta à qualidade manifesta das obras suscitou, no final, uma ovação que se prolongou por minutos. Eu virei-me para ele e disse-lhe: “Ovações destas eu só tinha visto para tenores!”. Mas ele é, de facto, um grande “tenor” da arquitectura... A outra respeitava a pratas. O Porto tem uma antiga tradição prateira e o Brasil uma outra de aquisição das suas peças, especialmente no Rio de Janeiro e em S. Paulo onde havia um poder de compra maior. As elevadíssimas taxas de importação que o Brasil aplica a estes produtos fez, há muito, estancar o fluxo comercial entre o Porto e aquelas duas cidades, mas nós queríamos mostrar que ainda somos bons tanto em termos de desenho como na manufactura. Foi decidido fazer uma exposição das pratas do Porto desde a época “Art Déco” até à actualidade. Eu lembrava-me de uma exposição no nosso Museu de Etnografia, em Lisboa, a que fiz referência noutra lado (Capítulo VIII) e recomendei que tudo fosse posto com focos de luz intensa sobre as peças. Quando o Secretário de Estado da Ciência de S. Paulo entrou na exposição para a inaugurar, não escondeu a surpresa que o efeito lhe causou. Ele não soube, no entanto, as preocupações que a montagem da exposição me tinha dado.

As peças chegaram a S. Paulo numa quarta-feira. A exposição seria inaugurada na terça-feira seguinte ao fim da tarde. Tínhamos previsto que o fim-de-semana daria para fazer a montagem, porque o espaço já estava todo preparado e limpo. Era só pousar as peças e fixar as campânulas de acrílico que as protegeriam. Quisemos levantar o material na 5.^a feira. O delegado das alfândegas não podia senão no dia seguinte. Quando lá fomos na 6.^a feira o fiel do armazém, onde tudo estava arrecadado havia já partido para fim-de-semana em parte incerta, só regressando na 2.^a feira de manhã. E só ele tinha a chave do armazém. Haviam-se perdido dois dias; perderam-se mais outros dois. Na segunda-feira ao princípio da tarde chegaram os caixotes. Nesse momento, e seguramente por causa da expectativa intensamente vivida, a senhora que estava encarregada de as dispor “bloqueou”... Eu nunca tinha visto um bloqueio daqueles! Não era capaz de acertar com nada. Tive de lhe recomendar que fosse descansar para o hotel. Valeu-me uma jovem técnica de marketing que tinha ido comigo para outras funções e que, com a maior das calmas, me disse: “Nós vamos fazer isto!”. E fizemos. Só quem estava por perto é que deu por ter a abertura da exposição corrido o risco de ser adiada. São estas qualidades de capacidade de improvisação e de dedicação que fazem tão estimáveis os técnicos Portugueses, O Catálogo é muito elegante (6).

Quando entro numa exposição presto sempre homenagem, em pensamento, a quem a montou. É que eu passei, pessoalmente, pela angústia de ver o público chegar por uma ponta e de se estar ainda a aspirar o pó na ponta oposta...

*

A última que organizei foi uma série de palestras sobre o Barroco em geral e sobre Nasoni em especial, para marcar o profundo restauro que a igreja e a torre dos Clérigos no Porto experimentaram nos últimos dois anos (2015). Todas as conferências se realizaram na sala do chamado “Fundo Antigo” no edifício da Reitoria situado ao lado da construção restaurada. Há-de ser publicado um livro com as conferências ou seus resumos. Através dele será possível ajuizar da alta qualidade das intervenções feitas e do muito saber que há acumulado na Cidade. Tive imenso gosto na sua preparação e, como sempre faço, antes de propor o programa ao Vigário-Geral da Diocese e Abade dos Clérigos, que mo havia solicitado, ouvi

longamente um amigo erudito e com uma imaginação extraordinária: o Professor Álvaro Domingues, geógrafo que ensina na Faculdade de Arquitectura.

A profundidade e a criatividade com que os diversos temas foram tratados tornou o fim da tarde daquelas dez quintas-feiras um verdadeiro prazer. Ao contrário do que se faz constar, há bastante gente interessada em aprender e a tirar proveito do fruto do estudo de quem tem de o fazer por profissão. Alguns dos conferencistas tiveram de repetir a conferência noutro lado!...

Eu entendo que uma das boas maneiras de comemorar um acontecimento, a construção de uma obra marcante, o nascimento ou a morte de uma personalidade invulgar... é o estudo aprofundado do que se comemora. Isso permite prolongar o sentido da comemoração e dar aos que hoje vivem e nela participam uma dimensão do tempo e dos sucessos passados que será formativa e, portanto, propiciadora de um grau mais apurado de consciência cívica. Por isso me mantenho disponível para me ocupar destes assuntos.



**FIG. Evocação da insígnia da Ordem do Infante D Henrique,
pelo Presidente Ramalho Eanes.
Imposição da Ordem Militar de Cristo,
pelo Presidente Jorge Sampaio.**



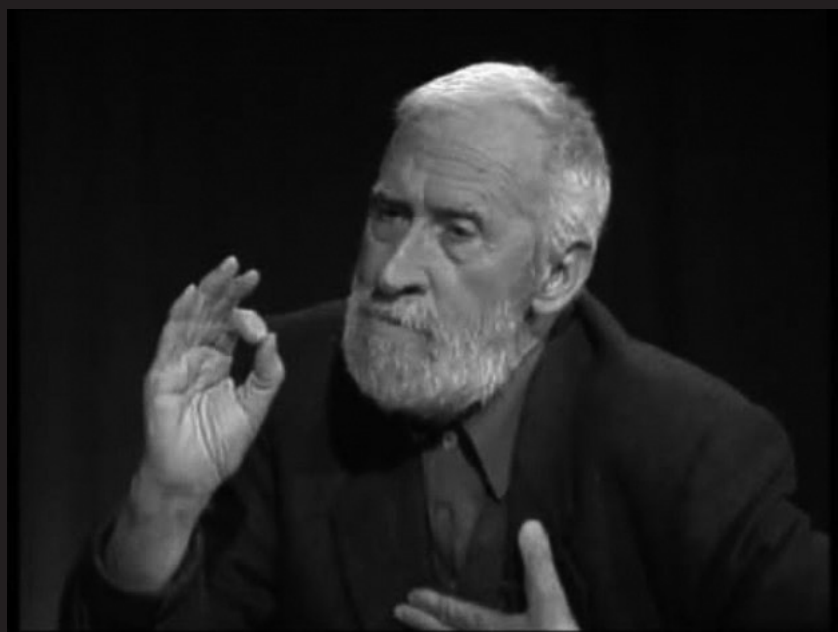
**FIG. Imposição da insígnia da Ordem da Instrução Pública,
pelo Presidente Cavaco Silva.
Imposição da Ordem Militar de Santiago de Espada,
pelo Presidente Marcelo Rebelo de Sousa.**



FIG. Homenagem da Associação Comercial do Porto. Palácio da Bolsa.



FIG. Homenagem da Universidade do Porto. Clube Universitário do Porto.



CAPÍTULO XLVII

ALGUMAS PESSOAS NOTÁVEIS QUE CONHECI

Tendo tido uma vida activa tão longa como eu tive, encontrei pessoas com as mais variadas qualidades, tendo gostado de me cruzar com algumas. A maior parte delas, contudo, passaram e não deixaram marca. Uma coisa é lembrarmo-nos delas, outra é verificarmos que elas, de uma forma ou de outra, nos marcaram, especialmente pela sua atitude perante a profissão ou perante a vida e que nos fazem falta. Vou, naturalmente, esquecer-me de muitos, mas arriscar-me-ei a nomear alguns. Fá-lo-ei por ordem alfabética do primeiro nome, sendo que, porém, a maior parte já foi mencionada ao longo do texto. Neste capítulo estão, especialmente, aqueles que não foram referidos ou que não o foram com a extensão que eu julgo merecerem.

*

D) O Prof. Agostinho da Silva era um homem admirável, com um acrisolado amor a Portugal. Efectivamente, este afecto robustece-se muito se se passa uns anos a viver no estrangeiro. E ele tinha estado muitos anos no Brasil, sempre muito activo, quer na fundação de instituições universitárias, quer na defesa da cultura portuguesa. Eu tinha uma grande admiração por ele e uma sincera estima pela sua figura. Como sabiam disso, os funcionários do Ministério desdobravam-se em atenções com ele quando me visitava. Era evidente que quem beneficiava com isso era eu, porque ele não se fazia rogado para vir conversar comigo e eu aproveitava sempre com isso. Tive a sorte de ele vir muitas vezes. Para ilustrar o teor das recomendações que ele me fazia, enumero algumas que foram avançadas na reunião que tive com ele, em 22 de Julho de 1986:

– Deveríamos dar muita atenção à Marinha, tanto à de guerra como à mercante. Os oficiais da Marinha davam, tradicionalmente, uma grande importância à cul-

tura e isso reflectia-se na sua acção diária. Recomendou que se insistisse muito na formação da juventude, através de estadias em veleiros; os cruzeiros deveriam multiplicar-se, porque a disciplina a bordo era muito formativa.

- Tinha uma devoção especial por Olivença; deveríamos manter os arquivos da cidade recheados de obras portuguesas.
- O desenvolvimento de Portugal deveria começar pelas regiões do interior, nomeadamente das Beiras, porque pertenciam à “coluna vertebral da Península”.
- Dever-se-ia estar atento à situação na África do Sul e na Venezuela e ter planos de contingência preparados para a eventualidade de um regresso maciço dos nossos emigrantes. Portugal foi sempre um país de política externa; não poderíamos, por isso, deixar de lhe conferir a maior das importâncias.
- Os nossos emigrantes vão fazer o Portugal que querem, fora de Portugal; mas é sempre Portugal!
- Deve-se dar uma grande atenção à formação de novas cooperativas, conferindo prioridade às cooperativas de desempregados que são os mais abertos a aproveitar as suas vantagens e a exprimir a sua capacidade de iniciativa, a sua energia e a sua vontade de vencer; deve-se dar-lhes oportunidade para concretizar aquilo que gostariam de fazer.
- Admitia que Portugal fosse um local para criar gente que, depois voltaria na Terceira Idade (como ele, aliás...).
- Dever-se-ia dar atenção à formação de cooperadores. As escolas das cooperativas deveriam poder beneficiar do contributo de professores reformados que nelas prolongassem a sua vida activa.
- Uma das funções dos Portugueses em política externa, é impedir os Espanhóis de serem um “touro bravo”; temos sempre de ser mais hábeis do que eles. Referia a sua admiração pelo país vizinho, mas manifestava a sua inquietação por haver mais de um milhão e meio de jovens sem futuro em Espanha; foi isso que esteve na base do seu “embarque para o Mundo”.
- Os Portugueses foram quem fundou o Japão moderno a partir da introdução do arcabuz; deveríamos explorar mais o respeito que os Japoneses têm pelos Portugueses de outros tempos.

Como se pode ver, as conversas eram da maior variedade de temas, sempre abordados com um entusiasmo indescritível e admirável; nessa altura ele já tinha bem mais de 80 anos!... Era inquebrantável a sua fé no génio dos Portugueses!

*

II) Entre os Embaixadores do Brasil em Lisboa que conheci, ao longo dos anos, sobressai Alberto Costa e Silva. Além de diplomata muito experiente é um homem de Letras de primeiro plano. Membro da Academia Brasileira de Letras e escritor muito produtivo. Ele reflecte nos seus livros as situações ou pessoas com quem contactou. Grande especialista em África, estudou aplicadamente para o ser; serviu o seu país como representante em várias das novas nações africanas, aproveitando a oportunidade para “tentar perceber”. E comunica, com extrema elegância, o resultado do que foi absorvendo, pensando e sintetizando. Alguns dos seus livros contêm trechos auto-biográficos, narrados com o maior sentido de humor. Esteve em Lisboa, por diversas vezes, ao longo da sua carreira. Conhecia quem importava nos meios político, social, literário e artístico. E movia-se em todos eles como sempre tivesse feito parte deles. Ajudava-o muito a sua mulher (a Verinha...) de quem foi apaixonado toda a vida e a quem fez versos lindos. As grandes personalidades brasileiras, como ele, conseguem reunir às suas qualidades adquiridas uma simpatia e um à-vontade inatos que fazem deles amigos insubstituíveis.

*

III) Um dos Portugueses mais singulares do nosso tempo é, seguramente, o Alexandre Soares dos Santos. Com alguns anos de diferença, andámos ambos no Colégio Almeida Garrett, no Porto e tínhamos a mesma dedicação a um dos directores, o Padre Avelino Soares, a quem já me referi. Mas não foi aí que nos conhecemos. Ele sempre se inquietou pela falta de reflexão sobre os problemas do País e pela procura de soluções. Conseguiu construir uma empresa comercial imensa, de grande sucesso em Portugal, na Polónia e, agora, na Colômbia, a partir de uma empresa familiar de Lisboa. Mas não se limita a ser um grande empresário. A sua consciência social e o seu inconformismo levam-no a estimular nume-

rosas realizações que induzem a tomada de consciência acerca do estado do País e a definição de soluções que mobilizam a sua energia latente.

Um dia, estando eu na Associação Empresarial de Portugal, ele propôs ao seu Presidente, o Eng.^o Ludgero Marques, a realização de jornadas de reflexão sobre aqueles temas. Fui designado para ser o responsável, por parte da AEP. Foi nessa ocasião que o conheci melhor. O resultado foram cinco Jornadas Empresariais, realizadas em Vidago, por onde passou a nata académica e empresarial do País. Como insisto sempre no registo material do que foi dito, existem cinco colecções de textos que ficam a ilustrar a qualidade do trabalho desenvolvido. Como o Alexandre Soares dos Santos constatou que as condições de acolhimento dos participantes não eram suficientemente amplas, fez construir um centro de reuniões que permitiu a realização dos nossos encontros nas mais confortáveis condições e dotou a região de um centro de congressos muito atraente. Foram essas Jornadas o começo de uma colaboração que muito me tem agradado. As suas preocupações mantiveram-se, tendo conduzido ao estabelecimento da Fundação Francisco Manuel dos Santos que tão relevantes serviços tem prestado a Portugal. Não pôs à Fundação o seu nome, nem o do grupo económico a que preside. Foi escolher o do avô que fundou o estabelecimento comercial onde tudo começou! Não irei enumerar as grandes realizações da Fundação. Sintetizo-as, dizendo que ela deu ao País a possibilidade de assentar as reflexões que faz em dados objectivos e facilmente acessíveis (PORDATA) e multiplicou os textos que tratam de uma variedade enorme de temas, todos eles relevantes para fazer as pessoas pensarem por si próprias e formularem uma opinião acerca das questões mais instantes da Sociedade Portuguesa. Tenho a sorte de ser membro do Conselho de Curadores da Fundação. As reuniões são sempre vivas e apetecidas, porque nelas se trocam ideias, se tomam decisões e o resultado aparece em pouco tempo. O entusiasmo que o presidente mantém em relação à instituição que criou e que, generosamente, alimenta, é contagiante. Vou sempre para essas “curtíssimas” manhãs com uma grande expectativa. Admiro a inteligência e a perseverança do Alexandre Soares dos Santos. Mas o elemento de ligação entre os dois é o inconformismo em relação ao desenvolvimento dos Portugueses. Não há razão nenhuma, de natureza estrutural, que nos impeça de sermos desenvolvidos. São uns pequenos tiques

que eu me permito designar como “maus hábitos” que nos condicionam no pleno aproveitamento das nossas qualidades. Como eu sou um assíduo leitor de livros de estrangeiros que escreveram sobre Portugal e os Portugueses, ousou mesmo afirmar que os actuais “tiques” são herdeiros dos que já tinham sido detectados nos séculos XVII e XVIII e que levaram muitos viajantes a lamentar a dissonância entre o belo país que temos e as sofríveis qualidades dos nossos concidadãos. O segredo está em forçar a reflexão, estimular a perseverança e “dar-lhes mundo”; aprender a olhar para os outros, ver como eles fazem e apontar, sem falas mansas, quem não está a cumprir as suas obrigações. Os Holandeses são demasiadamente rudes a exprimir o que pensam; nós estamos sempre a rodear os problemas; talvez no meio termo esteja o que nos convém.

O Alexandre Soares dos Santos é um grande Português que usa a sua inteligência e a sua capacidade de realização para tentar mobilizar os nossos concidadãos para o aproveitamento da sua “energia latente”, com vista ao desenvolvimento. Eu também acredito nessa energia, porque ela surge quando os Portugueses encontram condições para a expandir. Mas dá muito trabalho lutar contra os “maus hábitos” (leia-se, valores, atitudes e comportamentos). Estarei sempre disponível para o ajudar.

*

IV) Eu conhecia o Arquitecto Álvaro Siza Vieira como um membro ilustre da sua classe profissional, mas sem qualquer espécie de proximidade. A ocasião para o fazer surgiu quando eu fui designado como membro do Conselho de Administração da Fundação de Serralves a quem foi solicitado que acompanhasse a construção do museu que estava, então, num quase impasse, porque o arquitecto quase não tinha relações com o empreiteiro e com a fiscalização, não havendo nessa altura nenhum representante do dono da obra designado que pudesse estabelecer as necessárias pontes. Coube-me a mim fazê-lo. Pude, então, apreciar de perto o processo criativo, nessa ocasião já não na grande concepção do edifício, mas nos inúmeros pormenores que saíam da sua mão com uma fluidez e um acerto notáveis. Olhava para o “problema” que lhe apontavam e num caderno que levava consigo dava a resposta que era sempre insuperável no gosto e na adequação.

Sinto-me um privilegiado por ter tido a sorte de acompanhar, de forma tão próxima, o seu modo de conceber uma construção. Eu tinha, obviamente, como muitos de nós, a experiência de usufruir de espaços concebidos por ele: a Casa de Chá de Leça, a piscina de Leça, a biblioteca da Universidade de Aveiro e muitos outros... Mas, a construção do museu da Fundação de Serralves, permitiu-me, durante mais de dois anos, ver sair da ponta de um lápis soluções tão imaginativas e ajustadas que, ainda hoje, quando lá vou, não posso deixar de associar a cada pormenor o momento em que assisti à sua definição. Depois disso, ficámos amigos. Sou um admirador incondicional dos seus projectos, dos seus desenhos, dos seus móveis e objectos... Delicio-me ao folhear os livros que trazem projectos seus ou obras suas já realizadas. Não é só o comando do volume de construção que lhe interessa. Todos os pormenores lhe merecem reflexão e decisão. Mais do que construtor ele é o Artista completo que se sente comprometido com todos os aspectos da sua obra. É um grande profissional! E, para quem tem a sorte de com ele conviver, um amigo generoso e afectuoso.

*

V) O Belmiro de Azevedo foi meu contemporâneo na Faculdade de Engenharia do Porto, tanto como estudante – ele em química, eu em civil – como no exercício da função de assistentes. Ele é quase um ano mais novo do que eu. Em dada altura deixou a Faculdade para se enfronhar na Indústria, para bem do País. Lembro-me de um dia me ter cruzado com ele num corredor e de o ter visto metido num colete de gesso que lhe envolvia o tronco e o pescoço, imobilizando uma boa parte do corpo e dificultando enormemente os seus movimentos. O acidente de tropa que lhe sucedeu está descrito na sua biografia (1) e não vou repeti-lo. Recordo-o somente para dizer quão impressionado fiquei com o que vi e com o comentário de um colega que o acompanhava, dizendo-me dias depois que ele estaria praticamente perdido e que a sua vida, daí em diante, seria extremamente limitada! Viu-se!

O Belmiro de Azevedo superou todas as dificuldades. A força de vontade que, então, demonstrou, teve inúmeras réplicas ao longo da sua vida. Tenho por ele uma grande admiração! É, manifestamente, muito inteligente e confiante em si próprio, na sua capacidade de julgamento e de apreciação das situações. A actividade que desenvolveu e o exemplo de tenacidade que deu todos os dias ficam como

exemplares, num país que não costuma valorizar este tipo de qualidades. Por isso convém apontá-las e enaltecê-las. Eu sei que muita da sua força provinha da discreta Margarida, sempre serena e sempre presente. De qualquer modo, não tenho hesitação nenhuma em apontá-lo como um Português de fibra, pois foi capaz de realizar grandes projectos e de sonhar com muitos mais.

*

VI) O Professor Carlos Alves Martins era tido como severo. Eu dei-me muitíssimo bem com ele. Muito competente na sua especialidade, partilhávamos uma grande impaciência para com a tendência nacional para deixar correr o marfim. Encontrámos muitas afinidades quando ambos fomos objecto de uma deslealdade “palaciana”. Descobrimo-la ao mesmo tempo; olhámos um para o outro e sorrimos. A partir daí não precisávamos de nos explicar muitas coisas, porque, afinal, sabíamos que tínhamos maneiras semelhantes de olhar para o mundo.

*

VII) Durante uma boa parte do tempo em que estive no Ministério do Planeamento, foi Embaixadora de Israel em Portugal, Colette Avital. Era uma mulher notável! De presença muito distinta e bonita, aliava a isso uma inteligência aguda e uma cultura vastíssima. Rapidamente se inteirou acerca da história e cultura do nosso País. E, especialmente, do que foi o papel do seu povo no desenvolvimento e expansão de Portugal. Falávamos, sem constrangimentos, acerca dos malefícios do Santo Ofício e das qualidades do povo judeu. Durante este período, eu fui a Israel, na minha qualidade de ministro da tutela da Ciência e Tecnologia, numa visita organizada com a maior inteligência, sobretudo porque a minha homóloga israelita tinha feito declarações que crisparam muito os judeus ortodoxos. Eu não pude falar com ela no seu gabinete, porque este estava rodeado de polícias e era inacessível. Mas fui ao “Knesset” e pude ver a atitude de extrema agressividade dos que protestavam contra ela. Pareciam feras... E visitei as principais instituições de investigação israelitas, o que foi, para mim, de grande utilidade. Esta Embaixadora desempenhou, em Lisboa, um lugar excelente. Por isso foi promovida para o posto que é considerado o de maior dificuldade no corpo diplomático israelita:

ser cônsul-geral em Nova Iorque!... A colónia judaica na zona não é de fácil abordagem. Com efeito, ela deixou-me uma grande impressão: a serenidade com que analisava as situações mais complexas aliada aos atributos que já referi, faziam dela uma personalidade única. Quando regressou ao seu país, desempenhou outros cargos do maior relevo.

*

VIII) Em 1992, Portugal exerceu a presidência da Comunidade Europeia. Isso significou trabalho acrescido para o Primeiro-Ministro e para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, mas também para todos os ministros que tinham a tutela de áreas em que já houvesse políticas europeias. No meu caso, estavam nesse grupo a Política Regional, a Política do Ambiente e a Política da Ciência e Tecnologia. A queda do muro de Berlim tinha deixado os cientistas dos países europeus de leste completamente abandonados. Não é que eles tivessem muito apoio da União Soviética, neste particular, mas as autoridades dos seus países garantiam um mínimo de verbas que lhes permitia acompanhar o que se ia fazendo a nível internacional e, num caso ou noutro, aproveitar as reais capacidades dos seus investigadores. Eles juntaram-se em torno do ministro húngaro Ernő Pungor, uma grande personalidade do seu país que tinha prestígio incontestável nos outros países da área e que solicitou ao Vice-presidente Filippo Pandolfi da Comissão Europeia um encontro com a nata da comunidade científica de países como a própria Hungria, a Checoslováquia, a Polónia, a Roménia e a Bulgária. Como eu exercia as funções de presidente, para esta área, participei numa longa reunião que teve lugar em Budapeste, ainda na turbulência da saída do bloco soviético.

Lembro-me do apelo lancinante de um dos cientistas, que solicitava à Comunidade Europeia que não os abandonasse e que, se não houvesse meios para suportar os projectos de investigação em curso que, ao menos, se pagasse a assinatura das revistas científicas internacionais que lhes permitissem estar a par do que se ia fazendo nos seus domínios. Foi nessa visita que eu conheci o Prof. Pungor. Compreendi, imediatamente, porque tinha sido ele o escolhido como porta-voz daquelas comunidades científicas. Alto, de cabelos totalmente brancos, vestido de escuro e falando com voz serena, expôs a situação com a maior dignidade, mas

também sem fugir às questões que verdadeiramente inquietavam todos os que tinham vindo ao nosso encontro. Informei-me mais sobre a sua personalidade. Era professor de Análise Química em duas universidades muito ligadas às empresas húngaras. Tinha sido reitor de uma delas. Havia desempenhado um importante papel na constituição da indústria química húngara. Quando eu o conheci ele desempenhava as funções de ministro sem-pasta, com a responsabilidade dos assuntos científicos. No dia em que tivemos a reunião ele tinha passado a manhã a dar aulas, porque não havia quem o pudesse substituir. Foi de uma clareza admirável quando expôs a questão e justificou aquela reunião de mais de duzentos investigadores que desconheciam o que iria acontecer às suas instituições e às suas vidas. Era de uma simplicidade de trato inexcedível. Impressionava a seriedade com que abordava os temas que tinha que expor.

Encontrei-me com ele poucas vezes mais. Em todas elas reforcei a minha admiração. Não fiquei admirado quando um dia vi a lista das sociedades científicas a que pertenceu e das condecorações e outras distinções que lhe foram concedidas. Ernő Pungor morreu em 2007, com oitenta e quatro anos. Permanece na minha memória como um cientista emérito, devotado ao seu país, aos seus estudantes, à sua universidade e à causa do desenvolvimento digno apoiado numa pesquisa incessante de novos conhecimentos e de novas aplicações. Eu guardo uma recordação imperecível de ter sido o interlocutor que as circunstâncias impuseram de uma tão distinta personalidade.

*

IX) O Arquitecto Fernando Lanhas foi, seguramente, uma das mais inteligentes pessoas que eu conheci. As suas capacidades eram múltímodas: arquitecto, pintor, escultor, etnólogo, astrónomo, arqueólogo, poeta... Em todas as sete foi fora do comum. O Dr. Fernando Guedes, amigo dele de longa data, escreveu um livro (2) que ilustra bem a excelência com que fazia tudo. A explicação para que tal acontecesse é porque ele perguntava sempre a razão de ser das coisas e queria explicações. Agia depois de tudo estar esclarecido na sua cabeça e de encontrar um nexu para o que fazia. Conheci-o por intermédio de amigos comuns, mas logo fiquei fascinado pela vivacidade do raciocínio e pela variedade dos assuntos que

lhe interessavam. Para meu benefício, convivi com ele durante longos anos. Um dia disse-me que queria fazer um retrato meu. Quis tomar uns apontamentos enquanto falávamos. Não mos deixou ver. Passados tempos trouxe-me o resultado, sempre sóbrio, com os traços essenciais. No domingo seguinte vieram almoçar a minha casa alguns dos meus irmãos a quem eu o mostrei. Ficaram calados e, em certo momento, um deles disse, peremptório: Não és tu! É o Pai! Ora ele nunca se tinha encontrado com o meu Pai, falecido há muitos anos. Como é que se capta o ADN? Fiquei sempre muito intrigado. Tendo falado nele à Raquel Henriques da Silva, então directora do Museu de Arte Contemporânea, ela disse-me que gostava de o ver no acervo do museu. Assim ficou prometido.

O seu último “Violon d’Ingres” foi a astronomia. Estudava, incessantemente, livros complexos acerca da formação do universo e da sua configuração. Como era, sobretudo, um artista plástico produziu livros sucessivos, descrevendo o que aprendia. A expressão é sempre rigorosíssima e de um bom-gosto inultrapassável; e, sempre, muito pedagógica. Estava perplexo com o assunto, procurando explicações que não alcançava. Mas o fascínio pelo tema levava-o a prosseguir com as perguntas em busca de um entendimento que não conseguia. Um dia disse-me, meio a brincar: “Como não encontro a explicação, agarro-me ao Menino Jesus! Ele deve saber!” E sorriu-se com aquele ar simultaneamente infantil e filósofo cuja expressão lhe era tão frequente...

*

X) Conheci o Fernando Pernes a guiar uma visita a uma exposição de arte contemporânea. Era uma experiência inesquecível que eu repetia sempre que sabia que era ele a fazê-lo. Tinha sido a Etheline Rosas a recomendar-mo. Um dia, sendo eu administrador da Fundação de Serralves, soube que ia haver um curso dado por ele sobre a história da pintura. Inscrevi-me, imediatamente, mesmo sabendo que a minha movimentada vida me faria correr o risco de faltar a algumas aulas; mudei reuniões e viagens e não faltei a nenhuma. Raras vezes participei em sessões tão estimulantes. Ele tinha uma vastíssima cultura não só sobre arte, mas também sobre história e preparava-se escrupulosamente para dar cada aula, interligando todos os factores (económicos, políticos, tecnológicos...) que pudessem

explicar o que ele mostrava. Começava sempre por descrever um quadro cujo diapositivo projectava. Depois, em torno dele, ia tecendo considerações da mais variada natureza, a que se seguiam mais projecções de quadros do mesmo pintor ou de contemporâneos, caracterizando cada época e os seus artistas mais marcantes. Tudo explicado sem hesitações, num português sem mácula. Tímido e quase com dificuldades de comunicação, quando em sociedade, transfigurava-se a dar uma aula!... Um modelo de pedagogo! Foi com um sentimento de gratidão que participei numa pequena sessão de homenagem que o Francisco Laranjo lhe promoveu, há poucos meses, na Faculdade de Belas Artes do Porto, escrevendo para tal um texto que está publicado.

*

XI) Georges Pierret foi, durante muitos anos secretário-geral da Conferência das Regiões Periféricas Marítimas da Europa, da qual eu fui um dos fundadores e presidente. Ele era bretão e tinha nas suas memórias de infância o horror da guerra, que havia visto pessoalmente porque vivia, então, na costa norte da França e assistiu à sua ocupação e, posteriormente, à sua libertação. Tudo lhe ficou gravado na memória. E decidi dar o seu trabalho à construção de uma Europa pacífica e sem disparidades no seu desenvolvimento. Trabalhou afincadamente para isso, levando uma vida modesta, mas promovendo incansavelmente o seu ideal. Por isso ele achava que não podia haver construção europeia sem portugueses. Propu-lo para uma condecoração portuguesa: oficial da Ordem do Infante D. Henrique. Fui encarregado de lhe impor a insígnia. Estava comovidíssimo no acto e nunca mais o vi sem ela, dando gostosamente explicações a quem lhe perguntava o que era aquela roseta. Toda a sua vida foi polarizada por duas dedicações absolutas: a ideia de uma Bretanha desenvolvida e a construção de uma Europa sem guerra. Escreveu um livro admirável sobre a Europa (3).

*

XII) Já falei nele noutra parte, mas o Ministro Hubert Curien ficou para mim como o modelo do grande cientista francês que é chamado ao governo do seu país, entregando-se à tarefa com uma dedicação sem limites e mantendo a simplicidade

do acadêmico que vê na conquista do saber o seu maior motivo de interesse. A última vez que o vi foi no CERN (Conseil Européen pour la Recherche Nucléaire), em Genève, do qual era presidente da assembleia-geral. Surpreendia-me, sempre, pela vastidão dos seus conhecimentos científicos e literários. E pela simplicidade com que conduzia uma reunião, ou participava numa visita ou tomava uma decisão. A França tem muitos pedantes! Este era o oposto e, por isso, eu o recordo.

*

XIII) Tendo posições de importância muito diversas, quando nos encontramos pela primeira vez – ele Presidente da Comissão Europeia; eu ministro de um estado-membro recém-chegado à Comunidade – a verdade é que sempre “passou a corrente”, entre mim e o Presidente Jacques Delors. Admiro, sem reservas a sua inteligência e o seu modo de fazer política, a sua preocupação com a sorte dos menos afortunados e o desassombro com que enfrenta todas as situações. Compreende-se, por isso, que eu me tenha sentido muito desvanecido quando ele me indicou para ser seu “padrinho” no doutoramento “honoris causa” que a minha Universidade lhe concedeu. Ele tinha um método muito especial de conduzir uma reunião. Falava tranquilamente e explicava tudo com uma clareza que impressionava. Sabia ouvir e procurar uma solução para cada questão que se lhe punha. O interlocutor ficava com a certeza de que ele não só havia compreendido o problema como sabia sintetizar o essencial em melhores termos do que tinha sido exposto e de que a situação decorria com uma lógica claríssima dos instrumentos que já estavam à disposição. Tudo era transparente e dito com a maior simplicidade. As situações que respeitavam aos mais desfavorecidos ou aqueles que tinham sofrido angustiadamente (como no caso da extensão da pista do aeroporto de Santa Catarina) despertavam-lhe uma atenção acrescida e uma procura empenhada de resposta. O interlocutor apercebia-se de que ele estava ao serviço dos outros, aplicando-se na procura de soluções para os seus problemas. E fazia isso com extrema eficácia. Diziam-me que era um coordenador de energia admirável, respeitando o lugar de cada um mas sendo habilíssimo a construir consensos. Solidário e pragmático são os seus atributos que mais me impressionaram. Ainda hoje, quando nos encontramos, a simpatia mútua que visivelmente temos um pelo outro, torna as conversas corredias e sempre afáveis.

*

XIV) O Doutor José de Azeredo Perdigão era uma personalidade ímpar. Não vou, obviamente, dizer quem ele era. O País conhece a sua dimensão intelectual, profissional e humana. Quero evocar somente a sua capacidade para julgar as pessoas e a sua infinita paciência para as ouvir e procurar soluções para os problemas que lhe expunham. Tive com ele relações pessoais excelentes que se aprofundaram quando eu fui Ministro da Educação. Mantínhamos conversas que me foram de grande utilidade, porque ele tinha observado muito e pensado sobre tudo o que viu na vida. Tinha um sentido muito rigoroso do que era a estruturação do Estado, da importância das responsabilidades dos titulares dos diversos órgãos e do respeito que lhes é devido. Coisas que os tempos actuais (2013) diluíram, além do tolerável. Cada um acha que tem o direito de dizer a bojarada que lhe apetece, entendendo que qualquer limitação que se lhe oponha é uma restrição à sua liberdade de expressão...

Contou-me, quem assistiu, o seguinte episódio: estando ele e o Dr. Azeredo Perdigão sentados no gabinete do segundo, a tratar de um assunto que o visitante lhe levava, a conversa foi interrompida pela secretária que, ao telefone, anunciou que o Presidente da República, General Ramalho Eanes, lhe queria falar. Instintivamente o Dr. Azeredo Perdigão se levantou e foi de pé, do outro lado do fio, que falou ao Presidente durante uns largos minutos. Acabada a conversa voltou a sentar-se e prosseguiu a troca de impressões com o visitante, retomando o assunto onde o tinham deixado.

Há muitos livros ingleses (por exemplo, os de Tony Judt (4) que referem que as pessoas da velha guarda, como a sua mãe, ouviam a mensagem de Natal da Rainha, quer na rádio, quer na televisão, sempre de pé. Relatos dos filhos lembram que os pais, se estivessem sentados na ocasião, se levantavam. Afinal era o Chefe de Estado e isso simbolizava muito para eles. Em Portugal, mesmo quem devia saber o valor dos símbolos, parece comprazer-se em afrontá-los. Por quê? Lembro-me de uma conversa sobre diferenças de opinião e confronto de posições; o Dr. Azeredo Perdigão afirmou: temos que defender, com determinação, aquilo em que acreditamos, mas nunca se deve quebrar o contacto com o opositor; dá um trabalho enorme voltar a soldar as relações e fica sempre uma areia a atrapalhar; o melhor é não as quebrar...

*

XV) Eu conheci o Prof. Luís de Albuquerque na sua faceta de historiador dos descobrimentos portugueses. Ele era, originalmente, professor de matemática e de engenharia geográfica, mas foi como historiador que deixou a sua grande obra. Conheci-o quando fiquei com a tutela da Academia de Ciências de Lisboa e passei a cultivar relações mais próximas quando ele exerceu as funções de presidente da Comissão Científica da Comissão dos Descobrimientos Portugueses. Era de uma erudição inacreditável! Tinha aprofundado os seus conhecimentos em todas as vertentes dos Descobrimientos, mas era um gosto ouvi-lo dissertar especialmente sobre a “Ciência e Experiência nos Descobrimientos Portugueses” (5) que é, aliás, o título de um dos livros da sua vastíssima bibliografia. Mas a sua erudição não lhe tinha abalado o sentido de humor que era finíssimo. Tenho hoje pena de não ter aproveitado mais a sua convivência, porque ele era um modelo de historiador e de cidadão empenhado. A grande festa dos Descobrimientos foi feita, mas o que eu recordo com mais apazimento foram os seus trabalhos preparatórios, no âmbito dos quais trabalhei com muitos especialistas difíceis de esquecer, à frente dos quais estava o Prof. Luiz de Albuquerque. Quando faleceu, em Janeiro de 1992, vieram avisar-me de que o seu corpo estaria em depósito na capela de São Roque, no edifício do Arsenal, em Lisboa, quase em frente do gabinete que eu então ocupava. Dirige-me logo para lá. Além da família fui a primeira pessoa a prestar-lhe homenagem. Tão mais sentida porquanto não sabia que ele estava doente. Conservo dele a imagem do académico ilustre, capaz de estudar e de investigar mas também de realizar, conciliando as suas altas qualidades com o mais afável dos tratamentos.

*

XVI) O Prof. Luiz Saldanha foi um biólogo marítimo distintíssimo. Foi pioneiro, em Portugal, dos estudos e do ensino de Oceanografia Biológica e de Ictiologia. Conheci-o porque tive a tutela do Ambiente e da Conservação dos Recursos Naturais. Ele vinha advogar, junto de mim, a importância da investigação submarina, nomeadamente das “chaminés” ao largo dos Açores, tema fascinante a que voltei algumas vezes, nomeadamente quando sucede ir ao Faial. Mas foi ele que me chamou, pela primeira vez, a atenção para a importância do seu estudo. Não

sabia expor sem entusiasmo. Era contagiante o seu interesse pela Natureza e, especialmente, pela fauna e pela flora do fundo do mar. Um dia eu soube que ele próprio mergulhava, recolhendo material para os seus estudos. Achava isso naturalíssimo e indispensável. Era conhecido em todo o mundo! Tinham-lhe grande respeito e apreciavam o seu trabalho, tanto nos laboratórios como nas expedições internacionais em que participava, Era o seu pendor pela observação directa que dava uma vivacidade especial quer às palestras que proferia, quer às simples conversas que mantinha. Eu fui um privilegiado porque ele descobriu que eu me deixava contagiar pelo seu interesse pelo campo a que devotara a sua vida. Esta não foi longa, mas foi, seguramente, cheia. Merece não ser esquecido!

*

XVII) O Coronel Manuel da Costa Brás é uma pessoa muito especial. Conheci-o como Ministro da Administração Interna, estando eu na posição de encarregado da gestão da Comissão de Planeamento da Região do Norte. Aprendi a apreciar a sua firmeza de carácter e a sua capacidade de análise das situações. Nunca altera o tom do seu discurso. Ocupou, no nosso País, cargos da maior sensibilidade política; permaneceu, sempre, discreto e eficiente. É preciso que ele tenha muita confiança no seu interlocutor para comentar situações e intérpretes. Contudo, quando o faz, surpreende-nos sempre a agudeza das suas observações e o seu conhecimento da natureza humana. Tenho pena de não ter podido conviver mais com ele, ao longo da vida. Beneficiaria muito com isso, seguramente.

*

XVIII) Conheci a Margarida Oliveira Cantarelli quando ambos estudávamos na Holanda. Ela era licenciada em Direito, fazendo uma pós-graduação em Direito Internacional. Natural do Recife, ocupou no seu Estado as mais altas funções, tanto na magistratura como na prestigiosa Faculdade de Direito local, a mais antiga do Brasil. Nunca vi ninguém que conhecesse tanta gente e pudesse descrever o que fazem e de quem são parentes. Sabe tudo acerca da sua cidade e do seu país. Por isso, ocupa a presidência de várias instituições ligadas à história e à cultura de Pernambuco. Eu tenho sido um grande beneficiário das suas múltiplas compe-

tências. Não sou muito propenso a acreditar na transmissão de pensamentos. Mas com ela isso ocorre! Eu ainda não terminei uma frase e ela adianta-se na resposta à que vem a seguir. Rapidíssima na compreensão das situações – a profissão ajuda, mas ela avançou muito em relação ao que é normal – temos um sentido de humor comum. Rimos das mesmas coisas. Raras vezes tenho visto alguém com um sentido de observação tão agudo, não só para as coisas materiais como também para o que não se exprime. Dá ideia de que é capaz de ler o vento...

*

XIX) No âmbito da Conferência das Regiões Periféricas Marítimas da Europa, eu conheci muita gente interessante e, alguma, mesmo peculiar. Um destes foi Nigel Despicht (é um nome de origem flamenga) que representava uma das regiões do sul de Inglaterra e era um homem de uma energia inesgotável: física e mental. Senhor de uma cultura vastíssima, falava bem francês e italiano, o que representa um indicador fora do comum, para um inglês. Era voluntário para todas as tarefas e eu habituei-me a contar com ele, especialmente, quando se tratava de redigir um comunicado complicado. Mas onde ele era excepcional era em matéria de criatividade. Muito lhe deve a Conferência! E, todavia, já ninguém se lembra dele... Era casado com uma senhora escocesa, membro de uma família tradicional que usava “kilts” de um “tartan” próprio que afirmavam pertencer há séculos ao seu clã. O historiador Hugh Trevor-Roper ainda não tinha escrito o seu ensaio famoso “The Invention of Tradition” (6). E, por isso, o Nigel tomava a questão do “tartan” muito a sério. Quando ia em Setembro para a Escócia, sentia-se fora de água por também não usar um “kilt”. Mas não se sentia confortável se adoptasse o “tartan” dos cunhados. Para resolver o assunto decidiu ir fazer a pergunta ao bibliotecário municipal de Inverness que lhe pediu vinte e quatro horas para pensar. No dia seguinte recomendou-lhe que usasse o “tartan” dos Black Watches que é, realmente, muito bonito, o que deixou o meu amigo satisfeitíssimo. Mas quis saber a razão de ser da escolha. A resposta foi: “é o “tartan” dos mercenários ingleses que vieram combater e assegurar a ordem na Escócia!... O sentido de humor do Nigel levava-o a contar a história, rindo-se sempre com visível gosto. Era assim em tudo o resto...

*

XX) Eu conheci o Nuno Cabral Basto em Bissau. Ambos estávamos a cumprir o serviço militar, ele no Quartel-General como jurista na Repartição do Pessoal, eu como Alferes de Engenharia. Ele havia-se licenciado em Direito na Universidade de Lisboa com boa classificação a que juntava uma cultura filosófica e literária muito invulgar. Sentia-se muito isolado nas instalações de Santa Luzia, até descobrir em Brá, um grupo de camaradas cuja ocupação intensa não os deixava afogar-se em estados depressivos. Por isso começou a ir jantar connosco frequentemente. As conversas extravasavam os vulgares assuntos da guerra ou da ocupação de um tempo que era preciso preencher. Fui descobrindo que à sua preparação jurídica ele juntava uma invulgar capacidade para apreciar os traços do carácter das pessoas e para definir a melhor forma de lidar com elas. Tudo isso ligado a um sentido de humor fino, incapaz de usar o sarcasmo mas fazendo recurso frequente à ironia. Depois do regresso, mantive contactos numerosos com ele, mas, quando fui ocupar o cargo de Ministro da Educação, eles passaram a ser quase semanais. Era ele, então, administrador da Petrogal, onde tinha ficado com o pelouro do pessoal nos anos difíceis do final da década de 70. Por via de regra, os nossos encontros eram para jantar e conversar sobre os casos que, todos os dias, me caíam em cima e que reclamavam respostas em que o Direito se misturava com a psicologia e a gestão do pessoal com as greves, as manifestações e a indisciplina reinante. Eu estava verdadeiramente preocupado, mas ele, não sendo um optimista, divertia-se com as situações e passava logo a tecer as mais sensatas considerações acerca da melhor forma de as resolver. Conhecia alguns dos meus interlocutores, antecipando-se ao relato que eu lhe fazia dos seus comportamentos. Eu aproveitava muito com essas conversas e, especialmente, saía delas com a segurança de que havia de resolver os problemas que tinha, porque eles haviam sido escalpelizados e reduzidos às suas “componentes principais” em relação às quais importava actuar. Nunca vi ninguém melhor do que ele a procurar um caminho de saída praticável num emaranhado de factores que pareciam inextricáveis, mas que, afinal, com serenidade, conhecimento da Lei, bom-senso e sentido-de-humor se poderiam destrinçar e resolver a contento. Devo-lhe

muito! Passados poucos anos ficou gravemente doente e morreu. Dele posso dizer que era um amigo verdadeiramente insubstituível.

*

XXI) Eu fui sempre um leitor atento do Prof. Orlando Ribeiro por quem nutria uma grande admiração. Mas não o conhecia pessoalmente. Fui um dia convidado para um congresso de geógrafos portugueses que se realizou no, então, novo edifício da Torre do Tombo. Eu esperava encontrar bastante gente, mas surpreendeu-me ver o auditório completamente a abarrotar, com gente sentada nos degraus das coxias. Como seria natural, no meu discurso prestei a devida homenagem ao grande geógrafo português. A sala veio abaixo com aplausos e as pessoas levantaram-se, virando-se para o lugar onde ele estava. Eu não me tinha apercebido da sua presença na sala. No final fui cumprimentá-lo; estava numa cadeira de rodas. Vi-o muito emocionado com a homenagem espontânea que lhe tinham tributado e da qual eu havia sido o detonador. Mantive-me algum tempo a falar com ele. A generosidade que costuma acompanhar as grandes personalidades fê-lo, depois, perguntar ao Jorge Gaspar, seu discípulo e meu amigo, o que é que me daria prazer, para ele me significar o seu reconhecimento. Eu tinha a sua obra praticamente toda, de modo que respondi que ficaria muito honrado se ele me autografasse uma meia dúzia dos seus livros. Mal eu sabia o enorme sacrifício que lhe estava a pedir. Ele tinha sofrido um acidente vascular cerebral e não escrevia de forma correntia; desenhava as letras a muito custo. Só dei por ela, quando o Jorge Gaspar me trouxe de volta os livros que conservo como um tesouro.

Quando se sabe o que o Prof. Orlando Ribeiro fez pela Geografia Portuguesa e como se aplicava no terreno, procurando as explicações para o que observava para depois apresentar sínteses inteligíveis, não se pode deixar de admirar quem se entregou às suas funções com tanto devotamento. O primeiro livro dele que eu li foi “Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico”. Depois, estudei todos os outros com proveito e com grande satisfação. Há poucos meses, pediram-me um pequeno artigo para um volume comemorativo do aniversário da constituição da Associação dos Geógrafos Portugueses. Disse, então, que ele tinha sido o nosso Vidal de la Blache, o geógrafo francês que fundou, ao tempo, a nova geografia do seu país

e que influenciou gerações de cientistas e de profissionais tanto em França como no resto do mundo. Nós devemos aproveitar todas as oportunidades para chamar a atenção para os nossos valores; costumamos ignorá-los e isso diminui-nos.

O Prof. Orlando Ribeiro era um espírito de excepção. Toda a vida trabalhou incansavelmente, pondo esse espírito ao serviço da Geografia e do entendimento do mundo. Por isso, o admiro tanto.

*

XXII) O Paulo Vallada era uma pessoa muito especial. Tinha um amor sem limites ao Porto e a Portugal. Aquela cabeça não parava de pensar no que se havia de fazer para desenvolver os Portugueses e para os pôr na linha da frente. Era um visionário! Senhor de uma cultura tecnológica variada e de um bom conhecimento da história, estava sempre a fazer propostas que dariam resultados excelentes. Eu gostava de o ouvir e aproveitava muitas vezes da sua imaginação sem barreiras. Colaborámos em muitas realizações, desde a Fundação de Serralves à Conferência sobre os Portugueses e o Mundo. Era um homem com coragem moral e com destemor. A doença de que viria a morrer golpeou-o cedo. Algumas vezes, sabendo que eu estava em casa ao sábado de tarde, a trabalhar, aparecia e mandava o motorista tocar à campainha e perguntar se podia tomar uma chávena de chá comigo. Era uma hora fascinante, porque debitava uma proposta atrás da outra, genuinamente preocupado com o futuro da juventude portuguesa. A conversa tinha laivos “quinto-imperistas”! Achava sempre que os Portugueses podiam ser um modelo para o mundo. Se tivéssemos conseguido realizar um por cento do que ele imaginava e propunha já estaríamos à frente da Suíça!... Foi numa dessas tardes que combinámos que o Museu Nacional de Arte Moderna (MNAM) deveria ficar na quinta de Serralves; ele ficou de contactar o Dr. Alexandre Ferreira e eu de impedir qualquer loteamento que destruísse o espaço tal como hoje o conhecemos.

*

XXIII) O Prof. Pedro Calafate ensina Filosofia na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Quem mo apresentou foi um amigo comum, o Prof. José Pedro Serra, também docente daquela faculdade. Quando tive a ideia de fazer produzir

um livro que veio a ter o título “Portugal como Problema” (sobre o qual fiz referência anteriormente) e a vi aprovada pelo Conselho Consultivo da FLAD (Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento), comecei à procura do organizador erudito e metódico a quem se pudesse confiar a tarefa. Falei com algumas pessoas e fui juntando os elementos que me iam dando. Até que tive uma conversa com o meu amigo José Pedro Serra que, posto diante do problema, não hesitou em recomendar-me o Prof. Pedro Calafate que eu conhecia somente através da sua monumental “História do Pensamento Filosófico Português” (7). Assim, encontrámo-nos para lhe fazer o convite que aceitou com entusiasmo e, a partir daí, conversámos muitas vezes. A simplicidade do trato, a erudição, o devotamento inexcedível àquilo que se compromete fazer, o sentido de humor... fazem dele uma personalidade única. Neste momento (2013) temos uma outra “cumplicidade” que há-de ver, em breve, a luz do dia. E, entretanto, levou a cabo, em colaboração com um colega, uma notabilíssima edição das obras completas, conhecidas e inéditas, do Padre António Vieira (8). Com isso está a prestar – porque a colecção reúne 30 volumes – um serviço do maior relevo à cultura portuguesa.

Quando se sabe que, além destas publicações, produz os seus livros próprios, dá as suas aulas, participa em numerosos cursos e faz palestras no estrangeiro, não podemos deixar de ficar admirado com o método com que atende a tudo, sempre com naturalidade e com uma enorme atenção a todos os pormenores. É um modelo de académico e um amigo com quem apetece estar, porque a sua conversa e as suas preocupações são naturalmente elevadas, mas o seu estilo é da maior naturalidade e simpatia.

*

XXIV) Eu conheci o Vasco Graça Moura por volta de 1967, quando ele começou a advogar no Porto. Frequentávamos um círculo de gente nova e simpática que costumava ver-se ao fim-de-semana para falar de tudo e, particularmente, do País cuja situação de impasse nos preocupava a todos. Surpreendeu-me logo a cultura enciclopédica que exibia, a memória inacreditável que lhe permitia dizer poemas inteiros e os primeiros livros que foi publicando e dos quais nós beneficiávamos em primeira mão. Eu saí duas vezes para estudar no estrangeiro, mas

quando voltava, lá nos reencontrávamos no mesmo grupo e eu podia ver que as boas qualidades que eu lhe conhecia se iam robustecendo. Todos nós sabíamos que ele iria ser um grande escritor. Eu ficava estarecido quando ele dizia de cor páginas inteiras de uma ou de outra alegação que tinha feito ou quando dizia um a seguir ao outro, alguns sonetos de Camões. Começávamos, logo, a aguardar com expectativa o novo livro. Entretanto, veio a Revolução e nos diversos meios em que nos movimentávamos íamos participando nos sucessivos acontecimentos. Ele foi o primeiro a ir para o Governo: Secretário de Estado da Segurança Social, no 4.º Governo Provisório (1975) e dos Retornados, no 6.º Governo Provisório (1975). Começou, então, a ir mais vezes a Lisboa, mas continuávamos a ver-nos aos fins-de-semana. E ele ia continuando a produzir: versos, contos, romances, traduções... Em tudo era excelente!

Em determinada ocasião, veio visitar-me ao Ministério do Planeamento, com o António Mega Ferreira. Tinham sido sondados para organizarem as Comemorações do Quinto Centenário dos Descobrimentos e queriam trocar impressões comigo. A conversa não podia ter sido mais interessante. Iam organizar em Sintra uma sessão de “brainstorming” e queriam que eu participasse. Adieei a minha partida para férias para poder estar presente. O que depois aconteceu é do conhecimento geral.

Posteriormente, foi designado Presidente da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, onde fez uma obra notabilíssima para dar a conhecer vultos das Letras passados e esquecidos e muitos outros novos que precisavam de projecção. Devo ter quase toda a sua obra publicada. Pude ver, ainda, em Bruxelas, no Parlamento Europeu, como o seu altíssimo nível cultural era respeitado. Não perdi nenhum acontecimento em que ele tenha participado ou em que ele seja homenageado, porque sempre fui e continuo a ser um admirador fiel da sua inteligência, do seu muito saber e da sua sensibilidade.



CAPÍTULO XLVIII

GENTE SEM A QUAL EU PASSO BEM

Durante a vida encontramos gente com quem simpatizamos e outra sem a qual passamos bem.

Eu considero-me uma pessoa com sorte, porque não tive conflitos de maior, tendo conseguido afastar-me daqueles com quem não me identifiquei por via discreta, deixando cavar-se um afastamento que se tornou definitivo, sem ter de fazer cenas de tragédia ou de opereta. Algumas vezes quando me cruzo com um com ou outro, chego a ficar admirado com a lembrança da proximidade que, em tempos, existiu. Há, contudo, alguns grupos em relação aos quais tenho uma reacção quase epidérmica e negativa. Não são muitos! Reduzi-os aos dez grupos que considero, realmente, insuportáveis. Vêm a seguir:

I – OS NOVOS RICOS

Os novos-ricos sempre me irritaram!

Em épocas de alguma prosperidade eles surgem em grande número. Mas, mesmo em tempos de vacas magras, há sempre quem se saiba orientar, ganhando mais do que os outros e não sabendo ser discreto em relação à sua fortuna recente. O resultado é caírem facilmente na ostentação. Esta é tradicional, em Portugal. Na sequência da ida à Índia e já em fase de declínio, no tempo do primeiro dos Filipes, o soberano fez publicar a Pragmática de 29 de Outubro de 1609 que mandava declarar os bens de luxo que “nenhuma pessoa, de qualquer qualidade que seja, possa usar em sua casa, nem fora della, nem vista nem traga” (1). Ora, nos nossos dias está fora de causa fazer publicar leis como esta, mas deveria recorrer-se a outros mecanismos com o mesmo propósito.

Ao contrário do que se costuma dizer, o ridículo não mata. Classifica as pessoas, remetendo-as para grupos que alguns admiram e tentam imitar e que outros

segregam, considerando-os como não frequentáveis. Mas a verdade é que há inúmeras revistas que propagam o gosto e os tiques, fazendo alastrar os malefícios da falta de sobriedade.

Seguramente que, nos nossos dias, os objectos que mais dificilmente passariam na *Pragmática* seriam os automóveis. Já o Senhor Lamborghini nos veio visitar para saber quem eram tantos e tão bons clientes inesperados face à renda média per capita que o País, então, exibia (década de 60). Mas a verdade é que compunham um lote de dimensões expressivas que intrigava o produtor italiano habituado a fornecer os filhos-família das grandes fortunas do seu país. É evidente que a maneira mais simples de contrariar esta forma de ostentação consiste em aplicar-lhes taxas de valor dissuasor. Não seria nada popular proibir a importação desses carros. Os americanos, mesmo os pobres, gostam dos ricos por acalentarem a aspiração de um dia poderem vir a sê-lo. Os portugueses invejam os ricos, porque não admiram as qualidades que permitiram a alguns mais inteligentes e mais trabalhadores, acumularem patrimónios vultuosos. Mas, diante das “máquinas”, perdoam qualquer origem da fortuna, mesmo as ilícitas. Já ouvi muitas explicações para este facto. Algumas delas dizem que sempre assim foi com os cavalos, tendo passado para os automóveis e para as motos. Propõem-se mesmo explicações psicanalíticas que eu não reproduzirei. A verdade é que há um gosto generalizado pela ostentação, o que conduz, frequentemente, a manifestações de gosto que nós associamos mais facilmente aos “países emergentes”. Mas os novos-ricos são também “emergentes” a seu modo...

Suponho que só por via da educação chegaremos a situações em que privilegiemos a contenção, a sobriedade, mesmo a frugalidade e, afinal, também, a consciência social, evitando chocar os mais desprotegidos. Mas se é esse o único caminho viável, podemos ficar com a certeza de que levará muito tempo a alcançar situações semelhantes à Holanda ou à Dinamarca, onde os níveis de vida são elevados e as grandes fortunas existem, mas são discretas.

Os tiques do novo-riquismo não atacam somente os que dispõem de fortunas confortáveis, mas recentes. Eles atacam também os membros da chamada “lower middle class”, que demonstram uma fúria consumista irreprimível e que criam dependências de consumo inesperadas. Isto sucede, nomeadamente, em

matéria de férias passadas nos locais mais variados e em relação aos quais não aprendem nada a não ser a “comidinha”, os centros comerciais, os “recuerdos” e as fotografias para mostrar aos amigos e conhecidos que não foram àqueles tão surpreendentes lugares... O resto não lhes interessa; nem como vivem os locais, nem como são governados, nem a sua história, nem os seus problemas. O que lhes importa é o seu exotismo ou que esse destino turístico esteja na moda e eles possam dizer que já lá estiveram.

II – OS “INDIFERENTES”

A primeira vez que li uma referência sobre o indiferentismo foi numa memória do Marechal Gomes da Costa (2). Elas não se referiam aos anos 20 do século passado, mas a dez anos antes quando ele observava o ambiente lisboeta a seguir à proclamação da República e depois do seu regresso de Angola. Ele insurgia-se contra quem deixava correr as coisas sem intervir, nem pedir contas. A orientação do País estava nas mãos de uns poucos que faziam e desfaziam sem grande nexos nem competência, ao sabor do improvisado e sem qualquer preocupação acerca das consequências daquilo que deliberavam. Dava ideia de que o País era só deles – afinal uns poucos – e que os restantes, quer pertencessem a qualquer forma de elite, quer integrassem a grande massa, não contavam para a definição do destino colectivo. Sempre me impressionou esse alheamento da maioria. Vim a experimentá-lo na minha própria escola, em 1974 e 1975. Passei dias, com alguns colegas com quem ainda mantenho laços cordiais, a fazer e a refazer projectos sucessivos de estatutos para os órgãos de gestão da Faculdade, numa ocasião em que tudo tinha de ser re-inventado. Nas reuniões em que se devia decidir havia, então, uma dominância dos comunistas ou filo-comunistas; a extrema-esquerda que lhes havia de causar tanta mocha ainda não tinha emergido; e os sociais-democratas eram considerados como de extrema-direita. A direita existia, obviamente, mas achava mais prudente não se manifestar. Lembro-me de que, numa reunião em que não se estava a decidir nenhum saneamento, mas em que se discutia a melhor forma de governar a casa, eu dei conta de que os moderados se retiraram, porque “começava a fazer-se tarde”, quer dizer, passava da meia-noite. Em determinada ocasião decidi ir chamar um que saía, sem ter aberto a boca,

mas que tinha algum prestígio acadêmico. Quando lhe pedi para voltar para a sala e participar na discussão, retorquiu-me: “Ature-os Você!”. Nunca mais me esqueci da resposta, nem quando o vi, anos mais tarde, a referir-se aos tempos difíceis que tínhamos atravessado...

O “indiferentismo” é uma pecha que perdura na Sociedade Portuguesa. As altas taxas de participação nas primeiras eleições da década de setenta deram lugar a uma resignação doentia de que toda a gente é consciente, mas que poucos estão na disposição de fazer abanar.

Lembro-me de que, numa homenagem feita aos Engenheiros de Trás-os-Montes, em Vila Real e há poucos anos, na minha intervenção me referi à necessidade de despertar os “indiferentes”. Para minha surpresa, fui interrompido com aplausos entusiásticos. As pessoas, na generalidade, sabem quais são os malefícios do alheamento da vida política. É certo que esta não nos traz grandes alegrias ou, pelo menos, alegrias prolongadas. Mas a participação é uma obrigação. Os opositores têm de ser escutados e rebatidos, quando não tiverem razão. Mas, para os inertes, não deve haver paciência!... Especialmente para os que nos mandam aturar os outros, enquanto eles dormem tranquilos. Tenho, para mim, que o problema tem de começar a ser resolvido na escola primária, inculcando hábitos de participação nas decisões dos pequenos grupos,

O “indiferentismo” é uma chaga em Portugal e em muitos países em que a obsessão do conforto, do hedonismo e do egoísmo tomou conta das pessoas. Suponho que, no nosso caso, não é tanto esse comodismo o responsável; é uma atitude mais profunda que vem do tempo em que se achava que a política era para uns poucos. Ora “Politics is for people” (3), como proclamava uma distinta parlamentar inglesa que, também ela, se cansou e foi viver para os Estados-Unidos.

Esta questão é de muito maior amplitude geográfica e importância do que nós podemos admitir. Vemos que os povos recém-chegados à democracia votam com entusiasmo. Os “democratas velhos” estão “cansados”; os políticos devem dar-se como obrigação fazer despertá-los; isto é, particularmente, urgente em toda a Europa.

III – OS “JOTINHAS”

A ideia, em princípio, era excelente. Os jovens participavam desde cedo na discussão política, davam a sua perspectiva sobre os assuntos, testemunhavam o modo como decorria o processo político da tomada de decisões e cada um, na medida das suas possibilidades, ia-se envolvendo em tarefas que antecipassem a assunção de responsabilidades, quando estas viessem. Entretanto, ir-se-iam formando nas muitas profissões que uma sociedade complexa reclama para o seu funcionamento e, por isso, também para a sua governação. Todas as profissões interessam, porque a comunidade é multi-facetada. Há, todavia, uma coisa que se pressupõe: para essa governação só deverão ir os melhores em cada uma delas, porque, tratando-se de funções que respeitam a toda a colectividade, importa muito a competência com que elas são exercidas. Todavia, a experiência mostra que nem sempre é assim e que a política pode ser um campo de refúgio para quem não se afirmou na profissão que escolheu ou, mesmo, em qualquer profissão. Tive, algumas vezes, queixas de uns tantos que tinham prestado auxílios menores – “eu andei a colar cartazes nas eleições legislativas de...” – e que pensavam com isso ter obtido o passaporte para uma colocação para si ou para o familiar por quem intercediam, em qualquer lugar de carteira, abrigada e pouco exigente, mas suficiente para o seu sustento e da família.

A ambição era quebrar com maus hábitos antigos e, para isso, nada melhor do que apostar na juventude, idealista, generosa, não-corrumpida e cheia de vontade de ajudar a construir uma sociedade nova.

Tive a sorte de conhecer alguns que respondiam a essa expectativa. Mas cedo comecei a ver uns tantos a afastarem-se, com mágoa, queixando-se de que, afinal, o que a maior parte queria era garantir uma progressão rápida e com pouco esforço em carreiras pouco exigentes em matéria de formação, mas rapidamente compensadoras materialmente e no campo das relações, porque passavam a ter acesso fácil a quem tinha poder de decisão; por via dessa facilidade de contacto estavam em posição de ser intermediários de numerosos interesses, alguns lícitos, a maior parte ligados muito directamente a quem os expunha e defendia.

É tradicional, em Portugal, olhar para os partidos como os albergues “de toda aquela parte do eleitorado, bastante numerosa entre nós, que considerar a política como um meio de governar a vida» (4).

Como sucede, frequentemente, rapidamente se constituiu uma corporação de interesses. A vida, no seu seio, era tudo menos fácil. Tinha que se lutar arduamente pela afirmação de cada um na sua posição, valendo tudo para se conseguir permanecer e subir. Estas coisas aprendem-se rapidamente e, por isso, as práticas correntes nos meios seniores depressa foram adoptadas pelos juniores, com a vantagem de tudo ser feito com mais energia e, portanto, com mais crueldade. Alguns paravam quando chegavam a uma posição razoavelmente confortável, onde nunca teriam chegado por mérito próprio. Sei de muitos, mas lembro-me de um que mal chegou a um lugar da administração pública (para toda a vida, portanto...) rapidamente se remeteu a uma posição politicamente neutra, não fosse o diabo tecê-las... perdendo ele o que tanto se esforçou por conseguir.

A arte da intriga era (e é...) praticada com grandes níveis de eficácia. Não parece estarmos no nosso século!... A intriga sempre foi um ingrediente da política, especialmente quando há pouco poder para distribuir e muitos candidatos a querer exercê-lo. Mas a corporação ganhou peso e, portanto, influência que muitos querem fazer correr a seu favor. Nestes jogos, a troca de benesses é de regra; porém, a experiência mostra que quem está no poder adopta posições defensivas, sempre mais fracas em relação a quem quer conquistá-lo e que não tem nada a perder. A maior parte das vezes o que se reclama é de importância circunscrita, não se notando muito os efeitos da cedência. O importante passa a ser a repetição das cedências, o carácter exemplar que isso passa a assumir e a imagem de vulnerabilidade que acaba por ficar colada a quem cede. Há, contudo, algumas ocasiões em que o processo, habitualmente conduzido de maneira muito discreta, irrompe de forma irreversível, quando já é muito difícil atalhar para evitar os seus estragos. Foi o que se passou com o fim da conscrição. O projecto de diploma não apareceu na agenda do Conselho de Ministros, tendo sido apresentado já em Conselho, sem tempo para se proceder a uma discussão profunda acerca do seu conteúdo, dos mecanismos que propunha e – mais importante para mim –, das consequências, a longo-prazo, de uma prática importada de outros países europeus, sem uma reflexão aturada da sua transposição para Portugal. O projecto de diploma previa um serviço militar de quatro meses (!) que, se houvesse muita insistência, também podia ser de oito... Fui o único a protestar contra tudo: o conteúdo do projecto

de diploma, a forma de o apresentar e, especialmente, a falta de discussão acerca das consequências de uma tão radical mudança da prática nacional. Não tinha havido uma reflexão acerca dos problemas nacionais, da formação da identidade nacional, das vantagens do despertar dos jovens (e das jovens!) para os desafios que o novo enquadramento europeu acarretaria, da integração na colectividade de jovens regressados das antigas colónias, da necessidade de uma re-orientação radical das forças armadas e de um sem-número de outras consequências que uma alteração de tão grande monta acarretaria. Um dos meus colegas pronunciou-se sobre a conveniência de serem oito em vez de quatro meses... Fui o único a reagir, mostrando desacordo radical. Isso não me seria perdoado.

Eu sei bem que o argumento usado para tornar profissionais as forças armadas se prende com o alto grau de especialização dos equipamentos hoje usados que reclamam um treino prolongado e, na realidade, um período extenso para amortizar o investimento feito em formação. Mas isso poderia coexistir com um serviço capaz de aproximar os jovens (homens e mulheres) das diversas classes sociais e das diversas regiões e de lhes conferir um sentimento de pertença a uma comunidade com identidade própria reforçada pela integração que um serviço cívico ou militar ajudaria a fazer (5).

O antigo Primeiro-Ministro Francês, François Fillon que eu conheço de perto por termos sido, ao mesmo tempo, Ministros da Ciência, no livro que publicou recentemente (6) como introdução à apresentação da sua candidatura à Presidência da República diz que não defende a conscrição, com longas raízes em França, pelas razões que eu invoco no parágrafo anterior e porque, no seu país, a outra razão seria cívica. “Tratar-se-ia de inculcar valores nacionais à juventude e de organizar a interpenetração das classes sociais”. Ora eu entendo que, em Portugal, isto é de importância crucial. Se não lhe quiserem chamar serviço militar, chamam-lhe serviço cívico ou serviço nacional. Não se deve abusar da “plasticidade” dos Portugueses. Faria muito bem aos jovens de Bragança irem uns tempos até aos Açores e aos jovens açorianos passarem alguns meses no Alentejo. Em 1974/75 Portugal absorveu 600.000 retornados e alguns dizem que tudo ficou na mesma. Não ficou! Modernizou-se muito. Há grandes disparidades não só de desenvolvimento, mas também das mentalidades entre os Portugueses. A tal “brassage” de que fala Fran-

çois Fillon é importante em Portugal para consolidar uma comunidade que é ligeirinha na cópia de comportamentos importados e que não se conhece a si própria. O País está a tender para “Lisboa e o deserto português”, para ir buscar o título de um livro francês famoso, dos anos 40 (7). Ora isso é péssimo debaixo do ponto de vista da identidade nacional e da solidariedade que nos devemos uns aos outros.

Eu sou europeísta por muitas razões, mas não gostaria de ver o meu País, o que tem as fronteiras mais antigas da Europa, diluir-se num ente inorgânico em que ninguém saiba muito bem quem é. Nós todos precisamos de um quadro de referência próximo do qual faça parte a língua, a história, o território, as tradições comuns e um certo entendimento do mundo e, dentro do qual, se promova um grau de coesão importante para o reforço de uma solidariedade que é indispensável promover em permanência. A razão da apresentação do projecto de diploma estava na transposição (sem reflexão) de uma prática que se generalizou em alguns países europeus, particularmente na Alemanha, e que tem na sua origem a adopção de atitudes individualistas, se não mesmo egoístas, que são capazes de encontrar algum fundamento nos fantasmas que assombram esses países, mas que não convêm nada a casos como o de Portugal, país de grandes desigualdades espaciais e sociais e sem meios para assegurar uma defesa profissionalizada e, naturalmente, cara.

O fim da conscrição em Portugal foi feito por pressão das juventudes partidárias que, na melhor das hipóteses, se limitaram a reproduzir atitudes importadas de outros países, sem reflectir na adequação da sua aplicação ao nosso País. Depois disso, temos assistido à conquista paulatina de numerosas posições de comando por quem não está preparado para o exercer. A maior parte dos que o fazem têm trajectos profissionais semelhantes: má preparação de base, com classificações medíocres ou medianas em universidades pouco respeitáveis; prática em gabinetes ministeriais ou empresas públicas, onde entraram por influências políticas; luta feroz pela sua manutenção nos lugares conquistados, ficando anómicos quando as forças políticas em que apostaram não conseguem ganhar as eleições; habilidade extrema em sobreviver por via da intriga, do lançamento de boatos e da duplicidade; impaciência em relação a quem insiste em mobilizar as suas qualidades de trabalho; versatilidade para se entregar às mais variadas formas de actividade.

Esta é a forma de evolução final do que começou por ser uma ideia generosa. Chegou-se lá por via da permissividade e da falta de rigor na aplicação dos princípios. Contribuiu, também, a ocorrência de muitos equívocos que tornaram difícil voltar para trás. Alguns cortaram, arremeteram caminho e conseguiram encontrar a sua via; ficaram vacinados para sempre em relação à vida política; muitos tornaram-se cínicos, compreendendo-se isto.

Nem sempre um arranque promissor tem um fim exemplar. O “itinerário” deve ser sempre acompanhado.

*

Causa-me uma grande angústia e preocupação ver jovens muito convencidos a exercer funções para as quais não estão manifestamente preparados. Um destes dias (2014), vi na televisão o líder parlamentar do PSD, Luís Montenegro, referir-se a um conjunto de propostas do PS, mais ou menos nestes termos: “O PS tem uma dúzia de propostas! E o PSD cá está para, com a sua maioria, as “chumbar” uma a uma”. Este Senhor Deputado ainda não se deu conta do tempo e das circunstâncias em que está a viver?

Pelo menos, a obrigação de cortesia deveria tê-lo levado a dizer: “E nós cá estaremos para as analisar cuidadosamente, para ver o que delas importa aproveitar”. A arrogância de pertencer a uma maioria levou-o a nem sequer fingir que procurava um terreno comum, numa ocasião em que já se percebeu que não haverá saída sustentável sem um entendimento entre os partidos do chamado “arco da governação”. Será que ele nunca ouviu falar em aproximação e procura de consensos? Será que só entende o que significa estimular a crispação? Será que nunca leu a história parlamentar portuguesa do século XIX e da Primeira República e das situações a que atitudes semelhantes à sua conduziram? Ele encaixa-se, perfeitamente, no grupo dos que Miguel Real (8) entende sofrerem do “complexo canibalista”, “devorando[-se] uns aos outros, cada nova doutrina emergente destruindo e esmagando a[s] anterior[es], estatuídas estas como inimigas de vida e de morte”... Um complexo “vinculado à inveja individual e à intolerância colectiva”...

IV – OS “ULTRAS”

Eu tenho idade suficiente para invocar que, na minha juventude, encontrei no meio universitário, na tropa e mesmo na vida social, alguns fanáticos da direita que, nessa ocasião, tinham a designação de “ultras”. A maior parte deles eram insuportáveis, porque, “donos da verdade”, comportavam-se como tal, não parando sequer para ouvir qualquer crítica ou opinião diversa. Alguns mudaram! Cheguei a vê-los em partidos de esquerda, onde fizeram carreira. Não conseguia tomá-los a sério. Eram só oportunistas.

Mas a verdade é que organizavam encontros, promoviam edições de panfletos e aplicavam-se, seriamente, na “agitação e propaganda”.

Todos os extremistas me impacientam, mas os “ultras” irritavam-me, porque vinham, sistematicamente, negar a história. Julgo que ninguém se deveria enjogar numa carreira pública com pretensões de influenciar o curso dos acontecimentos, sem prestar provas públicas de história, em que seriam interrogados acerca das teorias que tão encarniçadamente defendem... É que eles propõem actuações violentas na defesa das suas ideias e podem afectar opositores e inocentes sem culpa nenhuma... Isto levar-nos-ia a uma discussão sobre os limites da liberdade!... Mas é evidente que, do outro lado do espectro político, também há “ultras”. São igualmente insuportáveis!

V – OS GANANCIOSOS

Os gananciosos incomodam! Nada os faz parar! Seja em matéria de dinheiro ou de influência política ou social, são sempre impacientes, não tendo a noção dos limites. Eu gosto de gente ambiciosa, com vontade de fazer mais, de conseguir mais, de ter mais e de ir mais longe. Mas há uma grande diferença entre ambição e ganância. Habitualmente, esta não olha a meios. Tudo é lícito.

A história de Portugal está cheia de exemplos de ganância. Na Índia, no Brasil, em África e em Portugal. Não creio que sejam as páginas mais exaltantes da nossa história. Pela mesma razão que assisti ao aparecimento de muitos novos-ricos também vi numerosos gananciosos sófregos. O País passa bem sem eles.

Se há uma pessoa que rejubila com o sucesso dos outros sou eu. Estimo ver que a inteligência e o esforço são recompensados e que o talento é reconhecido. Mas não tolero a ganância a que anda associado, correntemente, o “vale-tudo”.

Eu tive a sorte de viver numa época de prosperidade, no nosso País, em que muita gente com capacidade de iniciativa, com rasgo e com trabalho, viu recompensados os seus esforços. Alguns não resistiram ao apelo dos tiques de novo riquismo, mas outros souberam ser contidos. Todavia, houve uns tantos insaciáveis para quem não existiram limites no que queriam ganhar e no que exibiam como marcas do seu sucesso que eram sempre impostas como indicadores da sua superioridade em relação aos outros. O ganancioso não conhece limites! Principalmente morais. Chega uma altura em que pensa que tudo lhe é devido e impacienta-se com qualquer entrave ao alcance dos seus objectivos. Então, atropela tudo e todos. Conheci alguns. Acontece, frequentemente, que no meio da sua atrapalhadação perdem o discernimento e o sentido das proporções e deitam a perder o que já conseguiram. Nessa ocasião, não podem esperar simpatia por parte dos que atropelaram para tudo conseguir ou mesmo das testemunhas que tendo ficado à margem viram o desgoverno com que partiu o foguetão.

Estou sempre a fazer o elogio da frugalidade, da contenção e da discrição. Não é por nenhuma razão metafísica. É, seguramente, por razões estéticas – a que sou sensível – mas é especialmente por razões práticas. Quem é discreto não suscita invejas. Quem é contido avança com segurança. Quem é frugal acumula sempre mais.

Os Portugueses não exibem, em geral, uma grande capacidade para empreender. Mas alguns dos que o fazem com sucesso são muitas vezes atacados pela ganância e, com isso, acabam por se perder.

VI – OS BAJULADORES

Quem esteve tantos anos, como eu estive, em posições de alguma evidência sabe como são frequentes os bajuladores que nos vêm dizer que somos os melhores que algum dia passaram pelo posto em causa. Dizem-no sempre a quem está nesse momento de serviço. Pensam que podem ser tomados a sério, o que resulta muito melancólico. Há frases extraordinárias que são ditas por esses profissionais da vénia. Uma delas é: “Você disse verdades como punhos!”. Nunca percebi o verdadeiro alcance dos punhos como verdades, mas o certo é que a frase é repetida por agentes diferentes, de modo que corresponde, seguramente, à expressão que pretendiam.

Não vejo que esta prática esteja generalizada em Inglaterra e nos países do norte. Admito que em Viena se usem frases similares. Deve ser uma herança da corte. Mas, nos nossos dias, o menos que eu posso dizer é que é irritante! O pior é que os que assim fazem não dão pelo ridículo em que caem; suponho que até julgam tratar-se de uma manifestação de espírito muito apreciada pelo destinatário...

VII – OS BOATEIROS

Eu sei que a contra-informação é uma arma corrente na guerra e que, em Portugal, o boato foi largamente usado nas Guerras Liberais e posteriormente. Não é dessa manipulação da informação que eu falo. É do lançamento de atoardas, a maior parte das vezes caluniosas, lançadas por gente sem escrúpulos que pretende, objectivamente, prejudicar um terceiro que nem sabe o que está a ser traçado nas suas costas. Algumas vezes são boatos de âmbito restrito que circulam na aldeia ou no meio académico (que a seu modo pode ser também considerado como uma aldeia...) ou num meio elegante sem preocupações sérias ou num círculo profissional ou desportivo. Nunca são inocentes os boatos. Têm propriedades vectoriais! São sempre dirigidos contra alguém com o objectivo patente de o prejudicar. É evidente que não são respeitáveis, a nenhum título, as pessoas que os lançam, mesmo quando pretendem fazer crer que isso é uma manifestação de humor... Já tenho ouvido essa interpretação.

A situação é muito diversa quando o “boateiro” pertence a meios de comunicação social ou se deixa “manipular” para servir interesses inconfessados. É evidente que essa manipulação costuma ser paga. Isso quer dizer que o boateiro e o seu manipulado, quando as duas figuras não coincidem uma com a outra, nunca actuam nem de forma inocente nem servem nenhuma causa generosa. Visam, objectivamente, prejudicar alguém e fazem-no com frieza absoluta.

Há caluniadores em todos os países, mas, em Portugal, eles enxameiam em muitas partes, nomeadamente na versão maligna que envolve a comunicação social. Os advogados a quem se recorre nessas circunstâncias, se são novos vão para a frente propondo acções contra desconhecidos ou contra suspeitos mais ou menos declarados; se são mais velhos e têm mais experiência costumam dizer como os médicos que viram já muito: “Isso passa!”... É verdade que passa, por não ter sustentação. Mas, entretanto, causa sofrimento escusado.

A maior parte das vezes não se consegue detectar a origem do boato. Mas a verdade é que nós dispensávamos bem esta especialidade portuguesa, sistematicamente associada a gente sem escrúpulos que confia ilimitadamente na irresponsabilidade dos seus actos e que se compraz em fazer o mal e esconder a mão. Nos nossos dias, aos boatos passaram a chamar “mitos urbanos”... No fundo é a mesma ignóbil porcaria.

VIII – OS INTOLERANTES

Por diversas razões, eu frequentei alguns meios conservadores, na minha juventude. Daqueles em que era corrente ouvir dizer “quem não está connosco é contra nós!”. E isto em termos políticos, no campo religioso e, também, em matéria de atitudes e comportamentos. Sempre me impressionou a certeza com que os seus paladinos assumiam a dicotomia e se mostravam surdos aos argumentos dos que não pensavam como eles. A primeira vez em que me dei conta dessa divisão em dois campos irreconciliáveis era eu muito pequeno e foi no rescaldo da II Guerra Mundial. No ano em que esta acabou fiz eu oito anos. Era uma criança, mas ouvia o que se passava à minha volta. O meu Pai era anglófilo e festejou a vitória dos Aliados. Mas havia, na família ou nas relações próximas, quem tivesse sido germanófilo, particularmente por pensar que o III Reich fosse o “tampão” do comunismo. Sem ele, os soviéticos avançariam por essa Europa fora até ao Atlântico e acabar-se-ia a organização da sociedade tal como a conhecíamos: propriedade privada, obediência à Igreja Romana, primado da família, etc. Como seria de esperar, eram os mais ricos os que mais temiam as mudanças e os mais intolerantes. Assisti a discussões intermináveis e muito vivas que me deixaram marcas. Exagerando, talvez possa dizer que aí radica a minha posição de “extremo-centro”... que só quer dizer que estou sempre aberto a ouvir os dois lados e a procurar respostas que satisfaçam interesses gerais que são sempre a combinação de numerosíssimos interesses particulares. Por isso, ainda hoje, reajo a quem tem certezas definitivas e as defende ruidosamente, se não mesmo violentamente. Os anos de 74 e 75, em Portugal, foram um tempo de intolerância, como tinha sido, com sinal contrário, o tempo do regime anterior.

A fogosidade meridional dos Portugueses conduz muitos a posições extremas, nas quais a razão ocupa pouco espaço, deixando a emoção à solta. Ora esta é sempre perigosa, se não for temperada com uma análise serena das situações, dos interesses e das aspirações. É, por isso, que eu tenho tão pouca paciência para com os intolerantes que usam, sistematicamente, de má-fé, o seu argumentário, recorrendo ao exagero como arma consciente e fechando os olhos e os ouvidos às razões dos outros.

IX – OS “DESLUMBRADOS”

Tem havido muitos “deslumbrados” em Portugal. São muito irritantes. Na maior parte dos casos correspondem a “emergentes” nas suas classes profissionais, na sociedade, na finança ou na política. Trata-se de gente muito contente consigo própria e que se toma muito a sério. Debitam opiniões com grande segurança e consideram-se modelos de virtudes que os outros devem escutar com a maior atenção e respeito. Quando o “deslumbramento” se circunscreve à sua esfera de relações pessoais, podemos lamentar os seus próximos, mas isso não nos causa perda. Todavia, quando os meios de comunicação social “farejam” alguém que quer ver reflectida na sociedade a sua imagem excepcional, costumam não deixar de explorar o filão, no que contam, naturalmente, com uma colaboração activíssima do seu foco de atenção. E aí temos todos de suportar as declarações pretensivas e as acções de quem não se enxerga nem se sabe proteger, tomando como certo o interesse que parece despertar.

O mais melancólico, para o “deslumbrado”, é que tanto a imprensa como a sociedade costumam desinteressar-se da sua sorte subitamente. Vi alguns, no mundo da política, saírem do palco por saturação do público, sem compreenderem o que lhes estava a acontecer. O que lastimei sempre foram os incómodos causados durante o tempo do “deslumbramento”.

X – OS “SONSOS”

Em Portugal há mais “sonsos” do que a média europeia... E isso sem auxílio nenhum dos fundos estruturais.

O local onde eles mais se encontram é na estrada e, de uma maneira geral, ao volante. Quando fazem qualquer contravenção, olham para o lado ou muito focadamente em frente, não ousando fitar os circunstantes, nomeadamente aqueles a quem o seu comportamento pouco cívico lesou. Como não gostam nada de usar os sinais de mudança de direcção (os “piscas”) é, nos cruzamentos e nos parques de estacionamento que mais frequentemente encontramos os “sonsos”. E nas filas dos supermercados... Aqui, são mais as sonsas que fazem aproximações laterais para se encaixarem uns furos à frente do lugar que lhes compete. Se não se lhes chama a atenção, entram mesmo. Se se diz alguma coisa, ficam ofendidíssimas, protestando a sua inocência e fazendo comentários pouco abonatórios em relação a quem as criticou.

Uma vez, em conversa com a Sophia de Mello Breyner ela observava que não gostava nada de um colega meu, de quem dizia, em termos definitivos: “É um sonso!”. Eu protestei, mas passei a olhar para ele com mais atenção. Ela tinha razão! Os sonsos também se encontram fora da estrada e invadem todas as camadas sociais e todas as profissões e postos. De onde nos vem a propensão para a “sonsice”? É genética ou adquirida? A verdade é que se torna pouco agradável lidar com dissimulados e sonsos. Eu não gosto. Muitos anos depois, li na sua obra “Geografia” o poema *Sunion*, voltando, assim, a constatar que, efectivamente, os poetas sabem ver claro e dizer tudo:

Na nudez da luz (cujo exterior é o interior)
Na nudez do vento (que a si próprio se rodeia)
Na nudez marinha (duplicada pelo sol)
Uma a uma são ditas as colunas de Sunion

XI – OS “JORNALISTAS COPROLÁLICOS OU SAPRÓFILOS”

Em Portugal há, felizmente, alguns bons jornalistas! Todos os dias vemos nos jornais, na rádio e na televisão, exemplos de quem exerce a sua profissão com alto nível de isenção e com capacidade para transmitir informações e esclarecer temas complicados. Fazem isso com rigor, não dando notícias sem fundamento nem sendo descorteses para com os entrevistados, mas revelando, antes, firmeza e lucidez muito louváveis. Também há exemplos de quem esteja mais

interessado em dar a sua opinião do que em obter a do personagem por si convidado para o fazer. Mas absolutamente intoleráveis são os que exploram sem terem ética de nenhuma espécie os familiares de um acidentado, as vítimas de um incêndio ou de uma enxurrada ou, como se tornou moda, as da violência doméstica. Se o tema tiver um ligeiro picante, de natureza sexual, então a exploração do tema é exaustiva e com direito a muitos comentários sem qualquer justificação. A desculpa é que a sua primeira obrigação tem a ver com informar e isso desculpa tudo, mesmo o direito de dizer falsidades ou de caluniar. É evidente que os “culpados” são os seus mórbidos leitores que “consomem” essas notícias com avidez e, por essa via, compram os jornais ou as revistas cuja venda lhes assegura uma remuneraçãozita...

Um dia ouvi o desabafo de um jornalista que eu tinha como rigoroso, depois de fazer uma atrocidade que feriu brutalmente o visado, lamentar com ar quase inocente e muito auto-desculpatório: “Mas a fonte era boa!...” Não se tinha rodeado de cuidados elementares como é o cruzamento de informações nem foi prudente como aconselharia o melindre da situação. É evidente que não foi ele a sofrer as consequências do que fez. E muito assisadamente a vítima não reclamou; teria sido pior para ela... Não tenho nada a certeza que isto corresponda a um Estado de Direito... Não é, pelo menos, aquele em que eu quero viver.

Eu sei que a situação no Reino Unido ou em Espanha é pior!... Mas isso não justifica a ligeireza ou a boçalidade de que, todas as semanas, temos exemplos e que causam seguramente sofrimento aos que são objecto dessa atenção dispensável. Portugal poderia ser o tal “torrãozinho” a que me referi tantas vezes nestas memórias. Mas para se tornar, de facto, um país civilizado deveria assegurar aos seus Cidadãos que não fossem vítimas desse tipo de agressões, a que não adianta nada responder ou pedir satisfações e que não se confrontassem, em sua casa, com relatos chocantes e exagerados de casos que deveriam ser tratados com a maior sobriedade possível e sempre com fundamento.

Li uma vez num texto dos finais do século XIX que se impunha que os jornalistas se organizassem numa Ordem que zelasse pelo seu comportamento ético, impondo sanções quando houvesse atentados ao mesmo, podendo-se chegar à expulsão da classe. Eu gostava de acreditar que a solução fosse tão simples.

XII – OS QUE TÊM A CERTEZA DE IR PARA O CÉU...

É uma gente insuportável, na sua ostentação de virtudes. Mil vezes a convivência com pecadores descomplexados!... A maior parte dos primeiros são farsantes consumados. Eu suponho que eles aparecem em todas as épocas, mas, durante o tempo em que eu vivi, havia muita gente que pretendia subir na escala social ou insinuar-se em certos meios, nomeadamente financeiros, por exibição de atributos que realmente não possuía. Há parábolas que tratam deles. Por isso a sua existência vem de longe. Isso não impede que não surjam ao nosso lado, com pretensões exemplares. Devemos afastá-los não hesitando em mostrar-lhes a nossa náusea.



CAPÍTULO XLIX

CONTRARIEDADES E INSUCESSOS

Tendo eu permanecido, tantos anos, activo e desempenhado tão numerosos e diversos cargos, poderá ficar a ideia de que tudo foram rosas e de que não tive desapontamentos e angústias. E, no entanto, foram estas o pão de cada dia!... Para se conseguir fazer alguma coisa, no nosso País, é preciso ser persistente e acreditar muito naquilo que nos propomos realizar. Apeetece, muitas vezes, abandonar tudo e ir para casa, levando uma vida mais tranquila, contentando-nos com a *aurea mediocritas* que esse estatuto permite. É preciso ser teimoso para nos mantermos em lugares de evidência, arrastando com incompreensões e com intrigas, considerando a missão que jurámos cumprir com lealdade como a coisa mais importante da nossa vida. Quando, finalmente, vamos para casa levamos connosco e recordamos especialmente o que foi bom. Há, contudo, incompreensões que nos deixaram na boca um travo amargo. As que mais nos tocam, negativamente, são aquelas em que o tempo deu razão à nossa posição e tornou mais evidente o fruto das manobras ou das forças obstinadas, infundadas ou insensíveis que se nos opuseram... Não é somente em relação ao cargo de Ministro que isso acontece. Há sempre quem esteja pronto para nos contrariar, com pouca ou nenhuma razão para o fazer, simplesmente por falta de atenção ou porque não quis dar-se ao trabalho de explicar as suas verdadeiras motivações. Algumas vezes, também, a culpa é nossa, porque não reservámos o protagonismo suficiente a quem tinha o poder de ajudar ou de contrariar as propostas feitas.

*

Um desses fracassos refere-se a uma ideia que tive de homenagear os emigrantes anónimos que, às dezenas de milhares, nos finais do século XIX e princípios do XX, saíram do Norte do País pela barra do Douro, a caminho do Brasil. Os que

voltaram com fortuna feita e cá construíram casas foram uma minoria. A maior parte dos que para lá foram não regressaram nem fizeram grandes fortunas. Mas todos ajudaram a construir o Brasil.

A barra do Douro tinha, nessa ocasião, uns rochedos no fundo do leito que tornavam a sua passagem muito arriscada. Havia quem tivesse mais medo de passar a barra do que de fazer a travessia. Subsistiam boas razões para isso, porque o número de acidentes, ao longo do tempo, tinha sido grande e mortífero. Entretanto, as rochas foram quebradas e tornada a barra mais franca. Mas havia o facto de se saber a localização exacta dessa concentração de angústias e ansiedades e de estas respeitarem a uma leva imensa de compatriotas nossos que, não encontrando formas de sustento na sua terra, foram adoptar uma outra que ajudaram a erguer como o seu esforço e abnegação, fazendo dela um grande país.

Andamos tantas vezes à procura de motivos para exaltar a nossa acção, como povo, terminando em “sessões solenes” efémeras. Abomino-as, por muito eruditas que possam ser as intervenções nelas feitas. Nas minhas caminhadas à beira-Douro, vi que existe, em Sobreiras, um pequeno jardim feito sobre um terraplano conquistado ao rio numa zona antes muito fustigada pelos efeitos conjuntos da água e do vento trazidos pelos temporais do sudoeste. Convidei o Arq.^o Álvaro Siza para pensar num motivo escultórico para lembrar às gerações presentes e futuras o que foi a acção e o sofrimento desses Portugueses, alguns deles, seguramente, nossos parentes. E seria bom, também, lembrá-los junto dos Brasileiros, através de um monumento tangível que pudesse ser mostrado e fotografado. Fomos ao local e o Arquitecto aprovou-o. Logo escolhemos o enfiamento de uma pequena alameda que está ladeada de palmeiras muito jovens. Ele concebeu uma espécie de proa fracturada, de aço “corten”, mas entendeu que as palmeiras conflituariam com a forma, preferindo que a vegetação fosse de plátanos ou de qualquer outra árvore de formas arredondadas. O jardim tido sido de plantação recente e eu resolvi encontrar-me com a paisagista que o tinha projectado para auscultar a sua reacção à colocação do monumento. Fiquei surpreendido por me ter respondido, ao telefone, com a maior rispidez e má-vontade, logo me avisando que eu me dispensasse de trazer nomes sonoros para interferir na sua obra, porque ela não deixaria fazer nada. Iludido acerca das minhas próprias capacidades

de persuasão marquei um encontro com ela no local, para lhe explicar a ideia. O Arq.^o Álvaro Siza, com a maior abertura de espírito participou numa segunda reunião, também no local. Que não, que as palmeiras tinham sido ideia sua e que não ia modificar nada, porque ela entendia que uma autora deve defender o seu projecto “como de um filho se tratasse”... Não admitia, por isso, qualquer intervenção! É evidente que se poderia ter forçado a situação, porque, em termos jurídicos, ela não tinha razão. Mas isso faria o monumento nascer logo com uma polémica em cima, o que seria muito do gosto dos jornalistas, mas que eu não achei que fosse ajustado a uma realização que deveria brotar de um movimento de concórdia e afecto. Eis como a teimosia de uma paisagista obscura, comprometeu (talvez não irremediavelmente...) uma homenagem justa, feita através de um trabalho de gosto muito apurado, expressão da sensibilidade de um dos maiores arquitectos que Portugal já teve. Eu ainda não desisti de concretizar a ideia. Aliás, um dos objectivos de contar aqui esta história é, mesmo, deixar uma sugestão para o caso de a vida não me dar tempo para eu a ver realizada.

*

Referi, a propósito das negociações com o Banco Mundial sobre o Projecto de Desenvolvimento Rural Integrado de Trás-os-Montes, como fiquei surpreendido, ao regressar, por encontrar dezenas de propostas para o fornecimento de tudo o que, eventualmente, o projecto pudesse absorver: desde as vedações para campos de pasto ao equipamento para as salas de ordenha colectiva; desde os serviços de aconselhamento em matéria de extensão rural até aos projectistas de barragens... Veio de tudo! Isso só pode ter acontecido por terem sido fornecidas aos diferentes países informações longamente preparadas sobre o projecto, relacionando-as com as oportunidades que as suas empresas de produção de bens ou de serviços estavam em posição de fornecer. Eu saí de Washington num sábado. Os “telex” (!) funcionaram durante todo o fim-de-semana, de modo a que eu tivesse a minha mesa inundada de propostas, logo na segunda-feira de manhã! Tentei, por diversas vezes, estruturar uma rede que colhesse essa informação nos serviços da Comissão em Bruxelas, no Banco Mundial, no Banco Europeu de Investimentos, no Banco Inter-americano, no Banco Africano de Desenvolvimento, na NATO, em Bruxe-

las,... Para, depois, a difundir através das Associações Empresariais, das Ordens profissionais e de outros canais. Todos com quem falei acharam a ideia excelente. Contudo, não encontrei o mecanismo mobilizador de vontades que permitisse, sequer, recolher a informação.

*

Quando foi das comemorações dos descobrimentos, eu tinha tido conversas muito estimulantes com o Vasco Graça Moura, que conhecia há muitos anos, e com o António Mega Ferreira, cujos dinamismo e cultura eu passei a apreciar. Sugeri-lhes, então, que seria interessante fazer no Algarve um jardim botânico das Descobertas, tendo como guião o tão interessante livro do Conde de Ficalho sobre a flora dos Lusíadas: um capítulo sobre a flora europeia mencionada no texto; um segundo sobre a flora exótica referida e um terceiro sobre as espécies mencionadas no Canto Nono, relativamente à Ilha dos Amores. Encontrei uma mata nacional disponível na freguesia de Barão de S. João, concelho de Lagos, muito arborizada com acácias infestantes, mas também com outras espécies e situada a distância conveniente dos turistas que nela poderiam encontrar uma variante ao turismo de sol e mar que domina a área. A Comissão dos Descobrimentos fez uma visita ao local e eu fui lá expor-lhes a minha ideia. Todos a aprovaram. Mas era preciso passar à prática. E, para isso, foi solicitado um pré-projecto a um paisagista com nome. Ele propôs uma coisa tão complicada e dispendiosa, com tanta intervenção sobre a natureza que o orçamento absorveria os meios consagrados a todas as comemorações e reclamaria custos de manutenção in comportáveis. Ora, o que se pretendia era uma coisa simples, onde se poderiam fazer grandes caminhadas ilustradas pelas espécies que estariam devidamente identificadas, contribuindo para inculcar nos turistas, estrangeiros e portugueses, uma dimensão menos conhecida dos Descobrimentos. Em suma, foi pena que a vontade de realizar uma obra berrante tivesse comprometido uma ideia que ainda tem virtualidades. Ou, como me disse uma vez o meu amigo Eduardo Souto de Moura: “O difícil é fazer coisas simples!”. Mas são essas que perduram...

Se deixo aqui registado este meu fracasso é com o intuito de ver se alguém, um dia, retoma a sugestão e faz um parque erudito, mas simples, homenageando Ca-

mões, o Conde de Ficalho e os Portugueses que deram uma tão grande contribuição para a “viagem das plantas” e para o progresso da Botânica.

*

Um outro caso tem a ver com o guarneçamento dos espaços públicos com motivos escultóricos. Eu defendo que “a Imagem da Cidade” (1) deve ser pontuada por marcas que identifiquem as grandes praças ou cruzamentos e que possam ser referidas para muitos efeitos, nomeadamente para orientação de quem se desloca sem conhecer muito bem os espaços que atravessa. Os jardins e os parques também devem proporcionar aos que os frequentam motivos de fruição estética que tornem mais agradáveis as caminhadas, a menos que se tenha tomado a decisão de recriar a Natureza, à maneira dos paisagistas ingleses, em que o que se contempla é ela própria, encenada de modo hábil para valorizar as espécies e o conjunto. De outra coisa se deve tratar nos centros das cidades, muito frequentados por toda a sorte de gente de quem se quer chamar a atenção para certos vultos ou acontecimentos que marcaram a vida das colectividades. Não é que não possa haver motivos escultóricos puramente decorativos. Eles existem em todas as cidades antigas, sobressaindo neste particular as suas partes barrocas e, especialmente, as neo-clássicas. Todavia, o centro cívico de uma grande urbe deve privilegiar as referências a pessoas ou a factos que tenham a ver com a sua história. Na Avenida dos Aliados, no Porto, que é um eixo processional de carácter cívico, onde os Portuenses se juntam sem convocatória para celebrar o seu júbilo ou o seu protesto, encontramos duas excelentes estátuas, uma de D. Pedro IV e outra de Almeida Garrett, mas pelo meio há outras duas puramente decorativas e interessantes, mas que não fazem sentido naquele eixo que já foi testemunha de tantos acontecimentos que fizeram vibrar a Cidade. Por outro lado, há vultos nacionais ou locais que não têm nenhuma estátua de homenagem, mas, sobretudo, evocativa do seu papel em relação à Cidade e que permita apontar para ela e contar partes da história do Porto. São eles o rei D. João I e a rainha D. Filipa de Lencastre que casaram no Porto, tendo na Cidade nascido o seu quinto filho, o Infante D. Henrique que, esse sim, tem uma estátua, muito datada, mas, de qualquer modo, adequadamente marcante. Por sua vez, há uma figura portuense sem

estátua, cujo nome passou para a linguagem corrente para designar um indivíduo arguto, Afonso Martins Alho, que tinha mandato dos seus conterrâneos para negociar com o soberano britânico as condições de transporte e os direitos a pagar, por exportações e importações com a Inglaterra. Este distinto portuense só tem a honrá-lo na cidade uma curtíssima viela e uma pintura evocativa num canto da escadaria interior do edifício da Câmara Municipal. Houve, ainda, dois Almas, pai e filho, que se distinguiram na transformação do Porto numa cidade nova. Isso ocorreu no final do século XVIII. Especialmente o filho, Francisco de Almada e Mendonça, deu mostras de uma fibra que seria útil apontar a todas as gerações. Com efeito, eu sugeri, muitas vezes, que fossem erguidas estátuas para o par real de que há, aliás, iconografia do seu casamento, uma outra que distinguisse o espírito cosmopolita dos comerciantes portuenses, encarnado no nosso conterrâneo Alho, porque não se é “fino como um alho” mas sim esperto como o Alho! E uma terceira de Francisco de Almada e Mendonça que só tem um busto no cemitério do Prado do Repouso. Ainda não tive sorte. Mas espero tê-la e, por isso, deixo aqui registada a minha sugestão.





CODA

Em música, chama-se coda ao remate final de uma peça durante a qual foram expostos diversos temas, com andamentos variados. Ela começa por ser muito curta – meia dúzia de compassos – só para pôr um termo à composição. Com o tempo vai-se estendendo, ganhando o hábito de fazer curtas exposições dos temas ouvidos, como que a recordar toda a peça com apontamentos breves, antes de a finalizar.

Esta coda será um meio termo entre uma despedida breve e uma enfadonha “revisão da matéria exposta”. Retomará um tema ou outro para sublinhar a minha maneira de ver as coisas, mas resistirei à repetição sistemática do que foi dito. Estas memórias já vão muito longas! A sua escrita teve, contudo, um propósito terapêutico ocupacional, que, até agora, está a ser bem-sucedido: a passagem de uma vida demasiadamente activa, durante mais de meio século, para uma outra fase em que terei de procurar ocupações compagináveis com as minhas capacidades físicas e mentais, não me deixando cair numa ociosidade que seria nociva a ambas.

Eu comecei por me referir a factos da minha infância de que eu próprio possuo recordações directas. Mas, como sucede com todos nós, houve muitas coisas que me foram transmitidas relativamente aos meus primeiros meses ou anos, de que não tenho memória se não a construída com base em relatos feitos por pais e tios que os reproduziam sempre com desvanecimento. A primeira coisa foram os vagidos de uma criança, que já não eram ouvidos naquela casa há mais de vinte anos. Em vez de ficarem impacientes com o choro, seguramente irritante, todos se sorriam porque o menino dizia, ao que consta com bons pulmões, que estava ali e que queria atenção. Logo que pude sentar-me entre almofadas puseram-me no centro da mesa de jantar, tendo mudado os lugares de maneira que o avô no centro e os pais, um de cada lado, não perdessem nenhuma das gracinhas ou dos dentes que despontavam. A experiência não durou muito, porque um ano depois

já havia uma irmã e, assim sucessivamente, até seis! De modo que o meu “reinado absoluto” durou pouco. Quando, em partilhas, houve que decidir para quem ficava a grande mesa, verificou-se que ela não cabia em nenhuma das nossas salas. Mas eu não podia ver ir para leilão o meu “trono” de um ano. Por isso a mesa está num armazém para os livros que possuo em excesso, servindo para lhe pôr em cima os que esperam arrumação nas prateleiras. Pô-la-á, um dia, em licitação alguém que não tenha reinado de cima dela sobre os mais sorridentes e amorosos súbditos que alguém poderá ter tido.

*

Da minha infância ficou-me, especialmente, a marca de uma convivência profunda com a Natureza. Aprendi a conhecer-lhe os ritmos e alguns segredos. Por isso, estou à vontade nas conversas com os agricultores e gosto, realmente, de saber do modo como lhes corre a vida. A maior parte das vezes não corre bem! Temos de apostar, especialmente, na formação de uma nova geração de empresários agrícolas. A ironia da situação é que o sector tido como mais pobre reclame os profissionais mais observadores, mais sensíveis e mais devotados que uma actividade económica pode exigir. Quando falo com algum dos jovens viticultores que conheço e lhe pergunto por que enveredou pela sua profissão, é sistemática a resposta: “Foi a vida ao ar livre que me seduziu; não me vejo atrás de uma mesa num gabinete fechado!”. Estamos a falar, obviamente, dos agricultores do século XXI, de que tanta necessidade temos.

*

O Porto da minha adolescência faz-me muitas saudades. Por, nessa ocasião, andar sempre a pé ou de carro eléctrico, parece-me hoje que chovia mais naquele tempo. É evidente que a pluviosidade média se mantém. Eu é que me punha mais a jeito para apanhar a chuva, que havia dias, não caía só de cima para baixo, mas também saltava acima das botas e vinha de todos os lados tocada pelo vento. Quando se chegava a casa havia quase um estendal de gabardines e de calçado à volta da salamandra... Mas o centro da Cidade não tinha comparação com o que é hoje. A actividade dos bancos e das lojas era febril. As pessoas andavam sempre com pressa,

porque tinham muito que fazer e não podiam perder tempo. Ao contrário do que se poderia esperar, o Porto não era provinciano. Os negócios obrigavam-no a conhecer o mundo e a manter relações com os países mais desenvolvidos da Europa: a Inglaterra, a Alemanha, a França, a Bélgica, a Suíça, a Holanda... Era o vinho e eram os têxteis; eram as máquinas que se importavam e muitos produtos manufacturados que procuravam o seu mercado em variadas partes do mundo. Os transportes marítimos constituíam um sector muito dinâmico e visível.

O Porto tinha aprendido a tomar iniciativas. As suas instituições associativas empresariais eram robustas e muito dinâmicas. Corteses nas suas relações com as instâncias do poder central, não costumavam esperar nem por subsídios nem por orientações. O mesmo se passava na música, no teatro, nas artes plásticas...

Era comum, ao fim da tarde, ir ouvir declamar poesia, em salas de teatro cheias. Lembro-me de ter ouvido, algumas vezes, Berta Singerman, Margarida Lopes de Almeida e João Villaret. Hoje mantém-se a tradição em ambientes mais restritos e interpretada por amadores muito distintos, oriundos das mais diversas profissões, desde magistrados a dirigentes desportivos. Isso corresponde a uma velha tradição portuense.

Eu gostaria de voltar a passear num Porto frenético, ao fim da manhã, com gente a mover-se em todas as direcções. E a ver, depois do almoço, os habitantes dos concelhos vizinhos virem abastecer-se junto de um comércio farto, variado e, por isso, próspero.

A reabilitação do núcleo central da Cidade é urgente. É preciso, obviamente, pensar-se num novo tipo de centro. Não adianta ficarmo-nos pela nostalgia. Impõe-se agir e reanimar um corpo que não está morto, mas que precisa de uma nova vocação adequada ao tempo presente. É urgente inventá-la.

*

Nem tudo é bom quando se dura mais do que a esperança de vida da nossa geração. Se temos saúde, o que felizmente é o meu caso, e podemos participar na vida da colectividade, isso permite-nos ver a vida de uma perspectiva madura, o que não é necessariamente melancólico. Mas o ver partir os outros, deixando-nos sem ter com quem conversar acerca de coisas do tempo passado é muito

pouco interessante. Com os amigos de infância ou de adolescência, não é preciso nenhum “princípio de conversa”. Ele está feito há décadas e há muitas coisas que não precisam de ser explicitadas para nos entendermos.

Por razões familiares, eu tive sempre numerosos interlocutores mais velhos e mais novos, nunca tendo tido de me confrontar com nenhuma manifestação de “ruptura de gerações”. O “phasing out” foi ocorrendo de forma quase imperceptível e o “phasing in” tem tido manifestações quase semanais, de forma que nunca perdi o pé no processo de transição entre gerações. Mas sucede que há um período no qual se concentram as mortes dos amigos mais próximos, com os quais mantínhamos relações frequentes e com quem nos acostumámos a comentar a evolução do mundo, do País, do nosso círculo..., sem necessitar de grandes explicações prévias. Com muitos deles havia grandes afinidades de gostos, de percepção das situações e de interesses que, de repente, nos vemos, sem possibilidade de partilhar. Foi o que me aconteceu ao longo dos últimos anos (2013/2014), durante o qual perdi meia dúzia de amigos próximos. É mais do que um vazio!... Fica-se realmente amputado de uma parte da nossa memória. Daquela que era mobilizada sem ter de fazer esforço, nem haver necessidade de a explicitar para os outros entenderem o que queremos transmitir. O pior é quando o processo de cada um se arrasta com degradação lenta dos seus atributos físicos e mentais. Mas as doenças mais correntes, nos nossos dias, exibem quase todas esse cruel estigma que quase nos faz desejar que tudo se acelere para poupar as duas partes ao espectáculo da decadência que é sempre mais profunda do que nós estamos preparados para aceitar. Este assunto daria para muitas reflexões que nos levariam longe. Limito-me a apontar a mágoa enorme que é ver degradar-se quem foi activo e brilhante e partir quem era uma parte do círculo em que nos habituámos a apoiar-nos para enfrentar os problemas da vida e em quem repousávamos para partilhar sucessos e tristezas.

*

Quando resolvi marcar os meus livros com um *ex-libris*, escolhi como mote: “*ago, ergo sum*”. É que, para mim, viver é agir. Não me concebo em posição contemplativa, à espera de que os dias passem. Algumas vezes, aquela actividade

trouxe-me arrelias que me fizeram perguntar a mim mesmo por que não me deixei estar quieto! Mas, na grande maioria dos casos, agir encheu-me de satisfação! Eu tinha que escorvar, de qualquer forma, este excesso de energia que não me deixa “criar musgo”.

*

Eu detesto a demagogia!

Tive que conviver muitas vezes com políticos estimáveis que não tinham coragem de assumir a realidade dos factos e que arranjavam sempre maneira de iludir as questões impopulares, dando somente boas notícias, mesmo que elas não tivessem fundamento. Vivi o suficiente para colecionar uma longa série de “trapalhadas” causadas pela falta de coragem política, a mais rara, mas também a mais importante qualidade na vida pública.

*

Quem, durante alguns anos, estiver na vida política leva consigo boas e más recordações, mais as segundas do que as primeiras. Tem de se lidar com pássaros de muita plumagem!... Por isso, deve-se estar sempre em guarda e não esperar muito para não ficar desapontado. Há algumas manifestações de estima e mesmo de dedicação, mas o corrente são as desconsiderações; por vezes, mesmo as deslealdades. Um dia em que me aconteceu uma manifestação destas, em Bruxelas, comentei o facto com uma holandesa que me respondeu “Lá está você a usar um termo forte do Sull!... Tratou-se, simplesmente, de “duplicity”. Postas as coisas nestes termos, tive muitas!...

Devo dizer que me impacientam muito as faltas de atenção de pessoas a quem sempre tratámos bem. Particularmente quando isso é feito com grande dose de dissimulação, presumindo que não damos por ela. Tento conservar a compostura e manter constância no trato, mas, no fundo, a confiança foi quebrada. A dura realidade da política é que, nela, há mais interesses do que dedicações. Será bom que quem toma a decisão de ir para ela saiba isso de antemão...

*

As grandes efusões embaraçam-me. Comovem-me as situações de injustiça ou de sofrimento estoicamente suportado. Mas, em relação a manifestações de grande júbilo ou de grande pesar, opto sempre por manter uma posição reservada que, algumas vezes, tem suscitado estranheza ou, mesmo, incompreensão. Quando foi da missa de sufrágio pela morte de Francisco Sá Carneiro, na Sé do Porto, na qual eu acompanhei o Francisco Pinto Balsemão, as manifestações quase históricas de centenas de assistentes deixaram-me perfeitamente frio, o que contrastava muito com o clima emocional geral. Disseram-me que eu era muito “contido”. É um facto que não gosto de exageros.

Tenho procurado, ao longo da vida, manter sempre uma firme independência de posições. Detesto a perspectiva de ser arregimentado para qualquer sorte de grupo, tendo de me conformar com as suas orientações quer para pensar, quer para agir ou, mesmo, para escolher as minhas companhias.

Um escritor espanhol que eu muito admiro, Javier Cercas, diz (1) que “la imaginación (...) es otro nombre de la memoria”. Eu procurei não me deixar tentar por alindar o relato, acrescentando um ou outro arabesco lateral que tornasse um dado facto mais divertido ou relevante. Tentei que o texto fosse enxuto e rigoroso. Mas, na hora de escrever, evitei a referência a épocas que não me deram gosto, a lugares onde nada me reteve a atenção ou a pessoas com quem não me entendi. Neste último caso, houve algumas com quem eu não me entendi mesmo e que acabaram por ser importantes na vida pública. Aí, eu considerei que não deveria silenciar o que delas captei, porque haverá quem lhes faça retratos apologísticos e será bom temperá-los com referências à sua verdadeira personalidade e carácter.

Um dia, ao folhear, numa livraria, as memórias de um autor francês, que acabei por não comprar, ele prevenia aqueles a quem não se havia referido no texto que isso tinha sido melhor para eles... Portanto não deveriam protestar"! Eu não levo a minha “méchanceté” a esse ponto. Gosto de relembrar aqueles que me influenciaram ou com quem me entendi bem. Os outros devem ser deixados em paz.

*

Em princípio as memórias só se escrevem quase no fim da vida, quando os encargos principais que tivemos às costas já acabaram ou quase e, portanto, quando se tem algum tempo para o fazer. Então, a sua escrita corre o risco de ser a nossa actividade quase exclusiva e tem-se medo de a ver chegada ao fim. Escrever memórias passa a ser um vício que se prolonga. E como já se está velho ao fazê-lo, há muitos críticos que costumam dizer que “sendo a velhice um naufrágio”, tudo quanto se escreve nelas não deve ser tomado muito a sério. É um fruto da decrepitude... Devo dizer que não me sinto mentalmente diminuído e, portanto, o que escrevi não representa nenhuma manifestação de senilidade. Contive-me, mesmo, nas referências a muita gente que considero medíocre, tendo sido melhor para eles e para mim ter omitido certos acontecimentos ou certas referências. É verdade que, nos últimos cinco ou seis anos, vivi uma época estranha: tinha a certeza de que o dia seguinte seria pior que o de hoje, ao contrário do que havia acontecido durante setenta anos, nos quais, mais do que a expectativa, tinha a certeza de que o dia de amanhã seria melhor do que o de hoje. Daí, seguramente, o tom pouco optimista com que termino e que não tem nada a ver com qualquer manifestação de decrepitude mental que, felizmente, ainda não sinto. Poderia fazer um filme da minha vida com todas as cenas evocadas. São causas exógenas as que me fazem sentir-me desalentado.

*

Muitas pessoas surpreendem-se por eu poder reproduzir com razoável pormenor uma reunião que se passou há trinta ou mais anos. É que eu habituei-me cedo a tomar notas nuns caderninhos de capa preta que intrigam alguns dos que estão comigo nas reuniões. Não o fazia para vir, mais tarde, a invocar o que os outros diziam nessas reuniões. Foi sempre a maneira de forçar a minha atenção para o que se estava a passar. Eu passei muitas horas da minha vida a ouvir exposições aborrecidíssimas que favoreciam o descolamento do espírito para outras nuvens onde a imaginação poderia libertar-se à rédea solta... Se não me forçasse a escrever alguma coisa eu não seria capaz de reter nada do que estava a ouvir.

Uma consequência curiosa tem sido, agora, a leitura de algumas dessas notas. À força de “ouvir” a mesma pessoa com regularidade, descobro coisas que me escaparam na ocasião em que estava absorvido por muitos outros assuntos. E confirmo suspeitas ténues que, então, tive relativamente a alguns traços da sua personalidade. Uma vez, em Madrid, o Ministro das Relações Exteriores, Francisco Ordoñez, um modelo de político e uma pessoa encantadora, ao ver-me usar o caderno disse-me que eu o tinha feito voltar ao “colégio”... Mandei-lhe dois cadernos que eram comprados numa papelaria do Porto que já não existe...

*

Uma das razões que me levaram a escrever estas memórias foi deixar um testemunho directo sobre os tempos em que vivi, as pessoas que encontrei, os acontecimentos de que fui testemunha e a maneira como olhei para o mundo. Em relação aos períodos em que fui membro do Governo, entendi que seria útil dizer como é que as coisas funcionavam por dentro. Algumas pessoas pensam que os ministros passam a vida entre inaugurações e recepções, de jantar para viagem... não se aplicando num trabalho exaustivo para tentar encontrar soluções para os problemas do País. Ora, eu fui testemunha do contrário!... Por isso, nessas partes do meu relato fiz “quase um diário”...

Em Portugal, as pessoas que desempenharam funções executivas raramente escreveram memórias. Ora, estas são fundamentais para ver como eram as coisas no tempo a que elas respeitam. E, se forem de muitas origens, permitem cruzar visões diversas que talvez contribuam para escrever uma história aceitável desses tempos. Evitar-se-ão, assim, os malefícios das antigas crónicas “só com a visão do poder e sempre apologéticas (2). Por outro lado, também escrevi porque queria ver o passado um pouco mais claro e “pour ne pas mourir de honte sous les sables de l’oubli” (3)

*

Quem teve uma vida longa e intensa, quando deixa de estar activo, pode prolongar a sensação de ainda o estar, escrevendo memórias e pondo no papel algumas marcas da sua experiência, dos acontecimentos que testemunhou, das pessoas

que conheceu, das dificuldades e dos sucessos, ou das dúvidas que teve. É uma forma de terapia excelente para combater o vazio. Porque, para quem esteve sempre em movimento, do outro lado da reforma não há nada. Deve, por isso, entregar-se a toda a sorte de trabalhos benévolos para que for solicitado, porque, independentemente dos fins humanitários ou culturais que eles tiverem, ocupar-lhe-á algum tempo e isso dar-lhe-á a ilusão de ser útil. Além do mais, permitir-lhe-á aprofundar muita coisa: o carácter das pessoas que encontrou ou com quem trabalhou; as situações em que esteve envolvido; as cidades ou as paisagens que viu; os problemas que teve que resolver; as soluções que para elas encontrou; e, sobretudo, permitir-lhe-á conhecer-se melhor a si próprio, o que não é coisa de somenos...

Devo dizer que, estando prestes a acabar este longuíssimo livro, a sua escrita fez mais do que divertir-me por via das recordações. Permitiu-me fazer avaliações! É evidente que, sabendo o que sei hoje, eu teria tomado algumas decisões bem diversas das que tomei. Mas não vale a pena “chorar sobre o leite derramado”... O que importa é que aprendi! Fui-me tornando progressivamente mais cínico, mas isso só se tornou grave quase no fim da vida activa. Permitiu-me, por isso, ser espontâneo e confiante durante quase todo o tempo. Não estou seguro de que isso tenha sido uma grande coisa... Quando olho à minha volta vejo que, hoje, há muitos jovens muito melhores do que o que nós éramos, na minha geração; mas verifico, também, que há muitos mais cínicos do que então havia. Creio que isso não é bom para o mundo. É preciso conservar a espontaneidade e a generosidade que, em geral, lhe anda associada. Como se vê, parece que acredito na teoria do “Bom Selvagem”...

O mundo está a transformar-se num lugar perigoso, porque a generosidade espontânea está cada vez mais confinada. É o egoísmo que campeia! Eu admiro muito o Papa Francisco que, com bondade infinita, chama a atenção todas as semanas para as muitas manifestações dos malefícios desse egoísmo. E quero acreditar que os seus apelos acabarão por tocar alguns. Mas, uma grande parte não tem baias morais. E é escusado ir ao caso extremo dos traficantes humanos do Mediterrâneo para o confirmar. No nosso próprio “torrãozinho” vemos, todos os dias, manifestações desse egoísmo e da falta de escrúpulos. E, todavia,

Portugal poderia ser um bom local para viver, porque os Portugueses são naturalmente compassivos, acolhedores e inteligentes. Mas há bastantes “ovelhas ranhosas” a estragar o rebanho... Era bom que àquelas qualidades, os Portugueses lhes acrescentassem o inconformismo e a frontalidade. Então, talvez pudéssemos assegurar a todos, de todas as idades e feitios, um quadro de vida mais civilizado e, especialmente, mais justo.

Como se vê, não sou tão cínico como pretendo, porque ainda acredito na virtude do Bem sobre o Mal!...





POSFÁCIO

Num livro recente, Alain Minc (1) fez um ensaio de caracterização do que ele designa como a alma das nações ou como genes das maiores comunidades europeias – a francesa, a inglesa, a alemã, a russa, a espanhola e a italiana – e da norte-americana. Procura distinguir o “inato” do adquirido e é ao primeiro que atribui maior importância, porque é ele que está na base dos valores e atitudes que enformam os comportamentos e, portanto, das decisões dos governantes aceites pelos governados sem resistência, dado que elas correspondem à maneira de reagir de toda a grei aos problemas a que tem de fazer face. Portugal é demasiadamente pequeno e periférico para merecer as honras de uma reflexão daquele autor.

Há outros autores – por exemplo, Javier Cercas (2) – que vêm na pesquisa dessa “alma”, uma identificação com tendências nacionalistas que não conduzem a grande coisa. Elas mobilizam sentimentos susceptíveis de serem manipulados por “gente sem escrúpulos”, quando em política deveriam imperar os factos e as razões. Eu gostaria de que assim fosse, mas suspeito de que as decisões políticas não são exclusivamente racionais. Repugnam-me os métodos próprios da psicologia das massas. Mas acho útil o conhecimento dos valores, atitudes e comportamentos que o tempo fez decantar num grande grupo.

Dentro de poucos anos (2043) faremos nove séculos como comunidade independente (Os 60 anos do domínio filipino correspondem a dois reinos com a mesma coroa. Mas não houve fusão!), tendo mantido a independência e a individualidade, ninguém pondo dúvidas de que somos muito diferentes do nosso grande vizinho que sempre nos ameaçou, mas nunca nos engoliu!...

Cultivámos uma relação privilegiada com a Inglaterra, potência marítima, que, fiel aos seus genes, só nos liga quando precisa para defender os seus maiores interesses (3). E a nós também nos faz jeito, em momentos de aflição como, por

exemplo, quando uma potência continental (a França de Napoleão) nos quis anular para levar avante a sua própria estratégia. O Tratado de Windsor é o mais antigo do mundo e sobrevive, porque nenhuma das partes tem expectativas excessivas em relação à outra. Em caso de desastre, ninguém nos virá salvar! Seremos nós a ter de o fazer: “O Reino não tem inimigos perpétuos nem amigos eternos; ele não tem senão interesses.” (*ibidem*).

Mas é interessante verificar como sobrevivemos. O sermos periféricos ajuda, mas, em certas circunstâncias, também pode despertar apetites como aconteceu em relação a Napoleão, para um papel de “tabela” intermédia, em relação à Inglaterra. É por tudo isso que se torna importante conhecer qual é a alma (“anima”) de Portugal.

*

Eu sei que não se deve atribuir a um grupo o carácter de uma pessoa (4). Mas o exercício que agora começa não é esse. Trata-se de ensaiar o enunciado de comportamentos característicos do próprio grupo que algumas vezes contribuem para o seu progresso, outras para o seu retrocesso; em certos casos, para um melhor entendimento com os seus parceiros de negócios ou de associação; noutros para o seu afastamento. Não se trata de atributos pessoais, mas sim de características colectivas.

*

Não tenho dúvidas em afirmar que, em Portugal, a massa tem sido (com raras excepções) melhor do que a elite. Não quero que se entenda isto como expressão demagógica, porque já não tenciono concorrer a nenhuma eleição e, por outro lado, é certo que, até ao fim dos meus dias, irei conviver mais com membros da dita elite do que com as “massas”. Mas eu gostaria de que as nossas elites fossem mais frugais, menos vistosas e mais empreendedoras. Isto a despeito de eu ter amigos que me dizem que foram o luxo e a ostentação que sempre fizeram mover os Portugueses e determinaram que eles se superassem a si próprios. Mas isso também tem contribuído para a sua ruína pessoal e colectiva...

Há outros países em que as coisas se passam ao invés. Em França ou em Inglaterra, eu acho que o escol tem sido, a maior parte do tempo, melhor do que a massa. E isso contribuiu muito, no passado, para a afirmação de cada uma das nações, mesmo tendo eles “almas” muito diferentes. Há casos, como a Itália, em que parte da elite (a política) não tem impressionado ninguém, depois da II Grande Guerra, mas onde outras partes da mesma (a empresarial, a universitária, a cultural, mesmo a administrativa) ajudaram o País a progredir e a desempenhar um papel de relevo no quadro europeu.

Em Portugal, o que me choca mais é ver como a elite se sente pouco comprometida com a massa que deveria segui-la, como costuma, mais pela imitação do que pela razão, como já disse noutro lado. Há a imitação dos chamados “colunáveis”, através das revistas cor-de-rosa, mas o resultado é deplorável, porque os modelos não têm consistência e tudo se mostra sempre superficial e efémero. Dirão que a imprensa responde à procura e que é aquilo que a massa quer consumir. Por isso não devo culpar o “mensageiro”... Mas a verdade é que se há imitação, em Portugal, ela respeita a modelos fraquíssimos que não contribuem para o desenvolvimento pessoal dos Portugueses. Dir-me-ão que o mesmo se passa nos outros países, nomeadamente nos europeus. Mas a verdade é que muitos deles já desenvolveram um escol que pauta o que faz mover a sociedade, representando a imitação dos “colunáveis” um epifenómeno sem relevância nas “correntes profundas” que, tal como sucede nos oceanos, são as que têm influência a longo-prazo.

*

Os Portugueses não gostam de ser avaliados pelo seu desempenho em qualquer função.

Sempre que há um movimento para avaliar profissionais – professores, médicos, enfermeiros e outros funcionários – levanta-se um coro de protestos. E, todavia, o progresso não se faz com o concurso dos piores, mas sim com a atribuição de mais responsabilidades aos melhores e, conseqüentemente, com a atribuição de prémios que os distingam.

Uma das primeiras coisas que, a seguir ao 25 de Abril, se generalizou na universidade foi a avaliação por trabalhos de grupo. Era evidente que aquilo tinha

de ir parar perto, porque os que realmente trabalhavam começaram a sentir-se explorados pelos que levavam vida de cigarras. Mas ainda levou algum tempo a desfazer-se o equívoco, porque se invocava a necessidade de desenvolver a solidariedade entre discípulos, esquecendo-se de que, na vida real e na natureza a competição é a regra.

Ainda hoje, assistimos a manifestações ruidosas contra todas as formas de avaliação, algumas delas encabeçadas por sindicatos. Eu não sou a favor de uma sociedade de individualistas que não olhem para o lado para se inteirarem da sorte dos seus colegas, dos seus vizinhos ou do seu semelhante, em geral. Mas parece-me de uma enorme ingenuidade pensar que na vida se consegue progredir sem trabalhar e sem mostrar capacidades para contribuir para o desenvolvimento geral através da excelência do que faz cada um no exercício das suas funções.

Esta propensão para fugir à avaliação tem cambiantes fraudulentas como é a cópia durante os exames, na qual se dá muitas vezes prova de um engenho que, correctamente orientado, levaria longe o seu agente.

Na Guiné, uma das componentes do rito de passagem dos jovens balantas é conseguir roubar gado, ou fazer uma peripécia semelhante, sem ser apanhado. Daí que as casas balantas se desenvolvam à volta de um pátio para onde dá a habitação e por onde se faz o acesso aos currais; a entrada geral é comandada por uma tranca que passa por baixo do colchão onde dorme o dono da casa. A prova destina-se a demonstrar que o rapaz é arguto, audaz e capaz de assegurar o governo de uma família autónoma. Não me parece que um estudante português deva ser sujeito a tantas provas de argúcia e de audácia quantas as disciplinas que tem de fazer... Será melhor que se aplique na matéria e deixar a audácia, por exemplo, para o desporto, onde ela o conduzirá às mais altas posições... com uma repercussão positiva na sua imagem, o que não deixará de o beneficiar. Mas tudo isso se insere numa inclinação patológica para aquilo que se convencionou chamar o “chico-espertismo” nacional e que, infelizmente, está mais generalizado do que deveria suceder. Há sociedades, como por exemplo a romena, em que isso é valorizado, socialmente. Deveríamos lutar contra ele, denunciando-o como burla, o que realmente é, na maior parte dos casos.

*

O “chico-espertismo” tem a sua expressão mais refinada na pega de cernelha. Nas corridas à portuguesa o touro é lidado por um cavaleiro que deve exibir capacidade para “dominar” o animal, quebrando-lhe a impetuosidade. Não o mata, como no toureio a cavalo em Espanha. Deixa-o ficar extenuado e confuso, mas ainda com energia suficiente para arremeter contra um grupo de forcados que demonstram como são destemidos, pegando-o desejavelmente de caras. Há vezes em que ele ainda está cheio de força e, depois de duas ou três tentativas e algumas costelas amachucadas, os forcados mudam de tática. Em vez de o pegarem de frente, faz-se entrar na arena umas dez ou doze “chocas” com chocalhos ao pescoço, fazendo um barulho bucólico e apaziguador. As chocas, umas vacas “balzaquianas” que envolvem o touro, condicionando-o nos seus movimentos e ímpetos, algumas vezes sofrendo os efeitos de umas cornadas que exprimem a impaciência do envolvido. Nessa ocasião, insinuam-se pelo meio do grupo dois forcados – o pegador e o “rabijador” – que fazem parar o touro, o primeiro pegando-lhe pelos cornos de lado e por trás, o segundo segurando-se no rabo que o animal tenta atingir com a cabeça, obviamente, nunca o alcançando. É evidente que o que segura os cornos tem de ser possante para aguentar com a força do touro que pára com ar interrogativo. Basta que esteja quieto uns segundos para se admitir que o animal foi vencido pela força e pela manha do homem. Nessa ocasião, os dois homens largam a correr e o animal move-se com ar de quem pergunta: – O que foi que aconteceu?... E o pegador incorpora-se com o cavaleiro na volta da vitória à arena, recebendo palmas e flores. Efectivamente, falhou, mas arranjou uma maneira airosa de fabricar uma vitória... E todos lha concedem, não sei se homenageando a força se a esperteza... Mas a prática está consagrada na tradição taurina nacional.

*

O fatalismo é uma componente da alma dos Portugueses. Resignamo-nos com a constatação de que: “É a vida!”... Diz-se a frase com uma expressão de conformação e inelutabilidade, sublinhada por um sorriso triste e por um encolher de ombros. O fatalismo corresponde à aceitação sem luta do declínio. Ora, todos os dias, temos notícia de que há cientistas, artistas e desportistas portugueses que ganham

prémios por todo o mundo e de empresários que conquistam novos mercados, numa demonstração evidente de que possuímos energia, criatividade e competência para vencer em competição com outros que, naturalmente, também se esforçaram e deram o seu melhor. Os bolsiros portugueses em universidades estrangeiras conquistam, por via de regra, as primeiras posições, salientando-se, porque além de saberem da matéria que estudam, são criativos e cordiais.

Deveríamos ser inconformistas em vez de fatalistas. O fatalismo é irresponsabilizador e nós precisamos de gente que assuma responsabilidades e as defenda com energia. O inconformismo é dinâmico e pode ser mobilizador. Não estou a defender os inconformistas arruaceiros que só protestam (ou destroem) sem construir. Estou a defender quem não se contenta com o que já fez, mas quer progredir mais, e a enaltecer quem não vira costas às dificuldades, mas as enfrenta com confiança e determinação.

*

A auto-confiança deveria, aliás, ser uma componente explícita da formação dada nas escolas e desde os primeiros anos. Os instruendos passam pela sala de aula, mas também pelos recintos desportivos onde a competição se exercita. Todavia, para ser eficaz, ela tem de figurar entre os objectivos explícitos e fazer parte das discussões entre professores e autoridades escolares, entre as escolas e a administração, com as associações de pais e com a sociedade em geral.

Eu sei que é difícil mudar atitudes ancestrais. Mas se não começarmos a fazê-lo agora cairemos na pecha tradicional dos Portugueses: “Amanhã!”. Amanhã é que se deixa de fumar, ou se começa a fazer dieta, ou se arrumam os livros ou se começa a estudar ou se faz um trabalho que é penoso!... Os historiadores e os sociólogos referem esta atitude como sendo ibérica. Não nos trouxe, nem a Portugueses, nem a Espanhóis, grandes sucessos em matéria de desenvolvimento. O adiar, sistematicamente, o que se tem de fazer corresponde a um receio de enfrentar a realidade e as suas agruras. Mas não conduz à resolução dos problemas.

*

Não é só em Portugal que, nos nossos dias, impera o “short-termism”, que os Franceses traduzem por “short-termisme”... Sei bem que Keynes dizia que o longo-prazo não interessa por, nessa ocasião, estarmos todos mortos. Mas não é desse longo termo que eu falo. É daquele que ainda pode servir de guia para as nossas vidas e sobre o qual convirá reflectir, como disse abundantes vezes ao longo destas memórias, numa perspectiva estratégica. Como é que olhamos para o nosso País a vinte ou trinta anos de vista? O General de Gaulle dizia ter “une certaine idée de la France”... Qual é a nossa própria ideia acerca de Portugal? E como gostaríamos de o ver avançar? Com gente bem preparada e exigente quanto à sua própria formação ou com hedonistas pouco preocupados com os outros? Com gente sensível e solidária ou com individualistas ferozes? Dando importância à dimensão inter-cultural que, em meu entender, é inescapável, ou empertigando-nos na nossa interpretação de valores conquistados e inflexíveis? Ignorantes acerca do resto do mundo ou cosmopolitas, como parece ser a nossa tradição? Negligentes com o Ambiente ou preocupados e actantes? As alternativas são numerosas em qualquer bifurcação do nosso trajecto colectivo. E, em todas elas, põem-se questões de afectação de meios que valorizam mais um caminho do que outro. O facto de, em 1986 e anos seguintes, se ter apostado mais na formação de cientistas do que, por exemplo, na construção de novos laboratórios permitiu, nas décadas seguintes, dispormos de um contingente de investigadores que nos pôs bem entrosados na comunidade científica internacional. Mas a escolha feita na ocasião correspondeu a uma das tais bifurcações que nos permitiu antecipar um conjunto de objectivos, naturalmente em detrimento de outros. Só o facto de se discutirem as alternativas possíveis ajuda a tomar decisões mais conscientes e mais esclarecidas ao longo do tal médio ou longo prazo que parecem aborrecer os nossos contemporâneos. Em alguns casos, tratar-se-á somente de intuições, mas, em algumas circunstâncias, poder-se-ão estabelecer relações de causalidade entre decisões que autorizarão alcançar mais cedo aquilo que nos parece ser preferível.

Há uns anos, esteve muito em moda o “scenario writing” que implicava o desenho de combinações possíveis de futuros que permitiam precaver algumas situações de desastre. Isso deu alguns bons resultados particularmente no do-

mínio do Ambiente. As pessoas ficaram realmente assustadas com os quadros que lhes foram traçados se se perseguisse uma determinada via no domínio dos combustíveis ou no dos hábitos de alimentação e de consumo. É essa perspectiva do tempo que conviria ter presente em numerosos campos que afectarão a nossa vida ou a sua qualidade ou o seu estilo. Foi por isso que eu insisti tanto, na minha acção política, na necessidade de pensar em termos estratégicos todas as áreas em que isso fosse possível, desde o planeamento urbano à investigação científica, desde o nosso lugar na Europa e no Mundo às formas de solidariedade que fossemos capazes de nos assegurarmos.

Eu sei que da dominância do curto-prazo estão muitos a padecer. Mas a minha responsabilidade vai, em primeiro lugar, para os Portugueses e é, por isso, que insisto tanto em que eles pensem e discutam os caminhos alternativos que podem seguir. E isso é possível fazer com proveito em relação a muitos domínios. O pior é se nos deixarmos ir, sistematicamente “com as outras”, sem pensarmos na nossa especificidade e sem explicitar a tal “certaine idée” que tanto devemos ter em relação ao nosso País e ao nosso grupo.

*

Os Portugueses são, seguramente, dos povos culturalmente mais plásticos do mundo. Rapidamente se encaixam no meio de acolhimento em que estão, absorvendo, pelo menos na aparência, os comportamentos dos circunstantes. Quanto aos valores, isso é uma questão distinta, porque quando retornam a Portugal, rapidamente os vemos ser como dantes, até nos comportamentos que alteraram por mimetismo enquanto viveram noutras paragens. Mas a verdade é que se apercebem rapidamente da maneira de estar que convém adoptar. Ao contrário dos Ingleses, que insistem em segregar-se, transplantando um bocado de Inglaterra para onde quer que vão, os Portugueses vencem facilmente as barreiras ao relacionamento com os estrangeiros, tornando fluídas as relações.

No caso dos Ingleses é curioso ver como eles transportam consigo o espaço e o tempo. Mantêm-se como eram na altura em que saíram da sua terra. É interessante falar com Ingleses do Reino Unido que visitam os seus compatriotas de colónias fixadas no estrangeiro há muitos anos. Eles exprimem sempre a sua ad-

miração quando constatam que, até na linguagem, eles permaneceram tal como eram na época em que saíram. Uma jovem Inglesa que passava uns tempos no Porto disse-me, um dia, a respeito dos seus compatriotas aqui fixados: “já ninguém fala assim em Inglaterra!”... Quer dizer, eles não procuraram integrar-se, nem evoluíram ao ritmo da sua comunidade de origem.

Com os Portugueses as coisas passam-se ao contrário. Eles adoptam com facilidade os comportamentos das comunidades receptoras e, quando regressam, gostam de voltar, nostalgicamente, ao espaço e ao tempo que deixaram.

Por outro lado, a facilidade manifesta que têm para falar línguas, ajuda muito à integração nos mais diversos meios. É por isso que nós devemos tirar vantagem dessa facilidade em relacionarmo-nos com os outros, melhorando-a através da nossa capacidade para comunicar em línguas diversas da nossa.

De vez em quando há umas vozes felizmente inconsequentes que vêm agitar o fantasma da segregação racial, dizendo que os Portugueses são racistas. Pode haver um ou outro caso isolado que é explorado na imprensa, porque o jornalista pensa que isso “paga”. Mas não é verdade, na generalidade dos casos. Os Portugueses não são racistas! É por isso que as relações inter-culturais são, para eles, tão fáceis de encetar e de manter.

*

Os Portugueses são, correntemente, superficiais.

A natureza é doce e o clima é bom, de modo que as grandes angústias que impeli-ram o pensamento nos países mais agrestes do norte da Europa não forçaram, por aqui, um esforço de reflexão generalizado. Há alguns Portugueses, que, cá dentro ou lá fora, contribuíram para o avanço da Filosofia ou da Matemática, mas o vulgar é o distanciamento entre as altas esferas do pensamento e a “vidinha” que se tem de levar desejavelmente com pouco esforço.

Sabe-se que os Portugueses, se inseridos em organizações eficazes, são capazes de produzir tão bem ou melhor do que os outros. Mas a superficialidade de abordagem dos assuntos é a regra. E isso compromete o progresso nos domínios em que o pensamento abstracto representa uma condicionante. Em França, são populares os “clubes de filosofia”, onde algumas pessoas se juntam pelo prazer

de avaliar e discutir as grandes questões da metafísica ou da ética, da teoria do conhecimento ou da epistemologia. Em Portugal preferimos evitar as grandes angústias... e, por isso, não está generalizada a reflexão abstracta e as grandes construções teóricas. Ora isso tem consequências práticas expressivas e negativas, nomeadamente quando é urgente, a muitos níveis, a reflexão estratégica que enquadre as práticas do dia a dia. No seio das empresas isso tem de se fazer, se não elas pagarão com a insolvência a sua falta de capacidade para ver longe. Mas, na política, são correntes as actuações de curto prazo, sem enquadramento nenhum e sem preocupações de reflectir sobre o que seria conveniente para um grupo, para um sector ou para um espaço.

A superficialidade de abordagem dos problemas, abundantemente ilustrada ao longo do último século e meio da nossa história, não contribui para um desenvolvimento a partir de dentro que é o único que é sustentável a longo prazo. A política é para as pessoas e com as pessoas; mas se elas não insistirem numa melhoria contínua das suas próprias capacidades que lhes permita serem cada vez mais lúcidas a discorrer sobre os seus problemas e sobre as maneiras de os resolver, serão sempre presas fáceis de um “condottiere” ou de um grupo de iluminados.

Os assuntos que mereceriam uma reflexão “à tête reposée” não se compadecem com a urgência com que, por via de regra, se quer resolvê-los. Mas a urgência conduz à superficialidade. Todos nós já participámos em simulacros de discussão, a maior parte das vezes com fins políticos, que pretendiam ser um exercício de recolha de pontos de vista e de análise e avaliação de alternativas, mas cujas conclusões já estavam esboçadas pelos promotores dos encontros. Isto chama-se jogar com cartas viciadas que é uma outra inclinação que temos, muitas vezes nos meios políticos. Dever-se-ia insistir na reflexão ponderada sobre os nossos problemas, fora das situações de pressa em que ela costuma ocorrer... E também, desejavelmente, sem a preocupação de fazer notícias imediatas daquilo que um ou outro disseram. Por muito pouco interessante que isso possa parecer, precisamos de verdadeiros debates académicos e rigorosos acerca dos problemas que nos afligem e acerca do nosso futuro e do seu enquadramento. O curioso é que até dispomos, na maior parte dos sectores,

de cabeças capazes de o fazer. O que elas não podem é ficar condicionadas por quem pretende usar o que elas dizem para fins efêmeros e inconsequentes.

*

Em Portugal, nas tomadas de posição pública é-se, correntemente, muito dicotómico. Ou é preto ou é branco; mas a realidade comporta muitas misturas de tintas, o mais natural sendo que a resposta adequada para resolver um dado problema seja num tom intermédio.

Tive numerosas situações em que ouvi os obstinados da “investigação fundamental” que não admitiam sequer a ideia de que houvesse apoios às aplicações da ciência. Ora a posição equilibrada é serem as segundas a gerar excedentes susceptíveis de se somarem a outras fontes para se poder dar atenção a um tipo de investigação que é, por natureza, de longo-prazo e muito exigente em meios de apoio. A situação desejável deve ser apoiarem-se os dois tipos de investigação, tendo em atenção que uma só produz resultados a longa vista e a outra, por natureza, deve fazê-lo a prazo curto. Situação semelhante se passa em relação à formação. Há uns que defendem que se aposte tudo na educação vocacional, citando o exemplo alemão do sistema dual e esquecendo-se de referir que as universidades alemãs também preparam profissionais de altíssimo nível, robustecidos com uma formação clássica em que disciplinas como o latim contam muito na preparação dos seus estratos mais elaborados.

Grande parte destas opções tão “bifurcadas” têm fundamentos ideológicos manifestos. Se se é de esquerda só se pode privilegiar a investigação fundamental; se se é de direita tem de se dar preferência ao ensino vocacional. O progresso reclama que nos habituemos a avaliar a situação em permanência, confrontar respostas que assegurem a variedade que é, afinal, o que corresponde à normalidade dentro de uma sociedade complexa.

*

Em Portugal, o debate público é paupérrimo! Isso acontece nas mais variadas instâncias, a começar pela própria Assembleia da República, continuando nas Assembleias Municipais e em outros locais, onde é corrente a falta de preparação

prévia das discussões. Por isso, eu não sou entusiasta da sua transmissão directa pela televisão. Se houvesse uma recolha de “morceaux choisis”, ainda poderia ser dada uma ideia lisonjeira da abordagem dos temas. Assim, o modelo que se põe diante dos olhos dos Cidadãos não concita nem à preparação das intervenções nem à elevação da sua expressão. A solução passa por um longo treino que deve começar na escola, mas que os partidos tinham a obrigação de fomentar, no seu seio. As coisas têm de ser preparadas! Não se deve confiar nas capacidades inatas para intervir publicamente. As exposições deveriam ser treinadas entre os jovens políticos, tendo o cuidado de produzir manuais orientadores.

Eu surpreendi, algumas vezes, na Assembleia Municipal a que presidi, alguns “tiques” copiados do que os seus membros veem através das retransmissões do que se passa no Parlamento. O valor destas, como modelo, é enorme. Por isso não deveria ser deixado ao correr das aptidões naturais e das inspirações de cada um. Tanto no conteúdo, como na forma, tudo deveria ser muito cuidado e preparado para “crescermos” e não para cairmos na vulgaridade.

Na comunicação social interessa mais o sensacionalismo do que a justeza de análise dos problemas. E, todavia, o que não falta em Portugal são problemas que deveriam ser escarpelizados com cuidado, procurando-lhes as causas para definir soluções ajustadas. Há bons cronistas e comentadores que, habitualmente, escrevem artigos longos demais que dissuadem os menos afoitos da sua leitura. Deveriam ser ensaiadas outras formas de comunicação, mais eficazes e que levassem ao hábito de reflectir sobre o que acontece, sem extremar paixões. Impressiona-me a facilidade com que se responde por “clichés” que foram repetidos vezes sem conta e sem uma reflexão acerca dos temas tratados.

Os programas de debate na televisão alemã – ou na sueca – são massudos, lentos e insuportáveis para qualquer latino. Não podem ser transferidos para o sul, porque ninguém os aguentaria. Mas a verdade é que aprofundam os assuntos e contribuem para a formação de uma opinião fundamentada e estruturada. Deve haver uma fórmula intermédia em que os “rápidos” meridionais absorvam o que está em causa e reflectam autonomamente sobre os temas que, seguramente, tocam na forma como a sua vida decorre. É evidente que a pobreza do debate tem a ver com a superficialidade com que tudo é abordado...

*

A ironia é uma arte difícil. Não deve ser praticada senão entre pares e, mesmo assim, estes têm de ser selecionados. A fronteira entre a ironia e o sarcasmo é estreita, mas divide o mundo em dois grupos com naturezas muito diversas. A primeira reclama inteligência, a segunda é quase sempre uma expressão grosseira de sentimentos pouco nobres entre os quais a inveja é a mais comum.

Em Portugal deve ter-se muito cuidado com a prática da ironia. Nunca se pode fazê-lo em público, porque ela não é entendida por muitos ou, então, tem de ser explicada e deixa de ser ironia.

Tive, na vida, alguns casos de pedidos de explicação de uma frase cujo sentido não tinha sido captado e tive, também, plateias que se mantiveram sisudas, porque não entenderam uma expressão que eu pretendia que fosse irónica. Assim, o melhor é nunca ser irónico em público e, em privado, ter muito cuidado com quem nos ouve. Julgo que esta aptidão limitada para a prática da ironia não é li-sonjeira, mas pode-se fazer pouco para alterar uma tendência tão enraizada que se tornou um traço cultural.

*

Os Portugueses são generosos. Tem isso muito a ver, seguramente, com uma tradição secular ancorada na Igreja. As discussões esotéricas a que temos vindo a assistir acerca do que é caridade e do que é estado social, conferindo à primeira um carácter de direita, não fazem sentido para a maioria dos Portugueses. Eles condoem-se com o sofrimento dos outros e procuram minorá-lo da forma que estiver ao seu alcance. Não vou elaborar sobre as formas perversas do exercício da caridade, porque também as há. O certo é que a solidariedade é corrente entre nós, muitos dando o seu tempo e capacidades de organização para atenuar as situações mais gravosas, especialmente nas grandes cidades, onde as situações extremas são mais correntes.

Em caso de desastres naturais ou de catástrofes inesperadas, o movimento rapidamente ganha expressão, fazendo com que, poucos dias depois, as marcas exteriores da calamidade já não se notem. A mobilização é fácil, sendo referenciados os que não aderem, passando a pesar sobre eles uma censura social que

é incómoda, especialmente nas pequenas povoações onde todos se conhecem. Essa generosidade já foi muito interesseira, especialmente quando ela contribuía para, simultaneamente, exaltar a vaidade neste mundo e assegurar um lugar de distinção no outro. Hoje, essas expressões são mal toleradas, privilegiando-se as de solidariedade discreta que atravessam todas as idades, mas são particularmente correntes entre os jovens.

É evidente que há muitos outros povos solidários. Mas os Portugueses sobressaem pela prontidão da entrega e pelo afecto com que rodeiam o que fazem, nessas circunstâncias.

*

Um atributo muito negativo dos Portugueses é o seu “indiferentismo”, particularmente no que toca à vida pública e cívica. Quanto ao futebol, eles são tudo menos indiferentes. Mas, passado o entusiasmo das primeiras eleições a seguir à revolução de 1974, motivá-los para a participação na vida colectiva não se tem revelado fácil. Como se o seu próprio destino lhes dissesse pouco. Estará isto ligado ao fatalismo a que já nos referimos ou à falta de educação cívica? Há muitos estudiosos da “alma portuguesa” que fazem referência a esta propensão para o “deixar correr”. Algumas vezes, uns tantos são capazes de se deixar empolgar pela política. Mas a maioria precisa de ser estimulada para ir votar, mesmo quando a situação é séria. O desgosto pelos políticos pode explicar alguma coisa, mas, se é disso que se trata, justificar-se-ia uma atenção particular para penalizar os que são considerados como piores e uma escolha dos menos maus. Ainda se compreenderia um alheamento se tudo estivesse a correr bem. Mas não é o caso, há muito tempo! O “indiferentismo” é, seguramente, uma manifestação do egoísmo ou do individualismo proverbial, mas não está consonante com a inteligência e com a argúcia que nos reconhecem.

Os povos não podem cansar-se. Se o fazem são derrotados e acabam. Há exemplos disso na história. Mas é sempre um fim melancólico que, estou seguro, nenhum de nós ambiciona ter.

Na vida pública, em Portugal, são correntes três posturas: a passividade, o oportunismo e o comodismo (5). Deixa de se participar nos órgãos para que se foi

eleito; prefere-se ir à praia do que depositar o voto; fazem-se, continuamente, contas àquilo que nos porá mais facilmente a obter proveitos. A coerência não é cultivada. E a preocupação em desempenhar as responsabilidades cívicas de cada um, nomeadamente votar, não é generalizada. Por isso aguentamos muitas vezes sem protestar, regimes autoritários da direita ou da esquerda. A Democracia exige participação e, especialmente, envolvimento informado. Ora, este reclama uma postura pró-activa.

*

A primeira missão das elites é servir as “massas” que são supostas enquadrar na progressão do conjunto da Sociedade. Se elas se auto-segregarem passarão a grupo privilegiado autónomo inevitavelmente condenado ao isolamento, ao definhamento e à desagregação. O que as pode vitalizar é o serviço que prestam a todo o conjunto, onde vão buscar a energia e a legitimação. Mas esta implica a assunção de responsabilidades.

Se cada um se limitar a tratar de si próprio fica igual a todos os outros, não tendo legitimidade para servir de modelo e assumir funções de enquadramento ou de direcção. A pertença à elite conquista-se e não se impõe, nem pela força nem por qualquer outra via. Só o merecimento o justifica.

*

Na literatura são abundantes as referências à propensão dos Portugueses para levantarem boatos e calúnias. É escusado ir aos tempos da Inquisição para encontrar exemplos da facilidade com que se jogava com a vida e com a honorabilidade dos outros, servindo propósitos inconfessáveis. Ambos ligados à capacidade de intriga, eles são praticados tanto na vida pública como na privada. Pode-se dizer que muitos outros povos também o fazem, com grande aplicação. Mas, com o mal dos outros, podemos nós bem. O final do século XIX e o princípio do século XX foram inexcedíveis, com a cumplicidade de uma imprensa considerada generalizadamente como colaborante e muito amplificadora do que lhe passavam, fosse falso ou verdadeiro. Os Ingleses que, muitas vezes, eram apontados como modelos, nunca o foram. Nos nossos tempo temos vindo a assistir ao desmoronamento de

grandes grupos dos “media” por exagero grosseiro dos seus métodos de actuação. Mas nós, em Portugal, sabemos muito bem imitá-los, no seu pior.

Um dia contaram-me o caso de dois irmãos ambiciosos, mas impreparados, que, numa vila do Norte, queriam subir a todo o custo, denegrindo um seu adversário político. Para isso passavam uma boa parte da sua manhã num café a “contar as últimas”. Perdeu-os o terem fraca memória. Passada uma semana contavam uma nova história antagónica de uma outra sobre cuja veracidade tinham dado a sua palavra de honra. Para ser mentiroso é preciso ter boa memória! Mas, se em meios pequenos, este tipo de procedimentos é desmontado em pouco tempo, quando se mobilizam meios de comunicação nacional, os danos podem ser grandes e irreversíveis. É evidente que a culpa é também dos mensageiros que, na melhor das hipóteses, querem “vender papel”. Na pior delas, fazem parte da moscambilha, sendo pagos para isso ou auferindo outros benefícios pessoais por fazerem esse papel. Este tipo de pecha faz com que a Sociedade Portuguesa não seja tão agradável para conviver como poderia suceder. Portugal é, seguramente, muito aprazível para os estrangeiros que não se cruzam com os Portugueses senão superficialmente e que, em qualquer dos casos, se desbarretam perante eles. Mas esta é outra debilidade que tem as suas explicações, mas que não é nada lisonjeira para nós.

*

A pontualidade não é uma qualidade manifesta dos Portugueses. Estão muito melhores do que há quarenta anos atrás... mas, mesmo assim, fazem todos perder muito tempo uns aos outros, por considerarem os relógios como adorno pessoal. E, todavia, citam muitas vezes a tradução portuguesa do “Time is money”. Mas não praticam com convicção.

Tenho um amigo, pessoa muito inteligente e profissional competente, que chega pontualmente às reuniões de trabalho, mas propositadamente atrasado a qualquer manifestação social... não vá os outros pensarem que ele não tem nada que fazer!... É evidente que não frequenta nem concertos nem teatros, porque estes agora são pontuais. Mas quando eu era rapaz, o comum era começarem com meia-hora de atraso para não serem “descorteses” para com os atrasados...

Ainda hoje ouço histórias contadas por Portugueses contra uns “malvados” de uns clientes suíços ou holandeses que lhes chamaram a atenção por eles terem aparecido um quarto de hora depois da hora marcada!... “Imaginem! Uns quinze “minutitos”... Isto quer dizer que nos impomos uns aos outros perdas de tempo que somam muito dinheiro (“Lost money”).

Curiosamente, ninguém chega atrasado nem ao comboio nem ao avião.

Depois, fazemos grandes discursos sobre a competitividade e sobre vantagens comparativas... em relação a gente que é obcecada com o aproveitamento do tempo e com a pontualidade.

*

Há uns anos, todos sabiam como fazer as coisas e apreciavam o tempo e o esforço despendidos a realizar toda a sorte de bens materiais. Veio depois o tempo em que se generalizou o “pronto-a-vestir”, alcançando-se, no nosso tempo, o “pronto-a-comer”. É evidente que o “fast-food” tem numerosos atractivos, o maior dos quais é não se perder tempo a cozinhar. Mas, à força de não se perder tempo a fazê-lo, nem a costurar, nem a aplainar madeira, nem a fundir metais, nem a cortar o vidro... passou-se a considerar tudo como descartável, pondo-se fora logo que avaria, não pensando sequer em consertar seja o que for. Isto é capaz de contribuir muito para o estímulo da produção e para a dinamização das vendas, mas induz nas pessoas um espírito ligeiro de “comprar feito” em vez de fazer e de apreciar pouco quem faz. Tudo é rápido a produzir, a vender, a comprar, a usar e a deitar fora. Não é o aspecto material que mais me preocupa. São as repercussões nos comportamentos e nas atitudes. Com os Portugueses, acresce que tudo isso se faz em postura de novos-ricos, porque há cinquenta anos ainda se viravam os fatos que passavam dos pais para os filhos e dos irmãos mais velhos para os mais novos.

Na Sociedade Portuguesa, hoje, tem-se pouca preocupação com a preparação dos elementos que fazem a charneira entre as instituições e o público. Eu escrevi Sociedade e não Administração Pública, porque o mal também afecta as empresas. Acha-se, tanto no sector público como no privado, que qualquer um serve para encaminhar chamadas e dar informações. A maior parte das vezes o Cidadão que se aproxima do balcão de informações ou do telefone sente-se indesejado; a vida do

funcionário que o atende seria melhor se ele não fosse lá importuná-lo... Por outro lado, como acederam a essas funções pessoas a que não foram dados os mais elementares princípios de cortesia, rapidamente se estabelece um clima de tensão que não contribui nem para a eficácia da informação nem para a imagem do serviço. Essas pessoas são a primeira imagem do serviço ou da empresa. É preciso investir nelas para que as relações não se degradem logo no primeiro contacto. E, sobretudo, não se devem pôr estagiários nessas funções, porque sabendo pouco acerca da instituição estão sempre a interromper o trabalho de quem sabe, fazendo a todos perder tempo.

Parece que esta observação é um pormenor irrelevante. Deveria sê-lo, mas a generalização da incompetência é tão grande que se confunde com a imagem do País. E, aí, isso é realmente grave pelas consequências que acarreta para todos os sectores.

*

Eu não acredito que seja possível fazer um “homem-novo”. Já houve muitas tentativas para o fazer, todas felizmente falhadas, porque todas foram iniciativas de regimes autoritários ou, mesmo, totalitários. Mas é possível definir objectivos de desenvolvimento e deixar a cada um a descoberta das formas de lá chegar e a definição do ritmo a que o quer fazer. Quando recordei os meus tempos no Ministério da Educação, relembrei os propósitos que, então, enunciei: pensar bem, comunicar bem, saber o lugar de cada um no espaço e no tempo. O resto virá por acréscimo. É muito complicado estar a formatar alguém segundo um programa previamente traçado. O que se impõe é dar a todos os meios para assegurar a sua autonomia. A mudança acontecerá por vontade do próprio e de acordo com as escolhas que for fazendo.

*

Os Portugueses quando emigram vão com uma vontade indómita de vencer. Muitos soçobraram ao longo dos tempos. Nós conhecemos somente as histórias de sucesso. Os fracassos são cuidadosamente escondidos. Quantos “deixaram de dar notícias”? O “Tombeau des Portugais” (6), da Santa Casa da Misericórdia de Paris, reservado para os nossos compatriotas mortos (em solidão) na cidade, sem serem reclamados

pela família, encheu-se depressa demais, estando já a construir-se o segundo... Mas todos eles tiveram energia para lutar contra um destino que não os satisfazia cá dentro e quebrar laços que, muitas vezes, não sabiam como atar depois. Arriscaram e, na maior parte dos casos, foram estimados, porque se mostraram estoicos, determinados e com dotes de trabalho inesgotáveis. Todos eles são ambiciosos.

Pergunto-me, muitas vezes, por que razão, com as ferramentas que tinham, conseguiram afirmar-se em meios tão diversos dos seus e, muitas vezes, tão pouco acolhedores. Lembro-me do que me confessou, um dia, um emigrante em Paris, acerca da vitória de um clube português de futebol sobre um francês: no dia seguinte, eles entram no trabalho de peito cheio; se se tratar de uma derrota eles são vexados impiedosamente. E estas coisas sentem-se de forma inexprimível. A resposta àquela pergunta é porque eles têm uma vontade de ferro ao serviço da ambição que se impuseram.

Eu gostaria de saber enunciar as condições que devem ser criadas internamente para que venham à tona, cá dentro, as qualidades que os nossos compatriotas tão facilmente exibem lá fora. Ou, de outra forma, como generalizar cá dentro a ambição e a vontade que tão patentes são lá fora, a todos os níveis, desde os escalões mais modestos até aos cientistas mais distintos?

Não me conformo com a interpretação weberiana de que a ambição e a realização pelo trabalho seja um apanágio exclusivo da ética do protestantismo (7). Nós somos o exemplo de uma situação dual: os que ficam são mais propensos ao conformismo; os que partem querem mudar e comportar-se de acordo com a sua ambição.

Como tornarmo-nos todos mais ambiciosos? Sem ser por vias ínvias, obviamente.

*

A capacidade de iniciativa pode treinar-se. Houve já muitos a descobri-la. E, eu próprio, tenho animado cursos de empreendedorismo a diversos níveis: nas faculdades e escolas básicas e secundárias. É evidente que os frutos potenciais das acções nas primeiras são mais rápidos, mas, para os que tiverem tempo de esperar, os das segundas são mais consistentes.

No fundo, do que se trata é de não aguardar que os outros façam por nós aquilo que estamos, nós-próprios, em posição de fazer. Os métodos visados num caso e

noutro são, obviamente, muito diferentes e têm de ser adaptados às idades e aos conhecimentos dos destinatários.

Passei a vida a ouvir lástimas do género: Se o banco me tivesse dado crédito! Se o meu sogro tivesse confiado em mim! Se o meu patrão não me tivesse contrariado! A culpa vem sempre de fora. Nunca se ouve dizer: Se eu tivesse teimado! Se eu tivesse arriscado!... Para ser capaz de dizer isto, ou para não o dizer, mas ser capaz de empreender, a primeira coisa que se tem de ter é confiança em si-próprio. De novo caímos no pensar bem e em muitas outras qualidades que, habitualmente, têm na prática desportiva o modo mais eficaz de formação. E voltamos, outra vez, à importância da autonomia de cada um e à escolha livre do que se quer fazer e ser.

*

Em matéria de decisões, os Portugueses costumam dar à emoção um lugar maior do que à razão. Isso fá-los tornarem-se uns seres simpáticos e calorosos, mas com algumas dificuldades de trato formais, quando estão em causa assuntos que devem ser resolvidos seguindo uma estreita cadeia lógica de argumentação. Esta existe, mas é sempre temperada por factores emotivos que podem perturbar a lógica e, algumas vezes, conduzir a situações de difícil entendimento por quem está habituado a pesar friamente os prós e os contras de qualquer situação.

*

Há mais de sessenta anos foi traduzida para português a obra do autor sueco Axel Munthe, “O Livro de San Michele” (8). Era de leitura quase obrigatória, porque toda a gente falava nele. Lembro-me que a dada altura ele comparava os seus metódicos, mas lentos compatriotas, com os vibrantes, porém indisciplinados europeus do sul, nomeadamente os franceses e os italianos. Estava fascinado pelo fulgor e brilho dos meridionais e exprimia algum desgosto por não ser como eles. Ao contrário, eu gostaria de que nós tivéssemos mais método e fôssemos capazes de discutir os nossos problemas e as suas soluções com mais profundidade e conhecimento de causa. A superficialidade pode, em alguns casos, parecer brilhante, mas é sempre fatal como forma de abordagem das questões.

*

Na introdução de um livro do Embaixador Manuel Homem de Mello (9), João Aguiar diz que o “provincianismo é a grande doença nacional portuguesa”. Não posso estar mais de acordo! Não é aquele andar ao relógio das culturas agrícolas de que falava o António Alçada Baptista quando se referia aos funcionários públicos lisboetas que, nas suas conversas, se referiam ao andamento das vinhas, das oliveiras e de outras produções. Isso já não existe hoje; eles eram, nessa ocasião, emigrantes urbanos de primeira geração com quintais ou quintinhas na província e olhavam para o sol e para a chuva consoante precisassem de um ou de outra. A maior parte deles, hoje, está desenraizada, pulsando mais com o futebol do que com a agricultura. Digamos que o “provincianismo”, que representa uma doença, é o afastamento ou, mesmo, o alheamento em relação aos acontecimentos e aos problemas do mundo e a ausência da sua discussão, mesmo entre membros de camadas que deveriam estar atentas. Como não se informam, não observam, nem discutem, é como tudo se passasse noutra mundo sem qualquer influência sobre o deles.

Eu tenho esperança de que as chamadas “gerações do Erasmus” mostrem mais curiosidade sobre as grandes questões com que o mundo se debate e não se deixem alhear delas tanto como as suas antecessoras, que costumavam contentar-se com a observação do que lhes estava à vista e com discussões de campanário que tanto confinam os seus horizontes. Porque é disso que se trata: abrir horizontes, como preocupação constante.

*

Em Portugal, se há grupo que seja corporativo é o dos jornalistas.

Havendo muitos com formações diversas e respondendo a interesses muito variados, seria de esperar uma grande heterogeneidade no grupo. Ela existe para tudo, menos quando se trata de defender um deles da crítica alheia, inclusivamente quando ela é merecida. Aí, levanta-se o fantasma da liberdade da imprensa e não se consegue ver um deles a apontar o dedo a um outro que dela abusou. Nem há segregação de convivência. Uma observação comum é: “sabe como ele é!?”, olhando como uma inevitabilidade o comportamento menos próprio de quem

não foi irrepreensível no uso do poder que detém. E, todavia, esse poder é enorme e pode causar danos irreversíveis e sofrimentos desnecessários. Mas não são capazes de se unir para estabelecer um código de honra e para zelar pelo seu cumprimento escrupuloso.

Dir-me-ão que isso é impossível e que as coisas sempre foram assim e que nada nos distingue para pior do que se passa em Londres ou em Nova-Iorque, onde é a “lei da selva” que impera. Mas é exactamente contra a selva e a sua lei que eu reajo. Não pretendo que todos sejam modelos de virtudes nem coloco nenhum cidadão culpado de actos repreensíveis ao abrigo de uma crítica merecida. Mas há um mínimo de rigor que se impõe a quem dá informações.

Uma vez um Comissário Europeu que mantinha connosco relações frequentes perguntou-me: “Por que é que as minhas declarações, feitas quando estou em Portugal, são sistematicamente deturpadas pela imprensa, sempre em sentido negativo?”. Outra vez, em Paris, o comportamento agressivo de um jornalista português levou o ministro francês a perguntar-me se, em Portugal, aquilo era o habitual. Efectivamente, os jornalistas dos “tabloides” são uma praga. Eu sei que eles são mal pagos – ou mesmo não pagos – e que têm de fazer um esforço enorme para conseguir uma “caixa”, mesmo falsa, que consiga atrair leitores ávidos de escândalos. Isso é sempre feito à custa de alguém. Se a este lhe passa pela cabeça propor uma acção em defesa da honra ou da reputação, os advogados com experiência logo o dissuadem de o fazer, dizendo-lhe que isso é pior, porque prolonga e amplifica os danos causados. Costumam acrescentar que ninguém liga ao que eles dizem, o que não é verdade, pois a experiência mostra que sempre fica alguma coisa no ar. Isto é, de facto, a selva...

Nós temos que evoluir em muitos domínios, desde o administrativo ao público, desde o trabalho nas empresas ao comportamento nas estradas... Mas não devemos esquecer o comportamento de um grupo que não cura do rigor com que desempenha as suas funções, reagindo com zelo corporativo exacerbado a qualquer observação vinda do “mundo profano”.

Não me serve de consolação dizerem-me que, no final do século XIX e durante a 1.^a República, as coisas eram piores. Nessa ocasião a Europa olhava-nos com desprezo e eu, como Português, pretendo ser tratado, se não com deferência, pelo menos com respeito.

Não acredito na eficácia de nenhuma actuação exógena. Pelo contrário, creio nas virtualidades de regras internamente estabelecidas e verificadas que possam assegurar ao cidadão que o que lhe é relatado corresponde, com rigor, àquilo que se passou. Na investigação do caso Watergate, os jornalistas do Washington Post nunca puseram o pé em ramo verde, nem em termos jurídicos, nem no que toca aos direitos dos cidadãos. Só revelaram o que sabiam depois de accionados e verificados muitos mecanismos de segurança.

Eu gostaria de ver o meu País progredir, no domínio material, intelectual e moral. Associados, ou melhor, integrados nesse progresso têm de estar os direitos dos Cidadãos. E entre estes estão não somente a sua integridade física e moral, mas também o respeito de ser tratado com elevação em matéria da informação que lhes é fornecida.

*

Nos últimos anos (estou a escrever em Outubro de 2014), em Portugal está a legislar-se mal quer no conteúdo quer na forma. Como os gabinetes, na sua maior parte, não dispõem de juristas competentes, nem os serviços da Administração, algumas vezes encomenda-se a redacção das leis a gabinetes privados de advogados, supondo que dando-lhes uma orientação geral acerca do que pretendem, isso chega. Em certos casos saem peças de linguagem pretensiosa como se os administrados fossem todos doutores em leis. Em poucas ocasiões o trabalho é escoreito. O conteúdo num grande número de casos revela pouca atenção, imaturidade ou, mesmo, fundamentalismo. Neste caso se incluem muitos preceitos que regulam a vida dos aposentados, contra os quais há uma verdadeira sanha persecutória. Com uma vontade deliberada de não os deixar fazer nada, a Lei n.º 11/2014, de 6 de Março, no seu artigo 4.º diz: “Os aposentados, reformados, reservistas fora de efetividade e equiparados não podem exercer funções públicas para quaisquer serviços da administração central, regional ou autárquica, entidades públicas empresárias, entidades que integram o sector empresarial, regional e municipal e demais pessoas colectivas públicas, exceto quando haja lei especial que o permita ou quando, por razões de interesse público excecional, sejam autorizados pelos membros do Governo respon-

sáveis pelas áreas das Finanças e da Administração Pública.” Se o fizerem, perdem a pensão!... Mesmo que o façam a título gratuito!... Entretanto, deve ter havido algumas chamadas de atenção – uma delas foi minha – porque na Lei n.º 75-A/2014, um orçamento rectificativo, aproveitou-se a oportunidade para corrigir o tiro. Diz-se agora (Art.º 78.º): “os aposentados, reformados, reservistas fora da efectividade e equiparados não podem exercer atividade profissional remunerada...”. Ora, um pouco mais de atenção na redacção da primeira lei teria poupado angústias e muita raiva... Tudo isto decorre da falta de profissionalismo que nos rodeia. A forma é sofrível, na maior parte dos casos, mas o conteúdo não é melhor.

*

Um dia destes (2014), ouvi na televisão perguntarem ao Primeiro-Ministro Passos Coelho se era verdade que ele tinha um problema com os aposentados e reformados. “Não, de maneira nenhuma! Quem tem um problema com eles é o País!”. Eu já sabia que, na geração a que ele pertence, há muita gente sem preparação técnica ou cultural a exercer funções públicas de responsabilidade. Mas eu acreditava que tivessem alguma preparação política que fizesse evitar afirmações como essa que pusessem gerações contra gerações ou portugueses contra portugueses. Afinal eles só são bons em “politiquice”...

*

Os Portugueses dão-nos grandes alegrias, mas, também, grandes tristezas. Há pouca gente, por esse mundo fora, que seja tão afectuoso como nós. Por isso, as enfermeiras portuguesas são tão valorizadas na Suíça e na Inglaterra. Mas, também podemos mostrar irresponsabilidades numerosas que fazem ser a vida entre nós muito complicada. Vem tudo isto a propósito da mais recente medida de que os aposentados que estiveram mais de dez anos no Governo ou em altas funções públicas foram vítimas. Não foi condicionado à obtenção de uma subvenção vitalícia que eu estive no governo, durante cerca de doze anos. Nem fiz diligências nenhuma para que ela me fosse concedida. As autoridades, em certo momento, entenderam que deveria merecer uma compensação especial quem tivesse interrompido a sua

carreira para servir o País, em funções que foram especificadas. Quando cessou a prestação dessas funções, passei a beneficiar da fruição dessa subvenção.

No Orçamento do Estado para 2012, inopinadamente, foi estabelecido que, para gozar dessa subvenção, eu não poderia exercer quaisquer outras funções remuneradas que ultrapassassem cerca de três salários mínimos nacionais. Cessei, por isso, de desempenhar um dos cargos que me dava muita satisfação e, outros, que só reclamavam uma participação esporádica foram mantidos, sem usufruir qualquer senha de presença pela minha colaboração. Preencho gratuitamente uma série de cargos, a que passei a chamar “obras pias”, desde a presidência do Conselho de Fundadores da Casa da Música, até vogal do Conselho Directivo da Fundação Luso-Americana e do Conselho Consultivo das Fundações e mais uns tantos. Insisto em fazê-lo porque, na minha idade, ficar em casa sem ocupação aceleraria o declínio que é inexorável, mas a que se pudermos, deveremos resistir por via de ocupações que nos mantenham activos, de corpo e, sobretudo, de espírito.

É evidente que tomei uma série de decisões contando com a subvenção vitalícia que o Estado se tinha comprometido a dar-me. Nenhuma das instituições com as quais eu colaborava deixou de estranhar que, mesmo uma senha de presença simbólica, fosse excluída do regime. Aceitei escrupulosamente o que me impuseram, porque desconfiei que a subvenção não seria outra vez atribuída quando eu retomasse o meu nível de vencimento correspondente à aposentação como professor catedrático. Sucedeu pior! No Orçamento de Estado para 2014, retiraram-me, pura e simplesmente, a pensão, tendo-me imposto uma redução de proventos de origem privada, durante dois anos e feito afastar de um “mercado” de funções a que as minhas condições ainda me permitiriam ter acesso. De um dia para o outro, fiquei privado de uma subvenção que o Estado me prometeu como vitalícia e que agora retirou com o pretexto de ajudar a minorar o défice, esquecendo que estava a lidar com um universo que a lei da vida fará reduzir todos os anos, não representando peso com qualquer significado no grande montante de gastos que se impõe reduzir. Nem sequer me avisaram de que iriam suspender a pensão. Os pensionistas deixaram de ver depositada a sua pensão e telefonaram uns aos outros a avisar. Não houve a atenção de uma carta. É evidente que tal se trata de uma medida demagógica contra a qual não adianta protestar.

Vi o presidente de uma grande empresa de serviços, que os jornais noticiaram ganhar cerca de 1,5 milhão por ano, protestar muito enofrado contra a outorga dessa subvenção. Já saiu de cena por má gestão. E vi, também, um professor de Direito Constitucional num dia defender a importância do princípio da confiança no Estado e noutro afirmar que a abolição da subvenção não lhe fazia nenhuma impressão... A coerência é muito bonita!... É, por isso, que no fim da vida, eu recomendo aos novos: tenham muito cuidado nas relações com o Estado, porque, com muitos dos seus responsáveis, quando ele entender mudar as regras, fá-lo-á sem grandes problemas de consciência. Quem lhe fala assim serviu-o desde que assentou praça, aos vinte e três anos e continua a servi-lo, “pro-bono” aos setenta e sete. Se eu soubesse o que sei hoje, teria tomado decisões muito diversas...

Como se pode ter confiança num contrato que foi iniciativa do próprio Estado? Sobre isto, noutro regime, o Ministro do Exército, ao furar a regra estabelecida por lei, disse ao meu colega: “Tenham lá paciência!”, mandando-nos para a guerra, porque um oficial de engenharia demorava muito tempo a formar... A mesma falta de respeito pelos Cidadãos, é agora ilustrada por esta Assembleia da República que, por razões que só ela entende, resolveu retirar totalmente (não reduzir temporariamente) uma benesse que se comprometeu a dar, por Lei da República. Só ainda não me disseram: “Tenha lá paciência!”... Para completar a história devo registar que ela teve sequência. Seguramente por lhes terem chegado ecos de situações quase melindrosas passadas com alguns dos antigos beneficiários, o PSD e o PS encarregaram de levar a bom termo o processo de reposição das subvenções dois inábeis Deputados que a quiseram fazer à força, sem diálogo com ninguém – nem com os seus colegas de bancada –, e sem auscultação prévia do Tribunal Constitucional. O resultado foi lamentável. Na manhã em que as subvenções seriam repostas – devidamente penalizadas por impostos –, os próprios proponentes retiraram o que na tarde da véspera tinha sido acordado, por não ser politicamente aceitável ver esse grupo ser-lhe garantido o que o Estado reiteradamente se comprometeu a dar-lhe, enquanto todos os restantes pensionistas não fossem também aumentados. Movimentaram-se as forças da inveja... Ninguém esteve preocupado com a observância do princípio da confiança nas relações com o Estado!

Vem-me muitas vezes ao espírito a expressão de Joaquim Pedro de Oliveira Martins, quando se aproximava da morte: “Não levo saudades do mundo...”. Também eu partirei sem saudades...

E recomendo muito aos jovens que queiram responder a um apelo ao serviço público que se lembrem da frase do Padre António Vieira que achava que a ingrati-dão, por parte da Pátria, era o costume...

Os conservadores ingleses de outros tempos aconselhavam a só se ir para a política depois de se ter garantida uma fortuna sólida que desse aos candidatos autonomia de subsistência face à roda da sorte... A menos que se aceite, sem crítica, a frase atribuída ao Brigadeiro Eduardo Gomes, personalidade ilustre do movimento brasileiro conhecido como “tenentismo” que disse: “À pátria tudo se dá; nada se pede, nem sequer compreensão”... Tinha de se começar por clarificar se este Parlamento representa realmente a Pátria, ou se é composto por interinos que não pesam o alcance de cada uma das suas decisões.

No nosso caso, dá ideia de que a palavra do Estado não tem valor para quem deve zelar por ela. Não podemos confiar no que está estabelecido na Lei, porque esta é conjuntural. Pode ser alterada a qualquer momento e com base nas mais variadas circunstâncias e nos mais fúteis motivos.

Em Portugal, não se deve confiar na palavra do Estado, porque quem deveria respeitá-la não o faz. O improvisado é uma constante. Lança-se mão dos instrumentos que não suscitam grande eco público, como é o caso da voz de um grupo de velhos a quem foi mudada radicalmente uma expectativa de nível de vida que não pediram, mas que, um dia, lhe tinha sido garantida por Lei. Esta vale pouco em Portugal. Varia ao sabor das circunstâncias... ou melhor, dos responsáveis que deviam zelar pelo cumprimento dos compromissos um dia assumidos. Não convém, por isso, ter confiança nas relações um dia estabelecidas com o Estado.

Quem nos tem governado, ao longo da última década (2014), fê-lo através de políticas mal desenhadas, mal explicadas e mal executadas. Muitas delas sem nenhum sentido de Estado.

*

Os partidos são fundamentais para a formação de uma vontade colectiva. Mas o seu funcionamento interno tem de experimentar uma grande modernização e a preparação dos seus agentes tem de ser objecto de uma enorme atenção. Ora nem um nem outra estão a suceder. Reproduzem-se as práticas tradicionais agravadas por um grau crescente de oportunismo, pouca gente pensando a sério nos problemas do País e na procura de soluções. Mas, mais grave ainda, é a indigência da preparação dos quadros.

O Partido Comunista não negligencia este aspecto. Surpreende-me sempre ver e ouvir gente manifestamente inteligente a defender um projecto caduco e sem futuro. Este já não passa em qualquer país da Europa. Fá-lo entre nós, porque somos nostálgicos e românticos. Mas em matéria de intérpretes fazem uma grande diferença dos partidos que lhes estão à direita. Destes, em alguns há as chamadas universidades de verão que são, obviamente, um logro. Como se fosse possível numa semana ou pouco mais, e com comunicações ligeiras, estruturar-se uma formação política que deveria assentar em formações gerais e específicas muito sólidas. O recrutamento deveria exercer-se somente sobre um escol que tivesse passado nessas duas feiras, fazendo-se ao longo do ano, em acções exigentes que permitissem proceder a triagens sucessivas. O modelo a seguir deveria ser o alemão, organizado por fundações que recebem meios para cuidar da preparação das gerações de políticos que hão-de render a guarda. Mas tudo é feito com um grande rigor e sentido de responsabilidade.

Entre nós impera o facilitismo, deixando a ascensão na carreira política processar-se por outras vias pouco recomendáveis. Ao mesmo tempo, assiste-se ao divórcio definitivo dos que têm preparação em relação ao desempenho de qualquer cargo político. Não é só terem outras oportunidades mais interessantes. É, especialmente, o serem obrigados a correr ao lado de inaptos sem escrúpulos que faz dissuadir um grande número de entrar na carreira política. Ora não parece que esteja a ser a preparação dos futuros responsáveis o que mais está a preocupar os partidos. E sem isso estão votados a uma irrelevância que abre a porta a aventureiros ou a autoritários. Tenho pena que não se olhe a sério para a preparação dos futuros dirigentes partidários.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS VOLUME 12/12

CAPÍTULO XLIII

- (1) ANDRESEN, Sophia de M. Breyner (1967). *Geografia*. Lisboa: Edições Ática
- (2) HAROUN, Tazieff (1972). *Les volcans et la dérive des continents*. Paris: PUF
- (3) COELHO, Alexandra Lucas (2015). *Viva México*. Lisboa: Tinta da China

CAPÍTULO XLIV

- (1) CUESTA, Pilar Vásquez & LUZ, Maria A. Mendes (1980). *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Edições 70
- (2) CALAFATE, Pedro (Intr. e Org.) (2006). *Portugal como Problema*. Lisboa: FLAD-Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento & Jornal Público, 6 volumes
- (3) CROSSMAN, Richard (1979). *The Crosman Diaries, Selections from the Diaries of a Cabinet Minister 1964-1970*. London: Book Club Associates
- (4) GOULEMOT, Jean-Pierre (2006). *Labour des bibliothèques*. Paris: Seuil

CAPÍTULO XLV

- (1) STAROBINSKY, Jean (1973). *Montesquieu – Lettres Persanes*. Paris: Folio Gallimard
- (2) CADALSO, José (1999). *Cartas Marruecas*. Madrid: Espasa Calgre (Colección Austral)
- (3) GONZAGA, Tomás António (1996). *Cartas Chilenas*. S. Paulo: Companhia das Letras
- (4) KOTTER, A. B. (2007). *Bilhetes de Colares: 1982-1998, in memoriam a José Cutileiro*. Lisboa: Assírio & Alvim
- (5) FRANCO, Dolores (1988). *España como preocupación*. Madrid: Alianza Editorial
- (6) OLIVEIRA, Luís Valente de & RICUPERO, Rubens (2008). *A Abertura dos Portos*. São Paulo: Senac

CAPÍTULO XLVI

- (1) JEANNENEY, Jean Noël (2013). *La Grande Guerre si loïn, si proche – Reflexions sur um centenaire*. Paris: Sevil
- (2) OLIVEIRA, Luís Valente de (Coord) (2009). *O Porto e as Invasões Francesas – 1809-2009*. Porto: Público, 4 volumes
- (3) RODRIGUES, M. F. & MENDES, José Amado (1999). *História da Indústria Portuguesa: Da Idade Média aos Nossos Dias*. Lisboa: AIP – Publicações Europa América

- (4) LIMA, Manuela Abreu (Coord.). (2003). *Portugal de Relance – A viagem encontro de dois povos*. São Paulo: Museu Brasileiro da Escultura; Porto: Árvore Cooperativa de Actividades Artísticas (catálogo ilustrado).
- (5) MOURA, Eduardo Souto et ali. (2005). *DEScontinuidade – Arquitectura Contemporânea, Norte de Portugal*. Porto: Civilização
- (6) FERNANDES, Ana (org.) (2005). *O Percurso da Prata no Norte de Portugal – séc. XX – XXI*. Porto: AEP

CAPÍTULO XLVII

- (1) PINTO, Magalhães (2001). *Belmiro – História de uma Vida*. Lisboa: Âncora Editora
- (2) GUEDES, Fernando (1988). *Os Sete Rostos*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda
- (3) PIERRET, Georges (1984). *Vivre l'Europe... autrement*. Paris: Jean Picollec
- (4) JUDT, Tony (2005). *A History of Europe Since 1945*. London: Postwar
- (5) ALBUQUERQUE, Luís Guilherme Mendonça de (1983). *Ciência e Experiência nos Descobrimentos Portugueses*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa
- (6) TREVOR-ROPER, Hugh (1983). *The Invention of Tradition*. Cambridge: Cambridge University Press
- (7) CALAFATE, Pedro (1999–2000). *História do Pensamento Filosófico Português*. Lisboa: Editorial Caminho, 7 volumes
- (8) CALAFATE, Pedro & FRANCO, José Eduardo (2013). *Obra Completa do Padre António Vieira*. Lisboa: Círculo de Leitores, 30 volumes

CAPÍTULO XLVIII

- (1) CRUZ, António (1960). *A Pragmática de 1609: aspectos da vida social do Porto seiscentista*. Porto: Separata do Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto, vol. 5
- (2) COSTA, Marechal Gomes da (1930). *Memórias*. Lisboa: Livraria Clássica Editora
- (3) SHIRLEY, Williams (1981). *Politics is for people*. London: Harvard University Press
- (4) MESQUITA, António Pedro (2007). *Salazar na História Política do seu Tempo*. Lisboa: Editorial Caminho, in "O Estado Novo. Das Origens ao Fim da Autarquia (1926–1959)", MARIA, Carrilho (1987). Lisboa: Fragmentos Editora
- (5) LE ROY-LADURIE, Emmanuel (2014). *Un vie avec l'histoire*. Paris: Tallandier Éditeur
- (6) FILLON, François (2015). *Faire*. Paris: Albin Michel

- (7) GRAVIER, Jean François (1947). *Paris et le Désert Français*. Paris: Portulan
- (8) REAL, Miguel (2014). *Nova Teoria do Sebastianismo*. Lisboa: D. Quixote

CAPÍTULO XLIX

- (1) LYNCH, Kevin (1960). *The Image of the City*. London: The MIT Press

CODA

- (1) CERCAS, Javier (2006). *La verdad de Agamenón*. Barcelona: Literatura Random House
- (2) DUARTE, Luís Miguel (2015). *Ceuta – 1415 – Seiscentos Anos Depois*. Lisboa: Livros Horizonte
- (3) D'ORMESSON, Jean (2008). *Qu'ai-je donc fait*. Paris: Robert Laffont

POSFÁCIO

- (1) MINC, Alain (2012). *L'âme des nations*. Paris: Bernard Grasset
- (2) CERCAS, Javier (2006). *La verdade de Agamenón*. Barcelona: Literatura Random House
- (3) PARTRIDGE, Michel & PARTRIDGE, Karen E. (1994). *Lord Palmerston (1784-1865)*. Connecticut: Greenwood Press
- (4) SOBRAL, José Manuel (2012). *Portugal, Portugueses: Uma Identidade Nacional*. Lisboa: FFMS-Fundação Francisco Manuel dos Santos
- (5) SARDICA, José Miguel (2016). *Terminar a Revolução: A política portuguesa de Napoleão a Salazar*. Lisboa: Temas e Debates
- (6) PELLERIN, Agnès & BONACINA, Irene (2009). *Les Portugais à Paris – Au Fil de Siècles et des Arrondissements*. Paris: Chandeigne
- (7) WEBER, Max (2015). *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Lisboa: Editorial Presença
- (8) MUNTHE, Axel (2001). *O Livro de San Michele*. Oeiras: Livros do Brasil
- (9) MELLO, Manuel Homem de (1980). *Eu vi morrer o III Reich*. Lisboa: Vega

CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

A maior parte das fotografias reproduzidas pertencem à coleção do autor. Outras, porém, foram graciosamente cedidas por pessoas ou entidades a quem agradecemos a especial atenção com que o fizeram. São estas as seguintes:

AEP. Associação Empresarial de Portugal – ANA. Aeroportos da Madeira – ANMP. Associação Nacional de Municípios Portugueses – Associação Comercial do Porto/ Palácio da Bolsa – Câmara Municipal de Tavira – Câmara Municipal do Porto – CCDRN. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte – CITEVE. Centro Tecnológico das Indústrias Têxtil e do Vestuário – Confraria dos Enófilos do Dão – Contemporânea, Lda. Ateliê de Arquitetura – DGADR. Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural – Direção Regional de Cultura do Alentejo/ Pousada do Crato – EDIA. Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, S.A. – EXPONOR. Feira Internacional do Porto – Fernando Guerra – Fundação de Serralves – Jorge Dias – IBET. Instituto de Biologia Experimental e Tecnológica – INA. Instituto Nacional de Administração – Laura Soutinho – LIPOR. Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto – Museu dos Transportes e Comunicações – Museu Nacional de Etnologia – RISCO. Ateliê de Arquitetura e Desenho Urban – TAGUSPARK – Universidade do Porto – UTAD. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro – Volkswagen Autoeuropa.

A
Z

Índice Onomástico

NOTA: A presente lista, organizada por ordem alfabética, inclui a generalidade das pessoas citadas nesta obra com a respectiva identificação e/ou os cargos desempenhados no contexto e época em que são mencionados.

A

ABECASSIS, Nuno (Eng.^o; Presidente da Câmara Municipal de Lisboa e da UCCLA–União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa)

ABREU, António Barbosa de (Arq.^o; Professor da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto)

ABREU, Filipe (Deputado)

ABREU, Mário de (Alto Funcionário da JNICT)

ABREU, Viegas (Membro do Conselho Superior de Ciência e Tecnologia)

ABREU, Vístulo de (Eng.^o; Presidente do Gabinete de Apoio à Travessia do Tejo em Lisboa)

ADAM (Deputado do Parlamento Europeu)

AFONSO, Simoneta Luz (Directora-geral do Instituto Português dos Museus)

AGNELLI, Susanna (Ministra do Ambiente do Governo de Itália)

ÁGUAS, Artur (Professor da Universidade do Porto)

AGUDO, Dias (Professor da Universidade de Lisboa)

AGUIAR-BRANCO, Fernando (Presidente da Fundação Eng.^o António de Almeida)

AGUIAR, Joaquim (Jornalista)

AGUIAR, Bianchi de (Professor)

AHEM (Ministro do Governo da Irlanda)

AIRES, Carmelo (Presidente da Comissão de Coordenação da Região do Alentejo)

AIRES, Maria Isabel Escudeiro Santos Aires (Comissão de Planeamento Regional do Norte)

ALARCÃO, Rui (Professor; Reitor da Universidade de Coimbra)

ALBERGARIA, Soares de (Professor)

ALBUQUERQUE, Filipe de (Embaixador de Portugal na Argélia)

ALBUQUERQUE, Luís de (Professor; Historiador; Presidente da Comissão Científica da Comissão dos Descobrimentos Portugueses)

ALBUQUERQUE, Roma de (Embaixador)

ALEXANDRE, Valentim (Professor)

ALMEIDA, António de (Eng.^o)

ALMEIDA, Bernardo Pinto de (Professor na FBAUP; Crítico de Arte)

ALMEIDA, Caldas de (Professor)

ALMEIDA, Fernando Nicolau de Almeida (Enólogo; Comendador da Ordem de Mérito Agrícola, Comercial e Industrial)

ALMEIDA, Humberto de (Professor de Química Geral na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto)

ALMEIDA, Manuel Castro (CCRN–Comissão de Coordenação Regional do Norte)

ALMEIDA, Mário de (Eng.^o; Presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses; Presidente da Câmara Municipal de Vila de Conde)

ALMEIDA, Pedro de

ALMEIDA, Pedro de (PSD)

ALMEIDA, Traça de

ALMEIDA, Vale de (Deputado)

ALVAREZ-CASCOS, Francisco (Ministro do Governo de Espanha)

ALVES, Jorge (Professor na Universidade de Aveiro; Presidente do Conselho de Administração da Agência de Inovação)

AMADO, Luís (Deputado)

AMARAL, João Ferreira do (Professor; Director-geral do DCP)

AMARAL, Fernando (Deputado)

AMARAL, João (Deputado PCP)

AMARAL, Luís Mira (Eng.^o; Ministro da Indústria e Energia)

AMARAL, Rui (Deputado)

AMARO, Álvaro (Secretário de Estado do Ministério da Agricultura)

AMORIM, Américo (Comendador; Empresário)

ANACORETA, Miguel (Deputado)

ANASTÁCIO, Fialho (Deputado)

ANDRADE, Mota (Deputado)

ANDRADE, Robin de (Jurista)

ANDRIANOPOULOS, Andreas (Ministro da Ciência do Governo da Grécia)

ANDRIESEN, Franz (Comissário da Agricultura)

ANDRIESEN, Koos (Ministro do Governo da Holanda)

ANTÃO, Mário (Professor)

ANTUNES, Alberto

ANTUNES, Fernando Melo (Eng.^o; Presidente da ANA–Aeroportos e Navegação Aérea)

ANTUNES, Miguel Lobo (Gestor de Artes)

APOLINÁRIO, José (Deputado Parlamento Europeu)
ARAÚJO, Luís Manuel de (Professor de Egiptologia na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa)
ARAÚJO, Francisco Correia de (Professor da Faculdade Engenharia da Universidade do Porto)
ARAÚJO, Moreira de (Professor na Faculdade de Ciências da Universidade do Porto)
ARAÚJO, Renato de (Professor; Conselho Superior de Ciência e Tecnologia)
ARCHER, Luís (Professor de Biologia e de Biotecnologia)
ASSOREIRA, David (Eng.º; Presidente da Comissão de Coordenação da Região do Algarve)
AUBERGER (Académico especialista da OCDE-Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico)
ÁVILA, Carlos
AVILEZ, Francisco (Professor)
AVILLES, Maria João (Jornalista)
AVITAL, Colette (Embaixadora de Israel em Portugal)
AYRAULT, Jean Marc (Député-Maire de Nantes)
AYRES, Isabel Maria Aguiar-Branco Cardoso (Comissão de Coordenação Regional do Norte)
AZEVEDO, Belmiro de (Eng.º; Empresário da SONAE; Porto Business School)
AZEVEDO, Domingos de (Deputado)
AZEVEDO, Manuel (Deputado)
AZEVEDO, Pinheiro de (Almirante)
AZEVEDO, Rui (Eng.º; CCRN)
AZNAR, José María (Presidente de Espanha)
AZZI, Ciavarini (Alto-funcionário responsável pela cooperação com o Conselho da Europa)

B

BALSEMÃO, Francisco Pinto (Político fundador do PPD-PSD)
BALTAZAR, Nelson (Deputado)
BANGEMAN (Vice-presidente da Comissão Europeia)
BAPTISTA, José Viana (Eng.º; Gestor público; antigo Ministro das Obras Públicas do Governo de Francisco Sá Carneiro)
BAPTISTA, Malafaya (Professor da Universidade do Porto)
BAPTISTA, Pedro (Eng.º)
BARATA, Themudo
BARATA, Fernando
BARBEDO, João (Eng.º)
BARBOSA, Manuel Pinto (Professor)
BARRADAS, Manuel (Eng.º)

BARRAL, Carlos (Professor; Psicólogo da Universidade de Oxford)
BARREIRA, Gaspar
BARRETO, Álvaro (Deputado; Ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação)
BARRETO, Álvaro (Eng.º)
BARRETO, António (Deputado)
BARRINGTON, Ted (Director-geral)
BARRÓS-VALE, Paulo (ANJE; Membro do Conselho Económico e Social)
BARROS, Aires de (Professor; Primeira menção honrosa do Prémio Boa-Esperança)
BARROSO, José Manuel Durão (Presidente do PSD; Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação; Ministro dos Negócios Estrangeiros Primeiro-Ministro)
BARROT, Jacques (Vice-presidente da Comissão Europeia)
BASTO, Nuno Cabral (Jurista; Administrador da Petrogal)
BASTO, Xavier de (Jurista; Secretário de Estado)
BATARDA, Eduardo (Pintor)
BAU, João (Eng.º; Professor)
BAYLET (Ministro do Governo da França)
BEDO, Carlos
BEGONHA, Rodolfo (Tenente-coronel; Secretário de Estado para a Juventude e Desportos)
BEIRES, Sarmento de (Comissão de Coordenação da Região do Norte)
BELEZA, Miguel (Professor)
BELLO, Fernando (Eng.º; Delegado do Comité de Finanças do Conselho do CERN)
BERARDO, Joe (Comendador; Colecionador)
BÉRÉNGOVOY, Pierre (Ministro do Governo da França)
BERGOGLIO, Jorge Mario (Papa Francisco)
BESSA, Altino (Deputado)
BETTENCOURT, Alexandre (Professor; Comissão Instaladora do Empreendimento do Alqueva)
BETTENCOURT, Ana (Deputada)
BETTENCOURT, Pedro
BETTINI (Deputado do Parlamento Europeu)
BEVRET (Ministro do Governo da Suíça)
BLACHER (Ministro do Governo da Áustria)
BLANC, Jacques (Médico; Presidente do Conselho Regional do Languedoc- Roussillon; Presidente do Comité das Regiões)
BLISS (Professor)
BONO, Eduard de (Professor)

BORGES, Ferry (Eng.^o; Investigador; Director do Laboratório Nacional de Engenharia Civil)

BORGES, Veríssimo

BORGSTRÖM, Claes (Ministro do Governo da Suécia)

BORRELL, Josep (Ministro de Obras Públicas, Transportes e Ambiente do Governo de Espanha)

BOTA, Mendes (Deputado no Parlamento Europeu)

BRANCO, Daniel (Eng.^o; Presidente da Junta Metropolitana de Lisboa; Presidente da Câmara de Vila Franca de Xira)

BRANDÃO, Pedro (Arq.^o; Presidente da AAP-Associação dos Arquitectos Portugueses)

BRANDÃO; Diogo de Paiva (Professor da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto)

BRÁS, Manuel da Costa (Coronel; Presidente da Alta Autoridade Contra a Corrupção; Ministro da Administração Interna)

BRASILEIRO, Álvaro (Deputado PS)

BRAVO, Manuel (Conselho Superior de Ciência e Tecnologia)

BRINKHORST, Laurents (Director-geral do Ambiente da Comissão Europeia)

BRITO, Carlos (Deputado PCP)

BRITO, José Luís Nogueira de (Deputado CDS)

BRITO, Manuel da Silva (Deputado)

BRITO, Manuel de (Eng.^o; Cooperativa de Moura/Barrancos)

BRITO, Palma (Presidente da Câmara Municipal de Silves)

BRITO, Raúl (Deputado)

BRITO, Rogério (Deputado PCP)

BRITTAN, Leon (Comissário Europeu para a Concorrência; Vice-presidente da Comissão Europeia)

BRODY (Ministro do Governo do Luxemburgo)

BRUNTLAND, Gro Harlem (Primeira-Ministra da Noruega)

BUGLIARELLO (Examinador do "Committee for Scientific and Technological Policies" da OCDE)

BUSEK, Erhard (Vice-chanceler e Ministro da Ciência do Governo da Áustria)

BUSH, George W. (Presidente dos Estados Unidos da América)

C

CABRAL, António

CABRAL, Jordão Cabral (Eng.^o)

CABRAL, Nuno (Tecnep-Estudos e Projectos de Desenvolvimento)

CABRAL, Rita Amaral (Jurista)

CABRITA, Luís (Membro do Conselho Económico e Social)

CABRITA, Eduardo (Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça; Ministro da Administração Interna)

CADILHE, Miguel (Ministro das Finanças)

CAEIRO, Francisco Gama (Professor)

CAETANO, Manuel (NERA-Associação Empresarial da Região do Algarve)

CAETANO, Marcello (Professor)

CAITHNESS, Malcolm (Lord; Ministro do Ambiente do Governo do Reino Unido)

CAL, Martha de la (Jornalista da Revista Time e do Wall Street Journal)

CALABRIA, Paola Ruffo di (Princesa de Liège; Rainha da Bélgica)

CALADO, Jorge (Professor no Instituto Superior Técnico)

CALADO, Manuel (Arqueólogo)

CALAFATE, Pedro (Professor de Filosofia na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa)

CALAPEZ, Pedro (Pintor)

CALÇADA, José (Deputado)

CALDAS, Castro (Professor; Presidente do GEP da Agricultura)

CALHA, Miranda (Deputado)

CAMAGNI (Académico especialista da OCDE)

CÂMARA, Fernando Perry da (Coronel; Comandante do Regimento de Engenharia de Espinho)

CAMBRA, Manuel (Deputado CDS)

CAMPOS, António ((Deputado)

CAMPOS, Canaveira de (Presidente do INSCOOP)

CAMPOS, João Mota de (Presidente da Comissão de Planeamento Regional do Norte; Ministro Adjunto do Presidente do Conselho)

CAMPOS, Mota (Direcção-geral das Comunidades e do Centro de Estudos Judiciários)

CANOTILHO, Gomes (Professor)

CANTARELLI, Margarida Oliveira (Especialista em Direito Internacional da Faculdade de Direito do Recife)

CAPELO, Francisco (Colecionador)

CAPELO, Jorge (Eng.^o)

CAPOULAS, Luís (Secretário de Estado do Ministério da Agricultura dos Mercados Agrícolas e Qualidade)

CAPUCHO, António (Ministro dos Assuntos Parlamentares; Deputado)

CARAÇA, João (Cientista; Professor; Fundação Calouste Gulbenkian; Conselho Superior de Ciência e Tecnologia)

CARDIA, Sottomayor (Ministro)

CARDOSO, José Luís (Professor)

CARDOSO, Abílio (Professor; CCRN)

CARDOSO, Almério (Tenente)

CARDOSO, Edgar (Eng.º; Projectista)

CARDOSO, Fernando Henrique (Presidente da Republica Federativa do Brasil)

CARDOSO, João (Professor; Arqueólogo)

CARDOSO, José Luís (Professor)

CARDOSO, Lopes (Deputado PS)

CARGALEIRO, Manuel (Artista Plástico)

CARLOS, Adelino da Palma (Professor; Primeiro-Ministro)

CARLOS, Juan (Rei de Espanha)

CARMONA, Óscar (Marechal)

CARNEIRO, Roberto (Professor; Ministro da Educação; TVI-RETI Telecomunicações)

CARNEIRO, António (Eng.º silvicultor; Presidente da Comissão de Planeamento Regional do Norte)

CARNEIRO, Francisco Sá (Político fundador e líder do PPD-PSD; Primeiro-Ministro)

CARP, Rui (Deputado)

CARPENTIER, Michel (Director-geral da D.G.XIII-Telecommunications, Information Market and Exploitation of Research at the European Commission)

CARRANZA, Manuel Thomas de (Embaixador)

CARREIRA, Carvalho (Eng.º)

CARRILHO, Engrácia (Eng.º; Presidente da Câmara de Viseu)

CARRILHO, Manuel Maria (Ministro da Cultura)

CARRINGTON (Lord; Político britânico designado para missão de paz)

CARROLA, Maria de Lourdes (Presidente da Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo)

CARRONDO, Manuel (Executivo do IBET-Instituto de Biologia Experimental e Tecnológica; Conselho Superior de Ciência e Tecnologia)

CARTY, John (General; Chief Engineer da New York Telephone Company)

CARVALHAS, Carlos (Deputado PCP)

CARVALHO, Alda (Economista; Departamento Central do Planeamento)

CARVALHO, Silva Carvalho

CARVALHO, Abílio Lima de (Professor; Presidente do grupo para a cooperação com os PALOP's)

CARVALHO, Adão de (Padre; Director do Colégio Almeida Garrett do Porto)

CARVALHO, Delfim de

CARVALHO, Ferraz de (Jornalista)

CARVALHO, Galopim de (Professor)

CARVALHO, Lino de (Deputado do PCP)

CARVALHO, Mário de (Professor da Universidade Nova de Lisboa)

CARVALHO, Scipião de (Professor da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto)

CARVALHO, Virgílio de (Comandante)

CASACA, Paulo (Deputado)

CASQUEIRO, José Manuel (Secretário-geral da Confederação da Agricultura Portuguesa)

CASTEL-BRANCO (Deputado)

CASTRO, Isabel de (Deputada "Os Verdes")

CASTRO, José Luís Vieira de (Secretário de Estado da Segurança Social; Secretário de Estado das Obras Públicas)

CASTRO, Paulo Tavares de (Professor na FCUP; JNICT-Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica)

CASTRO, Raúl de (Deputado MDP-CDE)

CATARINO, José Manuel Rosado (Eng.º; Presidente do Laboratório Nacional de Engenharia Civil)

CATROGA, Eduardo (Professor; Ministro das Finanças)

CAVACO, António Miguel (Eng.º)

CAVACO, Carminda (Geógrafa; Professora na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa)

CELESTE, António

CHABAN-DELMAS, Jacques (Maire de Bordeaux)

CHAVES, José Botelho (Eng.º)

CHÉRÈQUE, Jacques (Ministro do Governo da França)

CHESHIRE (Académico especialista da OCDE)

CHRISTODOULOU, Efthymios (Ministro do Governo da Grécia)

CHRISTOPHERSEN, Henning (Vice-presidente da Comissão Europeia; Comissário dinamarquês)

CID, Pedro (Arq.º)

CID, Salter (Político PSD)

CLINTON-DAVIS, Stanley (Comissário)

COELHO, Aloísio (Professor; Instituto Nacional da Saúde)

COELHO, Aristides Guedes (Professor da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto)

COELHO, Carlos (Deputado Parlamento Europeu)

COELHO, Gomes

COELHO, Jorge (Ministro)

COELHO, Miguel (Deputado)

COELHO, Pedro Passos (Leader da JSD; Deputado do PSD; Primeiro-Ministro)

COELHO, Pereira (Professor)

COELHO, Teixeira (Coronel)

COIMBRA, António (Professor Departamento de Neurociências da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto)

COIMBRA, Dias (Professor; Presidente da Câmara Municipal de Arganil)

COISSORÓ, Narana (Deputado CDS)

COLLIGNON, Robert (Político belga; Ministro-Presidente da Valónia)

COLLINS, Gerard (Ministro dos Negócios Estrangeiros do Governo da Irlanda)

CONSTÂNCIO, Maria José (Economista)

CONSTÂNCIO, Victor (Deputado PS; Presidente da Comissão Organizadora da "Lisboa, Capital da Cultura)

CONTZEN, Jean-Pierre (Físico belga; Alto funcionário da Administração Comunitária)

CORNELL (Académico especialista da OCDE)

CORREIA, Ângelo (Deputado; Ministro da Administração Interna)

CORREIA, Eugénio Anacoreta (Embaixador)

CORREIA, Guilherme

CORREIA, José Macário Correia (Eng.º; Secretário de Estado do Ambiente)

CORREIA, Mário Cerqueira

CORREIA, Martins (Escultor)

CORREIA, Miguel Anacoreta (Eng.º; Deputado)

CORREIA, Natália (Deputada)

CORREIA, Paulo (Professor no Instituto Superior Técnico)

CORREIA, Peixoto (Comandante)

CORREIA, Pinto (Eng.º; Fundação Cidade de Lisboa)

CORREIA, Rosado (Professor; Arquitecto)

CORREIA, Telmo (Deputado CDS-PP)

CORTE-REAL, Isabel (Secretária de Estado da Modernização Administrativa)

CORTÊS, António (Secretário-geral da Confederação do Comércio)

COSCULLUELA, Javier Saenz de (Ministro do Ambiente do Governo de Espanha; Ministro das Obras Públicas e Urbanismo de Espanha)

COSTA, Adelino Amaro da (Eng.º; Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação; Deputado do CDS-PP)

COSTA, Afonso (Direcção-geral do Ensino Superior)

COSTA, Alfredo Nobre da (Eng.º; Primeiro-Ministro)

COSTA, António (Deputado PS; Primeiro-Ministro)

COSTA, Barbosa da (Deputado PRD)

COSTA, Carlos (Professor; Deputado)

COSTA, Daciano (Professor; Arq.º; Dador de espólio ao Arquivo do Forte de Sacavém)

COSTA, Elias da (Secretário de Estado da Construção e Habitação)

COSTA, Ferreira da (Professor universitário; Fundação António Sérgio)

COSTA, Jorge Magalhães da (Eng.º; Secretário de Estado da Habitação)

COSTA, Lobo da (Eng.º CP-Comboios de Portugal)

COSTA, Maia e (Coronel; Presidente da CNEFF-Comissão Nacional Especial para os Fogos Florestais)

COSTA, Marco António (Deputado)

COSTA, Maria José (Professora; Bióloga)

COSTA, Paolo (Ministro das Obras Públicas e Transportes do Governo de Itália)

COSTA, Pedro Ferraz da (Presidente da CIP-Confederação da Indústria Portuguesa)

COSTA, Providência e (Físico; Professor da Universidade de Coimbra)

COSTA, Vasco Almeida e (Almirante)

COSTA, Vasco Martins da (Eng.º; Director-geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais)

COUTINHO, Vasco Pereira (Empresário)

COUTINHO, António (Professor; Director do Instituto da Ciência da Gulbenkian; Professor Instituto Pasteur)

COUTINHO, Leonor (Deputada; Secretária de Estado da Habitação)

COUTO, António (Eng.º ENSUL),

COUTO, Jorge (Professor)

COUTO, Torres (Deputado; Secretário-geral da UGT; Deputado no Parlamento Europeu)

CRAVINHO, João (Eng.º; Deputado PS; Deputado Europeu; Ministro)

CRESSON, Édith (Comissária Europeia; Primeira-Ministra de França)

CRUZ, Adalberto Valente da (Representante da União das Misericórdias Portuguesas)

CRUZ, Luís Braga da (Eng.º; Presidente da Comissão de Coordenação da Região do Norte)

CUNHA, António Cardoso e (Eng.º; Presidente da Comissão Executiva da Expo'98; Presidente do Conselho de Administração da TAP; Ministro da Agricultura, Comissário Europeu)

CUNHA, António Santos da (Governador Civil de Braga)

CUNHA, Arlindo (Ministro da Agricultura; Deputado Europeu)

CUNHA, Correia da (Eng.º)

CUNHA, João Manuel Duarte (Eng.º; Vice-presidente do Laboratório Nacional de Engenharia Civil)

CUNHA, Joaquim da Luz (Coronel)

CUNHA, José Bernardo Falcão e (Eng.º; Secretário-geral do PSD; Secretário de Estado das Vias de Comunicação)

CUNHA, Licínio (Secretário de Estado do Turismo)

CUNHA, Luís Veiga da (Professor)

CUNHA, Rui (Secretário de Estado Adjunto e dos Transportes)

CUNHAL, Álvaro (Deputado e secretário-geral do PCP)

CURIEN, Hubert (Físico; Ministro da Ciência do Governo da França)

CURTO, Abílio (Deputado PS)

CUTILEIRO, João (Escultor)

D

DAEHNHARDT, Rainer (Colecionador alemão residente em Portugal)

DAG (Ministro do Governo da Turquia)

DANIEL, António Paulo (Sub-Secretário de Estado para a Administração Escolar)

DAVIGNON, Vicomte Etienne (Político belga; Comissário para a Indústria)

DEHAENE, Jean-Luc (Político belga)

DEHOUSSE (Ministro da Ciência do Governo da Bélgica; Presidente do Conselho de Ministros da Ciência da União Europeia)

DELERUE, Nuno (Deputado)

DELGADO, Humberto (General)

DELGADO, Raimundo (Eng.º; Professor da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto)

DELMAR (Padre da Paróquia de Rio de Mouro)

DELORS, Jacques (Presidente da Comissão Europeia)

DESAMA, Claude (Deputado Europeu da Bélgica;

Presidente do CERT-Committee on Energy, Research and Technology)

DESPICHT, Niegel

DIAS, Álvaro

DIAS, Bruno (Deputado PCP).

DIAS, Laurentino (Deputado PS)

DIAS, Orlando Perrain (Serviços de Protocolo da Câmara Municipal de Lisboa)

DIAS, Padre Guimarães (Padre; Presidente do Comité da Alliance Française do Porto)

DIAS, Pedro (Professor)

DIAS, Silva (Arq.º)

DIAS, Vieira (Presidente da Associação de Técnicos Administrativos Municipais)

DIAZ, Gutierrez (Presidente da Comissão da Política Regional)

DINGUIRARD (Deputado do Parlamento Europeu)

DIONÍSIO, Joaquim (Membro do Conselho Económico e Social)

DIZ, Henrique (Professor Universidade de Aveiro; Vice-presidente da JNICT)

DOMINGUES, Álvaro (Professor da Universidade do Porto; Geógrafo)

DOMINGUES, Ângela (Professora)

DROSTE, Bernd Van (Director da UNESCO: Projecto de classificação do Douro a Património Mundial)

DUARTE, Nuno (Eng.º; Director da Confederação do Comércio)

DURÃO, Fernando (Fundação Luso-Americana)

DYBKJAER, Lone (Ministra do Ambiente do Governo da Noruega)

E

EANES, Ramalho (General; Presidente da República)

ECKKAUS, Richard (Professor MIT- Massachusetts Institute of Technology)

ECKHOFF, Johann (Secretário de Estado no Ministério Federal da Economia e Tecnologia do Governo da Alemanha; Ministro da República Federal da Alemanha)

ELGAR, Edward

ENGSTROM, Odd (Ministro da Ciência do Governo da Suécia)

ESDAILE, Charles (Professor)

ESPINHA, José (Eng.º Nú Ferroviário do Porto)

ESTADÃO, Paulo

ESTEVÃO, Lucas (Presidente do Instituto da Defesa do Consumidor)

ESTRELA, Edite (Deputada)

EVANS, Nigel (Ministro do Governo do Reino Unido)

F

FAFE, José Fernandes (Embaixador)

FALCÃO, D. Manuel (Bispo de Beja)

FALCK (Ministro do Governo da Noruega)

FANDINGA, Dário (AECOPS- Associação de Empresas de Construção e Obras Públicas e Serviços)

FARINA, Pino (Projectista de automóveis italiano)

FASELLA, Paolo (Professor; Director-geral da Investigação Científica)

FAURE, Edgar (Ministro do Governo da França)

FEIO, Mariano (Professor)

FEIST, Pedro (CLP)

FELIX, António Bagão (Secretário de Estado do Emprego e Segurança Social)

FELS, Xavier (Director-adjunto do EUREKA)

FÉRIA, Luís Palma

FERNANDES, José Augusto (Major)
FERNANDES, José Manuel (Eng.^o)
FERNANDES, Liberato
FERNANDES, Lourenço (Professor INESC-Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, Tecnologia e Ciência)
FERNANDES, Orlando (Arqueólogo)
FERNANDES, Raúl Miguel Rosado (Presidente da CAP-Confederação da Agricultura Portuguesa)
FERNANDES, Teixeira (Professor da Universidade do Porto)
FERNANDEZ-ALVOR, Gerardo (Presidente da Xunta da Galícia)
FERRÃO, José Mendes (Professor)
FERREIRA, Alexandre
FERREIRA, António Mega
FERREIRA, Dias
FERREIRA, Elisa (Professora; Coordenadora do Programa Operacional do Vale do Ave; Vice-presidente da CCRN; Executiva da AI Portuense)
FERREIRA, Faria (Eng.^o; Director-geral dos Recursos Hídricos)
FERREIRA, Francisco Seabra (Eng.^o; Secretário de Estado dos Transportes)
FERREIRA, Joel Hasse (Deputado)
FERREIRA, Jorge Cabral (Produtor de Vinho do Porto, descendente da Dona Antónia Adelaide Ferreira)
FERREIRA, Menezes (Deputado)
FERREIRA, Portugal (Professor no Instituto Nacional de Investigação Científica)
FERREIRA, Raquel (Embaixadora de Portugal na Suécia)
FIACCAVENTO (Professor italiano)
FIGUEIRA, Luísa (Professora)
FIGUEIREDO, António
FIGUEIREDO, Álvaro (Região Vitivinícola dos Vinhos do Dão)
FIGUEIREDO, Fidelino de (Ensaísta)
FIGUEIREDO, Ilda (Deputada PCP)
FILIFE, António (Deputado PCP)
FILIFE, Manuel (Deputado PCP)
FILLON, François (Ministro do Ensino Superior e da Ciência do Governo da França; Primeiro-Ministro)
FINBERG, Donald (Presidente da FLAD-Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento)
FLORENSA, Senén (Embaixador; Director-geral do Instituto Europeu para o Mediterrâneo)

FLORES, Francisco Moita (Inspector da Polícia Judiciária; Presidente da Câmara de Santarém)
FLYNN, Pdraig (Ministro do Governo da Irlanda; Comissário Irlandês para os Assuntos Sociais, responsável pelo Ambiente e pelos fundos estruturais)
FOLQUE, Filipe (Autor de cartas topográficas)
FONSECA, Corregedor da (Deputado MDP-CDE)
FONSECA, Luís Adão da (Professor)
FONSECA, Luís Pancada da (Assessor de Secretário de Estado)
FONSECA, Maria do Carmo (Professora; Instituto de Medicina Molecular da Universidade de Lisboa)
FONSECA, Protes da (Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação)
FORJAZ, Victor Hugo (Professor Universidade dos Açores)
FORTES, Amaral (Professor)
FRANÇA, António Pinto da (Embaixador)
FRANCA, Epifânio da (Professor; Secretário de Estado da Educação)
FRANCO, António Sousa (Professor)
FRANCO, Filipe Soares (Eng.^o; Presidente da ANEOP-Associação Nacional de Empreiteiros de Obras Públicas)
FRANCO, Vasco (Vereador da Câmara Municipal de Lisboa)
FRASQUILHO, Manuel (Presidente do Metro de Lisboa)
FREITAS, Vasco Peixoto de (Professor da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto; Coordenador do "Manual do Comprador de Habitação")
FROTA, Mário (Professor)
FURTADO, Gualter (Secretário Regional dos Açores)

G

GAGO, Carlos Corrêa (Eng.^o; Presidente da EPPI-Empresa Pública dos Parques Industriais; Presidente do INE-Instituto Nacional de Estatística)
GAGO, José Mariano (Professor; Presidente da JNICT-Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica)
GALEANO, Rui (Eng.^o e Presidente do Instituto Geográfico e Cadastral)
GAMA, Jaime (Deputado PS)
GAMA, José (Presidente da Câmara de Mirandela)
GAMA, Rui Fortes da (Presidente da Sociedade de Desenvolvimento Regional da Beira-Alta)
GAMA, Vasco da (Eng.^o; Presidente da Confederação do Comércio; Membro do Conselho Económico e Social)
GARCIA, João (Eng.^o; Reitor da Universidade de Évora)
GARCIA, Vasco (Professor)

GARRETT, Antão de Almeida (Eng.; Professor na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto)
GASPAR, Jorge (Professor; Geógrafo)
GASPAR, Victor (Banco de Portugal; UEM-União Económica e Monetária)
GASS (Académico especialista da OCDE)
GAUDEMAR (OCDE)
GAVA (Ministro do Governo de Itália)
GENSCHER, Hans-Dietrich (Ministro dos Negócios Estrangeiros do Governo da Alemanha)
GERALDES, Luís
GIBBONS, J. (Presidente da National Science Foundation USA)
GIUDICE, Calogero Lo (Funcionário italiano da Comissão Europeia)
GIZARD, Xavier (Secretário-geral da Conferência das Regiões Periféricas Marítimas)
GLOUCESTER, Duque de (Chefe da delegação de empresários britânicos)
GODINHO, António (Câmara Municipal de Aljustrel; Membro do Conselho Económico e Social)
GODINHO, José António Silveira (Ministro da Administração Interna; Embaixador)
GOEBBELS (Ministro do Governo do Luxemburgo)
GOEDMAKERS
GOES, Ernesto (Eng.º especialista em eucaliptos)
GÓIS, Carlos (Eng.º; Banco Mundial)
GOMES, Paulo (Professor; Presidente da Direcção Regional do INE no Norte)
GOMES, Aldónio (Inspector-geral)
GOMES, Amaral
GOMES, Carlos (Eng.º)
GOMES, Fernando (Deputado do Parlamento Europeu; Presidente da Câmara Municipal do Porto)
GOMES, Ferreira (Professor da Universidade do Porto)
GOMES, Freitas
GOMES, Luís
GOMES, Ruy Luís (Professor; Reitor da Universidade do Porto)
GONÇALVES, Bento (Gestor do Programa de Desenvolvimento Regional do Alentejo; Representante do movimento cooperativo)
GONÇALVES, Isabel (Deputada)
GONÇALVES, Ricardo (Deputado)
GONÇALVES, Victor (Professor; Arqueólogo)
GONZALEZ, Felipe (Presidente do Governo de Espanha)
GORBATCHEV, Mikhail (Presidente da Rússia)

GOULÃO, João (Eng.º; Representante do Ministério da Agricultura no empreendimento do Alqueva)
GOULART, Martins (Deputado)
GOUVEIA, Borges (Professor; Conselho Superior de Ciência e Tecnologia)
GOUVEIA, Maria Alice Nobre (Secretária de Estado para o Ensino Básico e Secundário)
GOUVEIA, Teresa (Secretária de Estado da Cultura; Ministra do Ambiente)
GRILLO, Eduardo Marçal (Eng.º; Responsável pela avaliação do Observatório do QCA-Quadro Comunitário de Apoio)
GROS, François (Cientista francês)
GUEDES, Armando Marques (Professor)
GUEDES, Fernando (Empresário)
GUEDES, Joaquim de Oliveira (Comendador; Presidente da Cooperativa dos Pedreiros do Porto)
GUEDES, Natália Correia (Subsecretária de Estado)
GUEREIRO, Lopes (Presidente das Assembleias Municipais do Distrito de Beja)
GUERRA, Carvalho (Professor da Universidade do Porto)
GUERREIRO, Fidélis (Eng.º; SOSET-Sociedade de Desenvolvimento Regional de Setúbal)
GUICHARD, Olivier (Presidente do Pays de la Loire)
GUIGOU, Élisabeth (Ministra do Governo da França)
GUILHERME, Fernando
GUIMARÃES, Rui (Professor na Universidade do Porto)
GUIMARÃES, Vasconcelos (Eng.º da Brisa)
GUMMER (Ministro do Governo do Reino Unido)
GUSMÃO, Joaquim Rosado (Eng.º; Direcção-geral de Hidráulica e Engenharia Agrícola)
GUTERRES, António (Deputado; Primeiro-Ministro)
H
HAARDER (Ministro do Governo da Dinamarca)
HACKET (Académico especialista da OCDE)
HALFORD-MACLOED, Aubrey (Embaixador)
HARNISCH, Heinz (Professor; Director de investigação dos Laboratórios Hoechst)
HAROLD (Rei Harold V da Noruega)
HAUSER, Herr (Presidente da Associação das Municipalidades na Alemanha)
HEITOR, Manuel (Professor)
HENRIQUES, Júlio (Deputado)
HENRIQUES, Rui Gonçalves (Eng.º; Sistema Nacional de Informação Geográfica)
HERRERA, Emílio (Presidente da Nestlé)
HERVÉ (Deputado do Parlamento Europeu)

HERWIJER (Académico especialista da OCDE)
HOEFFEL, Daniel (Ministro do Governo da França)
HORTA, Basílio (Deputado CDS)
HORTA, Ricardo Bayão (Eng.º; Ministro da Defesa;
Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Agência de
Inovação)
HOUWENS-POST (Professor da Universidade de Utrecht
especialista em história e cultura luso-brasileira)
HUSSEIN, Saddam (Presidente do Iraque)

I

ILZKOVITZ (Professora)
IRIBARNE, Manuel Fraga (Presidente da Xunta da Galícia)
ISARD, Walter (Professor da Universidade da Pensilvânia)
JAN, Lina (Comissário de Coordenação da Região do
Alentejo).

J

JARDIM, Alberto João (Presidente do Governo Regional
da Madeira; Presidente da Conferência das Regiões
Periféricas Marítimas da Comunidade Europeia)
JEANNENEY, Jean-Nôel
JOHNSON-MARSHALL, Percy (Eng.º; Professor da
Universidade de Edimburgo)
JORDAN, André (Empresário do sector do Turismo)
JORGE, Victor Oliveira (Professor; Arqueólogo)
JORGE, Virgílio Ferreira (Professor; Arqueólogo)
JUDAS, José Luís (Delegação da CGTP-Intersindical;
Membro do Conselho Económico e Social)
JULIANA (Rainha dos Países Baixos)
JÚNIOR, Cruz (Almirante; Professor do Conselho Superior
de Ciência e Tecnologia)
JUNQUEIRO, José (Deputado PS; Secretário de Estado da
Administração Marítima e Portuária)

K

KEMPER, Wolfgang (Director da Hoechst Portugal)
KEUSSEN (Alto funcionário alemão do Schleswig-
Holstein)
KIT T, Tom (Ministro de Estado do Governo da Irlanda)
KOHL, Helmut (Chanceler alemão)
KRAUTZENBERGEN, Herr

L

LABORINHO, Álvaro (Embaixador de Portugal em Haia)
LACÃO, Jorge (Deputado PS)
LAFONTAINE, Nicole (Vice-presidente do Parlamento
Europeu)
LAGE, Carlos (Deputado PS)
LAGINHA, Manuel (Arq.º; Dador de espólio ao Arquivo do
Forte de Sacavém)

LAGO, Teresa (Professora da Universidade do Porto)
LAIGNEL (Ministro do Governo da França)
LAMAS, António (Professor)
LAMEGO, José (Deputado)
LANÇA, Florival (Delegação da CGTP-Intersindical)
LANDABURU, Eneko (Director-geral da Política Regional
da União Europeia)
LANG, Jack (Ministro do Governo da França)
LANHAS, Fernando (Arq.º; Pintor)
LAPA, Álvaro (Pintor)
LARANJEIRA (Eng.º; Presidente da Associação dos
Beneficiários)
LARANJO, Francisco (Pintor; Professor na FBAUP)
LARI, Eugénio (Técnico do Banco Mundial)
LAURENT (Professor Universidade sueca de Uppsala)
LE-BRAS, Hervé (Professor)
LEAL, Eusébio (Coordenador da reabilitação do Centro
Histórico de Havana)
LEANDRO, Marques (Inspector)
LEHR, Ursula (Ministro da Juventude, Família, Mulheres e
Saúde do Governo da Alemanha)
LEITÃO, Morais (Ordem dos Advogados)
LEITÃO, Sousa (Almirante; Chefe de Estado-Maior da
Armada e Presidente da Sociedade de Geografia)
LEITE, Reis (Deputado PSD dos Açores)
LÉLIS, Carlos (Deputado)
LELLO, José (Deputado)
LEMONS, Paulo (Representante do Ambiente no Conselho
Económico e Social)
LENNEP, Emil van (Secretário-geral da OCDE)
LEPIERRE, Charles (Professor)
LEYGHES (Alto funcionário francês do gabinete do
Presidente da Comunidade Europeia, Delors)
LIBERATO, José Manuel Nunes (Economista; Deputado
PSD; Secretário de Estado; Secretário-geral do PSD)
LILAIA, Carlos (Deputado PRD)
LIMA, Coutinho (Tenente)
LIMA, Manuel Ferreira (Eng.º; Secretário de Estado da
Administração Regional e Local)
LIMA, Pedroso de (Professor na Universidade de Coimbra)
LIMA, Rangel de (Eng.º; JAE-Junta Autónoma de Estradas)
LINDER (Professora Universidade sueca SUAS)
LOBO, José Branquinho (Secretário de Estado Adjunto)
LOBO, Manuel da Costa (Professor no Instituto Superior
Técnico; Representante português para os assuntos do
ordenamento do território na OCDE)

LOEWENICH, von (Membro do Governo da Alemanha com a pasta do Planeamento do Desenvolvimento Regional)
LOFF, Pedro (Director-geral do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação)
LOMBARD, Georges (Senador; antigo "Maire" de Brest)
LOPES, António Figueiredo (Ministro)
LOPES, António Simões (Professor)
LOPES, Castanheira (Programa eleitoral do PSD para as eleições)
LOPES, Craveiro (General)
LOPES, Ernâni (Professor; Economista; Ministro das Finanças)
LOPES, Freitas (Presidente da Associação dos Industriais da Construção de Edifícios)
LOPES, José da Silva (Deputado PRD)
LOPES, Pedro Santana (Presidente da Câmara de Lisboa; Secretário de Estado da Cultura)
LOPES, Silva (Comissário)
LOPES, Teixeira (Deputado)
LOUÇÃ, Francisco (Deputado)
LOUREIRO, Manuel Dias (Ministro dos Assuntos Parlamentares; Ministro da Administração Interna)
LOURENÇO, Eduardo (Professor; Escritor)
LOUSÃ, Mário (Professor)
LUCENA, Diogo (Professor)
LUÍS, Carlos (Deputado)
LUTON, M. Jean-Marie (Director-geral da ESA)

M

MACCANICO, Antonio (Ministro do Governo de Itália dos "Affari Regionali")
MACEDO, Joaquim (Eng.º CIP-Confederação da Indústria Portuguesa)
MACEDO, Jorge Braga de (Professor; Ministro das Finanças)
MACEDO, Miguel (Deputado)
MACHADO, João (Designer)
MACHADO, João (Eng.º; Comissão Instaladora da Agência de Inovação; Membro do Conselho Económico e Social)
MACHADO, Rodeia (Deputado)
MACHETE, Rui (Presidente da Fundação Luso-Americana)
MACHUNGO, Mário (Primeiro-Ministro de Moçambique)
MACIAS, Santiago (Arqueólogo)
MADAÍL, Gilberto (Deputado PSD)
MADUREIRA, Carlos Gomes Leal (Eng.º)
MAGALHÃES, Ricardo (Eng.º; CCRN)

MAGALHÃES, Barbedo de (Professor da Universidade do Porto)
MAGÃO, Luís (Director do G.E.P. da Saúde)
MAGRIS, Claudio (Escritor)
MAIA, José (Padre; Presidente da União das Instituições Particulares de Solidariedade Social; Membro do Conselho Económico e Social)
MAIA, José Manuel (Deputado)
MAJOR, John (Primeiro-Ministro do Reino Unido)
MAMEDE, Carlos (Membro do CGTP-Intersindical Nacional)
MANNINO, Calogero (Ministro do Governo de Itália; Vice-presidente da Comissão Europeia)
MANTAS, Vasco (Professor; Arqueólogo)
MANTINS, Pina (Professor)
Manuel Carvalho da Silva (CGTP; Membro do Conselho Económico e Social)
MARC, Franz (Artista do movimento expressionista alemão)
MARINHO, Luís (Deputado português no Parlamento Europeu)
MARINHO, Roberto (Presidente e fundador da Globo)
MARONGIU, Giovanni (Ministro do Governo de Itália "per il Mezzogiorno")
MARQUES, Barata (Professor; Coordenador do BRITE-EURAM-Portugal; Membro do Conselho Superior de Ciência e Tecnologia)
MARQUES, Helena Torres (Deputada PS)
MARQUES, José Luís Guerra (Eng.º; Director-geral do Ministério da Educação e Cultura de Luanda; Reitor da Universidade de Luanda; Director do Laboratório de Engenharia Civil de Angola)
MARQUES, Ludgero (Presidente da Associação Industrial Portuense)
MARQUES, Marlène (Eng.ª)
MARQUES, Montalvão (Professor)
MARQUES, Oliveira (Faculdade de Economia da Universidade do Porto; Presidente Executivo da Metro do Porto)
MARQUES, Silva (Deputado PSD)
MARQUES, Soromenho
MARQUES, Torres (Deputada)
MARQUES, Viriato Soromenho (Professor; Membro do Conselho Económico e Social)
MARTIN (Académico especialista da OCDE)
MARTINHO, António (Deputado)
MARTINHO, Hermínio (Deputado PRD)

MARTINS, André (Deputado)

MARTINS, Alberto (Deputado)

MARTINS, Álvaro (Professor; Responsável pela avaliação do primeiro Quadro do Observatório do QCA- Comunitário de Apoio)

MARTINS, António (Eng.º; Presidente da Comissão de Coordenação da Região de Lisboa)

MARTINS, Carlos Alves (Professor; Presidente do INA- Instituto Nacional de Administração)

MARTINS, Coimbra (Deputado; Embaixador)

MARTINS, Fernando Santos (Eng.º; Ministro da Indústria; Embaixador de Portugal na OCDE)

MARTINS, Graça (Professor)

MARTINS, Guilherme d'Oliveira (Deputado)

MARTINS, João Maria de Oliveira (Deputado; Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações)

MARTINS, Jorge (Pintor)

MARTINS, Luís (Deputado PSD)

MARTINS, Manuel (Vereador da Câmara Municipal de Vila Real)

MARTINS, Mário Fernandes (Eng.º; Comissão de Coordenação da Região do

MARTINS, Poças (Professor)

MARTINS, Rogério (Deputado)

MARTINS, Victor (Secretário de Estado para a Integração Europeia)

MASCARENHAS, José (Professor; Arqueólogo)

MATEUS, Augusto (Professor; Consultor da Operação Integrada de Desenvolvimento da Península de Setúbal)

MATIAS, Valdez

MATOS, Brito de (Presidente da Câmara de Resende)

MATOS, Salgado de

MATOS, Armando Campos e (Professor; Reitor da Universidade do Porto)

MATOS, Diamantino Pires de (Conselho Superior de Ciência e Tecnologia)

MATOS, Fernando Teixeira de (Inspector-geral)

MATOS, Isolete (Eng.º)

MATOS, João de (Deputado)

MATOS, Norton de (General)

MATOS, Pires de (Comandante)

MATOS, Rocha de (Comendador; Presidente da Associação Industrial Portuguesa)

MATOS, Teodoro de (Professor; Conselho do Centro Científico e Cultural de Macau)

MATOSO, José (Prof; Presidente do Instituto Português de Arquivos)

MATTÉOLI, Jean (Presidente do Conselho Económico e Social da França)

MATUTES, Abel (Comissário)

MAUREL (Examinador do "Committee for Scientific and Technological Policies" da OCDE)

MAXWELL, Kenneth (Professor; Fundação Luso-Americana)

MEANA, Carlo Ripa di (Comissário Comissário Europeu para o Ambiente)

MEDEIROS, Carlos (Professor; Gestor do Programa das Artes e Ofícios Tradicionais)

MEDEIROS, José Miguel (Deputado)

MEDEIROS, Manuela (Representante da CGTP)

MEDINA, Augusto (Professor)

MEIRELES, Quintão (Almirante)

MELÍCIAS, Victor (Padre; Presidente da União das Misericórdias)

MELO, António Barbosa de (Professor; Presidente da Assembleia da República; Presidente do CEFA- Centro de Estudos e Formação Autárquica)

MELO, Eurico de (Eng.º; Vice-primeiro Ministro)

MELO, Manuel José Homem de

MELO, Rocha (Professor de Medicina)

MENDES, Almeida (Deputado CDS)

MENDES, António Marques Mendes (Deputado PSD)

MENDES, Luís Marques (Ministro-Adjunto)

MENDES, Orlando

MENDES, Roberto Espregueira

MENDES, Teresa (Vice-reitora Universidade de Coimbra; Instituto Pedro Nunes)

MENDES, Vieira (Delegação da CGTP)

MENDO, Paulo (Professor; Ministro da Saúde)

MENDONÇA, Camilo de (Eng.º)

MENDONÇA, Fernando (Comendador; Presidente da AGROS)

MENEZES, João Bessa (Professor Universidade do Porto; Conselho Superior de Ciência e Tecnologia)

MENEZES, Luís Filipe (Político)

MERLONI, Vittorio (Empresário italiano)

METAKIDES, George (Innova S.A.)

MICHALSKI, Wolfgang (OCDE)

MIERT, Karel Van (Comissário belga dos Transportes; Grupo das Redes Transeuropeias)

MIL-HOMENS, Rui (Eng.º; Coordenador da OID-Operação Integrada de Desenvolvimento de Setúbal)

MILAN, Bruce (Comissário da Política Regional)

MINC, Alain (Escritor francês)

MIRANDA, Narciso (Presidente da Câmara de Matosinhos)
MITCHEL, William (Presidente do CERN-European Organization for Nuclear Research)
MITTERRAND, François (Presidente de França)
MONEO, Rafael (Arq.º Prémio Pritzker)
MONJARDINO, Álvaro (Governo Regional dos Açores; Ministro-Adjunto)
MONOD, Jérôme (Presidente da DATAR-Délégation à l'Amenagement du Territoire et à l'Action Régionale)
MONTEIRO, António (Deputado)
MONTEIRO, Isilda (Professora)
MONTEIRO, Luís Alves (Secretário de Estado da Indústria)
MONTENEGRO, Luís (Presidente da Câmara Municipal da Nazaré)
MORAIS, Belo
MORAIS, Cândida Morais (Empresária)
MORAIS, Isaltino (Presidente da Câmara Municipal de Oeiras; Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente)
MOREIRA, Adriano (Deputado CDS)
MOREIRA, Armando (Presidente da Câmara Municipal de Vila Real)
MOREIRA, Manuel (Deputado)
MOREIRA, Tavares (Deputado)
MOREIRA, Vital (Deputado)
MORENO, Baquero (Professor da Universidade do Porto)
MORGADO, Manuela (Associação Portuguesa de Economistas)
MORRELL (Cellule de Prospective da Comissão Europeia)
MORTÁGUA, Camilo
MOTA, Avelino Teixeira da (Comandante)
MOTA, Isabel Maria de Lucena Vasconcelos Cruz de Almeida (Economista; Secretária de Estado)
MOTA, Manuel (Empresário de Obras Públicas)
MOTA, Miguel (Professor; Estação Agronómica Nacional)
MOTA, Santos (Director-geral do Instituto Geográfico e Cadastral)
MOURA, Barata (Deputado Parlamento Europeu)
MOURA, Barros (Deputado)
MOURA, Eduardo Souto (Arq.º Prémio Pritzker)
MOURA, João (Professor; Membro do Conselho Superior de Ciência e Tecnologia)
MOURA, Vasco Graça (Escritor; Político; Comissário da Exposição de Sevilha'92)
MOUTINHO, Pedro (Deputado PSD)
MURTEIRA, António (Deputado)
MURTEIRA, Aurora (Directora-geral do GEP da Indústria)

N

NABEIRO, Rui (Presidente da Câmara Municipal de Campo Maior)
NAKAJIMA, Hiroshi Nakajima (Médico japonês; Presidente da World Health Organisation)
NARJES (Comissário)
NASCIMENTO, Ferreira do (Eng.º; JAE Junta Autónoma de Estradas)
NETO, Jaime (Deputado PSD)
NEVES, Costa (Deputado)
NEVES, João César das (Professor)
NIDAL, Abu (Político palestino)
NIJPELS (Ministro do Governo da Holanda)
NOGUEIRA, Fernando (Ministro da Presidência; Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional; Presidente do PSD)
NOVAIS, Maggioly (Professor)
NOVO, Isabel Honório (Deputada)
NUNES, Fernando (Deputado)
NUNES, Manuel Jacinto (Professor; Ministro; Vice-primeiro Ministro)
NUNES, Martins (Secretário de Estado da Saúde)

O

O'MALLEY, Desmond (Ministro do Governo da Irlanda)
OBORNE (Examinador do "Committee for Scientific and Technological Policies" da OCDE)
OLAVO V (Rei da Noruega)
OLIVEIRA, César de (Professor; Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital)
OLIVEIRA, Eduardo Arantes e (Professor; Secretário de Estado para o Ensino Superior e Investigação Científica)
OLIVEIRA, Ernesto Veiga de
OLIVEIRA, Falcão de (Professor)
OLIVEIRA, André de (Eng.º; Conselho de administração da Agência de Inovação)
OLIVEIRA, Carlos Sousa (Professor)
OLIVEIRA, César (Investigador da História dos Municípios e do Poder local; Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital)
OLIVEIRA, Costa e (Eng.º; Sub-secretário Adjunto do Ministro da Agricultura; Deputado Parlamento Europeu)
OLIVEIRA, Eduardo Romano de Arantes e (Professor; Secretário de Estado)
OLIVEIRA, Faria de (Eng.º; Ministro do Comércio)
OLIVEIRA, Guilherme de (Professor)
OLIVEIRA, João
OLIVEIRA, Jorge (Arqueólogo)

OLIVEIRA, Pedro (Eng.º)
OLIVEIRA, Ricardo de (COBA)
OLIVEIRA, Soares de (Embaixador de Portugal)
OLIVEIRA, Tiago de (Especialista em Gestão Florestal;
Investigador Primeiro Prémio Boa-Esperança ex-aquo)
OLIVEIRA, Veiga de (Eng.º; Deputado)
ORDÓÑEZ, Francisco (Ministro das Relações Exteriores
do Governo de Espanha)
ORMOND (Académico especialista da OCDE)
OSSWALD, Walter (Professor)
P
PACHECO, Duarte (Deputado)
PACHECO, Fernando (Professor; Director-geral do
Departamento Central de Planeamento; GOP)
PADRÃO, João (Secretário de Estado da População e
Emprego do IV Governo Constitucional)
PAILLON, Michel (Representante da Directorate-General
XII of the Commission of the European Communities)
PAIVA, Sucena (Professor; Secretário de Estado;
Presidente do Taguspark)
PAIXÃO, Rui (Delegação da CGTP)
PALÁCIO, Loyola de (Comissária espanhola; Vice-
presidente da Comissão Europeia)
PALEOKRASSAS, Yannis (Comissário do Ambiente e
Pescas),
PALMEIRIM, Jorge (Professor)
PANDOLFI, Filippo (Ministro da Ciência do Governo de
Itália; Vice-presidente da Comissão Europeia)
PAPANDRÉOU, Georgios (Ministro dos Negócios
Estrangeiros da Grécia)
PAPANDRÉOU, Vaso (Comissária grega para o Emprego e
Formação Profissional)
PAPON (Presidente do Inframer)
PARREIRA (Professor da Escola Superior Agrária de Beja)
PAUPÉRIO, Armando (Eng.º da EDP)
PAYE, Jean-Claude (Secretário-geral da OCDE)
PEDERSON (Ministro do Governo da Dinamarca)
PEDRO, Oliveira (Eng.º; Membro do Conselho Superior de
Ciência e Tecnologia)
PEIXOTO, Pinto (Professor na Faculdade de Ciências de
Lisboa; Prémio da Boa Esperança)
PENEDA, José da Silva Peneda (Deputado do PSD;
Secretário de Estado da Administração Regional;
Ministro)
PENEDA, Juvenal (Eng.º CCRN)
PENEDOS, José (Deputado)
PERCHEIRO, Cláudio (Deputado)

PERDIGÃO, Azeredo (Advogado; Primeiro Presidente da
Fundação Calouste Gulbenkian)
PERDIGÃO, Madalena Azeredo (Adjunta para o Ensino das
Artes no Ministério da Educação)
PEREIRA, André Gonçalves (Professor)
PEREIRA, Aristides (Presidente da República de Cabo-
Verde)
PEREIRA, Armando (Coordenação da Região do Norte)
PEREIRA, Artur Torres (Presidente da Câmara Municipal
de Sousel; Presidente da Associação Nacional de
Municípios Portugueses; Representante do MPAT no
Conselho Nacional da Caça)
PEREIRA, Benjamim (Comissário da Exposição "As
Plantas e Descobrimentos" da Semana Europeia da
Cultura; Conselho do Centro Científico e Cultural de
Macau)
PEREIRA, Eduardo (Eng.º; Ministro da Administração
Interna; Deputado PS)
PEREIRA, José Pacheco (Deputado PSD)
PEREIRA, Manuel Collares (Professor; Conselho Superior
de Ciência e Tecnologia)
PEREIRA, Maria Helena da Rocha (Professora)
PEREIRA, Nuno Teotónio (Presidente da Associação
Profissional dos Arquitectos Portugueses)
PEREIRA, Santos (Professor no Instituto Superior de
Agronomia)
PEREIRA, Torres (Professor de Medicina)
PERES, Shimon (Ministro dos Negócios Estrangeiros do
Governo de Israel)
PEREZ-INFANTE (Ministro do Governo de Espanha)
PERNES, Fernando (Professor; Crítico de arte)
PESCATORE, Gabriele (Professor; Presidente da Cassa
per il Mezzogiorno)
PFEIFER (Alto funcionário do Estado Alemão da RFA)
PIERRET, Georges (Secretário-geral da CRPM-
Conferência das Regiões Periféricas Marítimas da Europa)
PIMENTA, Carlos (Eng.º; Secretário de Estado)
PIMPÃO, Adriano (Professor; Representante das
Universidades no Conselho Económico e Social)
PINA, Carlos Alberto de Brito (Eng.º; Vice-presidente do
Laboratório Nacional de Engenharia Civil)
PINA, Esperança (Médico; Professor; Reitor da
Universidade Nova de Lisboa)
PINHEIRO, Belo (Eng.º; Membro do Conselho Económico
e Social)
PINHEIRO, Costa (Pintor)

PINHEIRO, Gama (Eng.º; Pró-reitor investigador leader do ICAM; Presidente da Associação dos Agricultores do Distrito de Beja)

PINHEIRO, João de Deus (Ministro dos Negócios Estrangeiros; Comissário Europeu)

PINHEIRO, Jorge (Pintor)

PINHO, Ivo (Deputado PRD)

PINTADO, Xavier

PINTASILGO, Maria de Lourdes (Eng.º; Primeira-Ministra; Embaixadora de Portugal na UNESCO)

PINTO, António (Eng.º; Director-geral do GEPAT-Gabinete de Planeamento do Ministério do Ambiente)

PINTO, Carlos (Deputado PSD)

PINTO, Carlos Alberto da Mota (Professor; Primeiro-Ministro de Portugal)

PINTO, Fernando (Presidente do Conselho de Administração da TAP)

PINTO, Luís Vaz (Eng.º)

PINTO, Paulo Teixeira (Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros)

PINTO, Sevinate (Eng.º; Responsável pela avaliação do primeiro Quadro do Observatório do QCA-Quadro Comunitário de Apoio)

PINTO, Silva (Deputado)

PINTO, Tomé (Capitão)

PIRES, Casimiro (Presidente do GARAM-Gabinete dos Aeroportos da Região Autónoma da Madeira)

PIRES, Lucas (Professor; Deputado Parlamento Europeu)

PIRES, Machado (Professor)

PIRES, Madureira (Director-geral do Desenvolvimento Regional)

PIRES, Pedro (Primeiro-Ministro de Cabo-Verde)

PLEVEN, René (Presidente do Conselho Francês)

POLICARPO, Armando

POMBO, Herculano (Deputado "Os Verdes")

POMIAN, Krzysztof (Professor)

POMICINO, Paolo (Ministro do Governo de Itália)

POMPIDOU (Deputado francês do Parlamento Europeu)

PONIATOWSKI, Michel (Ministro do Interior do Governo da França)

POPP, David (Académico especialista da OCDE)

PORFÍRIO, Eduardo (Arq.º; Projecto de recuperação da zona antiga do Barreiro)

PORTAS, Carlos (Professor; Presidente do INIA-Instituto Nacional de Investigação Agronómica)

PORTAS, Nuno (Arq.º; Secretário de Estado de Habitação e Urbanismo)

PORTAS, Paulo (Jornalista; Presidente do CDS)

PORTER, Michael (Professor; Economista)

PORTILLO, Michael (Ministro do Governo do Reino Unido)

PORTO, Manuel (Deputado; Presidente da Comissão de Coordenação da Região do Centro; Professor no Centro de Estudos Europeus da Universidade de Coimbra)

PORTUGAL, Vaz (Professor)

PRATA, Carlos (Arq.º; Barra do Douro)

PRAZERES, Luís Gama (Metro de Lisboa)

PRETO, Barata

PRETO, Ramos (Deputado)

PROÂMBIO, Roxo

PROENÇA, João (Eng.º; Deputado; Presidente da UGT Central Sindical)

PUNGOR, Ernő (Ministro do Governo da Hungria; Cientista e Professor universitário)

Q

QUEIMADO, José Ferreira (Presidente do Benfica; Adjunto para o Desporto no Ministério da Educação)

QUEIRÓ, Manuel (Deputado CDS)

QUEIROZ, Augusto (Professor da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto)

QUEVEDO, Francisco (Embaixador de Portugal)

QUÉVIT, Michel (Professor Universidade Católica de Louvain)

QUILÈS, Paul (Ministro do Equipamento, Alojamento, Transportes e Espaço do Governo da França)

QUINTANILHA, Alexandre (Professor; IBMC-Instituto de Biologia Molecular e Celular)

R

RABIN, Yitzhak (Presidente de Israel)

RAFAEL, D. António (Bispo de Bragança)

RALHA, Alberto (Professor; Secretário de Estado do Ensino Superior)

RAMALHEIRA, Alberto (Membro do CES-Conselho Económico e Social)

RAMALHO, Chorão (Arq.º; Dador de espólio ao Arquivo do Forte de Sacavém)

RAMALHO, Magalhães (Professor; Membro do Conselho Superior de Ciência e Tecnologia)

RAMALHO, Pinto (Tenente-Coronel)

RAMOS, Carlos Alberto Matias (Eng.º; Vice-presidente do Laboratório Nacional de Engenharia Civil)

RAMOS, Fernando Silveira (Eng.º Barra do Douro; Prémio Secil)

RAMOS, Luís Oliveira (Professor, Antigo Reitor da Universidade do Porto)

RAMOS, Luís Pádua (Arq.^o; Coleccionador)

RAMOS, Moura (Professor; Centro de Estudos Europeus da Universidade de Coimbra)

RAMOS, Tito Lívio (Eng.^o; Ministro da Administração Local e Urbanismo de Cabo-Verde)

RAPAZOTE, Gonçalves (Ministro do Interior)

RAPOSO, Lage (Eng.^o; Confederação do Comércio)

RAVARA, Artur (Eng.^o; Presidente da APPC-Associação Portuguesa de Projectistas e Consultores; Director do LNEC-Laboratório Nacional de Engenharia Civil)

RAVARA, Olindo (Deputado)

RAVASIO, Giovanni (Director-geral para a Coordenação dos Instrumentos Estruturais)

REAL, Fernando (Professor; Reitor da UTAD; Ministro do Ambiente e Recursos Naturais, Presidente da Junta de Investigação Científica do Ultramar)

REAL, Manuel (Director do Arquivo Municipal do Porto)

REBELO, João (Eng.^o; Comissão de Coordenação da Região do Centro)

REBIMBAS, D. Júlio Tavares (Bispo do Porto)

REGGE (Deputado do Parlamento Europeu)

REGO, Victor da Cunha (Secretário de Estado da Presidência do Conselho)

REIG, Sílvia (Colaboradora no "Público")

REIS, Cândido (Eng.^o CP)

REIS, Carlos (Ministro da Educação de Cabo-Verde; Embaixador)

RELVAS, Alexandre (Secretário de Estado do Turismo)

RELVAS, Miguel (Secretário de Estado da Administração Local)

REVEZ, Jorge (Associação do Património de Mértola)

RIBEIRO, Jorge Martins (Professor)

RIBEIRO, Agostinho Álvares (Professor)

RIBEIRO, Alexandre (Presidente da Sociedade Portuguesa de Farmacologia)

RIBEIRO, António (Professor)

RIBEIRO, José Félix (GOP)

RIBEIRO, Orlando (Professor; Geógrafo)

RIBEIRO, Sérgio (Deputado)

RIBERA, José António Moya (Diplomata)

RICUPERO, Rubens (Embaixador; antigo Ministro da Fazenda do Governo do Brasil) CARDOSO, Fernando Henrique (Presidente da República do Brasil)

RIDLEY, Nicholas (Secretário de Estado do Ambiente do Governo do Reino Unido)

RIESENHUBER, Heinz (Professor; Ministro da Ciência e da Educação do Governo da Alemanha)

RIO, Rui (Deputado; Presidente da Câmara Municipal do Porto)

RITZEN, Josef Marie (Ministro da Educação e das Ciências do Governo da Holanda)

ROCARD, Michel (Primeiro Ministro de França)

ROCHA, Arlindo (Escultor)

ROCHA, Ferreira da (Professor; Responsável pela avaliação do primeiro Quadro do Observatório do QCA-Quadro Comunitário de Apoio)

ROCHA, Manuel (Eng.^o; Ministro do Equipamento Social e Ambiente)

ROCHA, Paulo Mendes da (Arq.^o; Museu dos Coches de Lisboa)

RODRIGUES, Carvalho (Professor)

RODRIGUES, Alípio (Professor da Universidade do Porto)

RODRIGUES, Amália (Fadista)

RODRIGUES, António (Deputado)

RODRIGUES, Britaldo (Professor da Universidade de Aveiro; antigo Secretário de Estado do Ensino Superior)

RODRIGUES, Carlos (Deputado)

RODRIGUES, Carvalho (Professor; Prémio da Boa Esperança)

RODRIGUES, Ferro (Deputado PS; Ministro; Presidente da Assembleia da República)

RODRIGUES, João Bernardo (Eng.^o)

RODRIGUES, José Machado (Deputado)

RODRIGUES, Maria da Conceição (Deputada)

RODRIGUES, Paulo (Deputado)

RODRIGUES, Sarmento (Almirante)

ROMEOS, Georgios (Ministro dos Assuntos Económicos do Governo da Grécia)

ROMITA, Giuseppe (Ministro dos Fundos Estruturais do Governo de Itália)

ROMITA, Pier Luigi (Ministro per il coordinamento delle politiche comunitarie)

ROOY, Ivonne Van (Ministra do Governo da Holanda)

ROSA, Carlos Alberto (Sub-Secretário de Estado Adjunto)

ROSA, Vassalo (Arq.^o; Expo'98)

ROSAS; Etheline

ROSELA, Pedro (Deputado)

ROSETA, Agostinho (Presidente da UGT; Membro do Conselho Económico e Social)

ROSETA, Helena (Arq.^o)

ROSETA, Pedro (Presidente da Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura; Deputado)

RUBERTI, António (Comissário Europeu da Ciência; Ministro da Ciência do Governo de Itália; Antigo Reitor da Universidade de Roma La Sapienza)

RUBIA, Carlo (Professor; Director-executivo do CERN-
Conseil Européen pour la Recherche Nucléaire)
RUDER (Ministro do Governo da Alemanha)
RUEFF, José (Professor)
RUFINO, Rui
RUIVO, Mário (Professor; Agência Europeia de Segurança
Marítima em Portugal)

S

SÁ, Luís (Deputado PCP)
SAINSBURY, Timothy (Ministro da Indústria do Governo
do Reino Unido)
SALDANHA, Luís (Professor; Investigador marítimo
especialista em Oceanografia Biológica e de Ictiologia)
SALEMA, Carlos (Professor; Presidente do JNICT)
SALGADO, Nuno (Inspector-geral da Administração do
Território)
SALGUEIRO, João (Sub-secretário de Estado do
Planeamento Económico; Ministro das Finanças)
SALZER (Deputado alemão do Parlamento Europeu)
SAMPAIO, Arnaldo (Director-geral da Saúde)
SAMPAIO, Joaquim (Professor)
SAMPAIO, Jorge (Deputado PS; Presidente da Câmara
Municipal de Lisboa; Presidente da República)
SAMPAIO, Julieta (Deputada)
SANCHES, Rui (Eng.º especialista em Hidráulica; Ministro
das Obras Públicas)
SANCHEZ, Paloma (Professora; Directora do Comité da
Ciência e Tecnologia da OCDE)
SANO (Académico especialista da OCDE)
SANTANA, Albertino (Eng.º; Gestor PEDIP)
SANTANA, Pires (Professor)
SANTER, Jacques (Presidente da Comissão Europeia;
Primeiro-Ministro do Luxemburgo)
SANTOS, Eugénio dos (Professor e Investigador de
História do Brasil na Faculdade de Letras da Universidade
do Porto)
SANTOS, Hélder (Deputado PSD)
SANTOS, Sérgio Machado dos (Professor na Universidade
do Minho)
SANTOS, Agostinho Almeida (Professor da Universidade
de Coimbra; Grupo de Trabalho para o Estudo da Medicina
Familiar, Fertilidade e Reprodução Humana)
SANTOS, Alberto (Presidente da Comissão de
Coordenação da Região do Centro)
SANTOS, Alexandre Soares dos (Fundação Francisco
Manuel dos Santos)
SANTOS, Almeida (Professor)

SANTOS, António de Almeida (Ministro de Estado com a
tutela da JNICT)
SANTOS, António Pedro (Eng.º)
SANTOS, Capoulas (Deputado)
SANTOS, Filipe Duarte (Director do Observatório
Astronómico de Lisboa)
SANTOS, Francisco Lopes dos
SANTOS, Gameiro dos (Deputado PS)
SANTOS, José Fernando Pinto dos (Eng.º)
SANTOS, Manuel dos (Deputado PS)
SANTOS, Maria (Deputada "Os Verdes")
SANTOS, Maria Fernanda Ribeiro dos (Comissão de
Planeamento Regional do Norte)
SANTOS, Marques dos (Professor; Reitor da Universidade
do Porto)
SANTOS, Ribeiro dos (Deputado)
SANTOS, Sérgio Machado dos (Professor; Reitor da
Universidade do Minho)
SANZ (Deputado do Parlamento Europeu)
SARAIVA, António José (Professor)
SARAIVA, José Hermano (Professor)
SARMENTO, Joaquim (Professor da Faculdade de
Engenharia da Universidade do Porto)
SCHLECHT, Otto (Secretário de Estado da Economia e
Tecnologia do Governo da Alemanha)
SCHMIDHUBER (Comissário Europeu para os Assuntos
Económicos)
SCIMEMI (Académico especialista da OCDE)
SEABRA, José Augusto (Embaixador; Representante de
Portugal na UNESCO)
SEABRA, Zita (Deputada do PCP)
SEARA, Fernando (Presidente da Câmara Municipal de
Sintra)
SEMPRÚN, Jorge (Escritor)
SENA, António (Pintor)
SENGHOR, Léopold Sédar (Presidente do Senegal; Poeta)
SEQUEIRA, Eugénio Menezes de (Presidente da Liga para
a Protecção da Natureza)
SEQUEIRA, Lúdia
SÉRGIO, António (Político; Pedagogo)
SÉRGIO, Manuel (Partido PSN-Solidariedade Nacional)
SERRA, José Pedro (Professor de Filosofia na Faculdade
de Letras da Universidade de Lisboa)
SERRANO, Luís (Governador Civil de Beja)
SERRÃO, Adérito (Adjunto de Secretário de Estado;
Presidente da CIEA- Comissão Instaladora do
Empreendimento do Alqueva)

SERRÃO, Daniel (Professor; IPATIMUP; Conselho Superior de Ciência e Tecnologia)

SHEVARDNADZE, Eduard (Ministro das Relações Exteriores da União Soviética)

SIDOW, von (Sub-secretário permanente da Ciência da Suécia)

SILVA, António Carlos (Arqueólogo)

SILVA, Azevedo e (Programa eleitoral do PSD para as eleições)

SILVA, Daniel Pinto da (Eng.º)

SILVA, Francisco Ribeiro da (Professor de História da Universidade do Porto)

SILVA, Helena Vaz da (Deputada)

SILVA, João Macedo (RAR)

SILVA, Abílio Ferreira da (Professor)

SILVA, Agostinho da (Professor)

SILVA, Alberto Costa e (Embaixador do Brasil em Lisboa)

SILVA, Amado da (Responsável pela avaliação do primeiro Quadro do Observatório do QCA–Quadro Comunitário de Apoio)

SILVA, Aníbal Cavaco (Professor; Ministro das Finanças do Primeiro-Ministro Sá Carneiro; Primeiro Ministro)

SILVA, António Duarte (Eng.º; Ministro da Agricultura)

SILVA, Artur Santos (Banqueiro)

SILVA, Bastos e (Eng.º; Secretário Regional da Juventude dos Açores)

SILVA, Carvalho da (CGTP–IN)

SILVA, Cruz e (Professor; Presidente do IICT–Instituto de Investigação Científica Tropical; Membro do Conselho Superior de Ciência e Tecnologia)

SILVA, Dias (Arq.º; Presidente da Associação dos Arquitectos Portugueses)

SILVA, Domingos

SILVA, Ferreira da (Professor universitário; Historiador)

SILVA, Francisco (CAP)

SILVA, Fraústo da (Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação; Investigador e Professor Instituto Superior Técnico)

SILVA, Frederico Montiro da (Presidente da BRISA)

SILVA, Guilherme (Deputado; Presidente da Comissão Parlamentar de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias)

SILVA, Joaquim da Cruz e (Professor; Presidente do Instituto de Investigação Científica Tropical)

SILVA, José António (Deputado)

SILVA, José Vieira da (Secretário de Estado Obras Públicas)

SILVA, Luís Palha da (Secretário de Estado da Distribuição e Concorrência)

SILVA, Lula da (Presidente do Brasil)

SILVA, Maria Lêda Oliveira Alves da (Professora)

SILVA, Maria Manuela (Economista)

SILVA, Miranda da (Deputado)

SILVA, Neves da (Deputado PS)

SILVA, Nuno Ribeiro da (Deputado; Secretário de Estado da Juventude)

SILVA, Oliveira e (Deputado PS)

SILVA, Pereira Maques

SILVA, Raquel Henriques da (Directora do Museu de Arte Contemporânea do Chiado)

SILVA, Vicente Jorge (Jornalista)

SILVA, Vieira da (Deputado)

SILVESTRE, Melício (Professor)

SIMÃO, Veiga (Professor; Político)

SIMITIS, Konstantinos (Político; Ministro; Primeiro-Ministro do Governo da Grécia)

SIMÕES, Nogueira (Eng.º; Conselho Económico e Social)

SIMÕES, Sobrinho (Professor da Universidade do Porto)

SKONNEN (Académico especialista da OCDE)

SMET, Miet (Ministra do Ambiente do Governo da Bélgica)

SMITH, Michael (Ministro do Ambiente do Governo da Irlanda)

SOARES, João (Eng.º CAP–Confederação da Agricultura Portuguesa; Direcção–Geral das Florestas)

SOARES, Jaime (Presidente da Camara Municipal de Vila Nova de Poiares)

SOARES, Joaquina (Arqueóloga)

SOARES, Mário (Primeiro-Ministro; Presidente da República)

SOARES, Meira (Reitor da Universidade de Lisboa)

SOETE, Luc (Professor)

SOLANA, Javier (Ministro da Educação do Governo de Espanha; Professor de Física, responsável pela política externa da União Europeia)

SOLBES, Pedro (Secretário de Estado para os Assuntos Europeus)

SOLCHAGA, Carlos (Ministro da Economia e Fazenda de Espanha)

SOLIMA (Director do FEDER)

SOLOW, Robert (Professor; Prémio Nobel da Economia)

SOTERO, Leopoldo Calvo (Político espanhol; Presidente da SUDIGA–Sociedad para el Desarrollo Industrial de Galicia)

SOUSA, Ângelo de (Pintor)

SOUSA, Fernando de (Deputado),
SOUSA, Freire de
SOUSA, José Sócrates Pinto de (Eng.º; Ministro do
Ministro, Ambiente e do Ordenamento do Território)
SOUSA, Marcelo Rebelo de (Professor; Presidente do PSD)
SOUSA, Maria de (Professora)
SOUSA, Pais de (Deputado)
SOUTINHO, Alcino (Arq.º)
SOUZA, Manuel Inocêncio (Eng.º; Ministro das Obras
Públicas de Cabo-Verde)
SPÄTH, Lothar (Ministro-presidente do Baden-
Württemberg)
SPENNITHORNE, Brittan of (Lord; Vice-presidente da
Comissão Europeia)
SPÍNOLA, António (Marechal)
SPITAEELS, Guy (Ministro-presidente da Valónia; Ministro
do Governo da Bélgica)
STEICHEN, René (Comissário da Agricultura e
Desenvolvimento Regional; Ministro do Governo do
Luxemburgo)
STOCK, Maria José (Professora; Presidente da Comissão
Instaladora da Fundação das Descobertas)
STOLERU, Lionel (Secretário de Estado do Governo da
França)
STUNS (Professor Universidade sueca de Uppsala)
SULLEROT, Evelyne (Escritora francesa)

T

TAÍNHA, Manuel (Arq.º)
TAVARES, Alberto Nunes (Oficial)
TAVARES, Amândio (Professor)
TAVARES, António Segadães (Eng.º)
TAVARES, Mendonça (CAP; Membro do Conselho
Económico e Social)
TAVARES, Raposo
TAVEIRA, António de Sousa (Eng.º; Professor de
Hidráulica Aplicada e de Portos)
TEIXEIRA, Apolónia (Deputada)
TEIXEIRA, Aristides (Deputado)
TEIXEIRA, Carlos
TEIXEIRA, Crisóstomo (Deputado)
TEIXEIRA, Manuela (Presidente da FENPROF; Membro do
Conselho Económico e Social)
TEIXEIRA, Octávio (Deputado do PCP)
TELES, Nelson
TELLES, Gonçalo Ribeiro (Arq.º Paisagista; Sub-
secretário de Estado do Ambiente)

THATCHER, Margaret (Primeira-Ministra do Reino Unido)
THEATO
THYSSEN (Professor responsável pela reconstrução de
Roterdão)
TODO-BOM, Luís (Eng.º)
TOMÁS, Américo (Almirante)
TOMÉ, Maria João Paiva Boléo (Presidente da
Confederação das Associações de Pais)
TOMÉ, Mário (Deputado)
TOMLINSON
TÖPFER, Klaus (Ministro do Ambiente e da Segurança
Nuclear da República Federal da Alemanha)
TORGAL, Reis (Professor)
TORNVALL (Ministro do Governo da Suécia)
TORRES, Cláudio (Arqueólogo)
TREACY, Noel (Ministro de Estado no Departamento das
Finanças do Governo da Irlanda)
TRIBOLET, José (Professor INESC- Instituto de
Engenharia de Sistemas e Computadores, Tecnologia e
Ciência)
TRINDADE, Rocha (Professor; Reitor da Universidade
Aberta)
TRONI, Alarcão (Secretário de Estado; Administrador dos
CTT)
TSIPLAKOS, Aristidis (Sub-secretário de Estado da
Economia do Governo da Grécia; Ministro da Grécia))
TULARD, Jean (Professor)
TURCAT, André (Comandante; Aviador)
TZOHATZOPOULOS (Ministro da Grécia)
U
URBANO, Dias (Professor da Faculdade de Engenharia da
Universidade de Coimbra)
URSPRUNG, Heinrich (Professor; Conselheiro Federal do
Governo da Suíça para a Ciência e Tecnologia)
URSPRUNG, Philip (Professor; Conselheiro do Ministro da
Ciência do Governo da Suíça)
V
VAIRINHOS, António (Deputado PSD)
VALDEZ, Vasco (Secretário de Estado dos Assuntos
Fiscais)
VALE, Fernando Almiro do (Eng.º; Chefe de Gabinete do
Ministro da Educação)
VALERA, João (Embaixador)
VALLADA, Paulo (Eng.º)
VARA, Armando (Deputado PS)
VARÃO, Proença (Advogado)
VARELA, João (Professor)

VARELA, Santos (Eng.º; Ministério da Agricultura)
VARFIS (Comissário grego)
VARGAS, António Pinho (Músico)
VASCONCELOS, Diogo de (Coordenador da Comissão Interministerial)
VASCONCELOS, Pestana de (Arqueólogo)
VAZ, Cunha (Professor de Medicina na Universidade de Coimbra; Conselho Superior de Ciência e Tecnologia)
VEIGA, Orlando (Membro da REPER–Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia)
VEIL, Simone (Presidente do Grupo Parlamentar Liberal, Democrata e Reformista do Parlamento Europeu)
VELOSO, António Santos (Eng.º)
VELOSO, Sousa (Eng.º Agrónomo; Apresentador de programas televisivos)
VELOSO, Pires (Brigadeiro; Major–General)
VERSCHEVER (Académico especialista da OCDE)
VIANA, João Almeida (General)
VIATTE (Académico especialista da OCDE)
VICENTE, Ana (Escritora)
VICENTE, António Pedro (Eng.º; Professor)
VICENTE, Arlindo
VICTOR, Luís Mendes (Professor; Presidente do INMG– Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica)
VIDIGAL, Luís (Professor INESC)
VIEGAS, José Manuel (Eng.º; Professor; RATP)
VIEIRA, Álvaro Siza (Arq.º Prémio Pritzker)
VIEIRA, João (Pintor)
VIEIRA, José Neiva (Colecionador especialista em árvores e florestas de Portugal)
VIEIRA, Nino (Presidente da Guiné–Bissau)
VIEIRA, Pedro (Eng.º)
VIEIRA, Teresa (Instituto Pedro Nunes)
VIEIRA, Vasco Rocha (General; último Governador de Macau)
VIGNON (Ministro da França)
VILA–FRANCA, César (Presidente da Câmara Municipal de Castelo–Branco)
VILAR, Rui (Comissário da Exposição Europália–Bruxelas)
VILARES, Manuel (Professor; Presidente do INE)
VIOLANTE, António (Gestor da firma Mckinsey & Company)
VITORINO, Ana Paula (Eng.º; Metro do Sul do Tejo)
VITORINO, José (Presidente da Câmara Municipal de Monchique)
VITORINO, Nuno (Presidente do Observatório do QCA– Quadro Comunitário de Apoio)

VIVEIROS, Natalino (Presidente da Câmara Municipal de Lagôa)

W

WALDEGRAVE; William (Ministro do Governo do Reino Unido)

WEIZSÄCKER, Richard von (Presidente da República Federal da Alemanha)

WELLESLEY, Arthur Valerian (8.º Duque de Wellington)

WEST, Richard (Investigador dinamarquês do ESO)

WILLIAMSON (Secretário–geral da Comissão)

WISE, Peter (Jornalista do Financial Times)

WOLF–MATHIES Monica (Comissária alemã para o Desenvolvimento Regional)

X

XAVIER António (Professor; Investigador do ITQB Oeiras– Instituto de Biologia Experimental e Tecnologia)

XAVIER, Lobo (Deputado CDS)

Y

YELTSIN, Boris (Presidente da Rússia)

Z

ZABALZA, António (Secretário de Estado de Planificación y Presupuestos, do Governo de Espanha)

ZARAGOZA, José (Secretário de Estado do Governo de Espanha)

ZELLER, Alfonso (Secretário de Estado do Governo da Baviera)

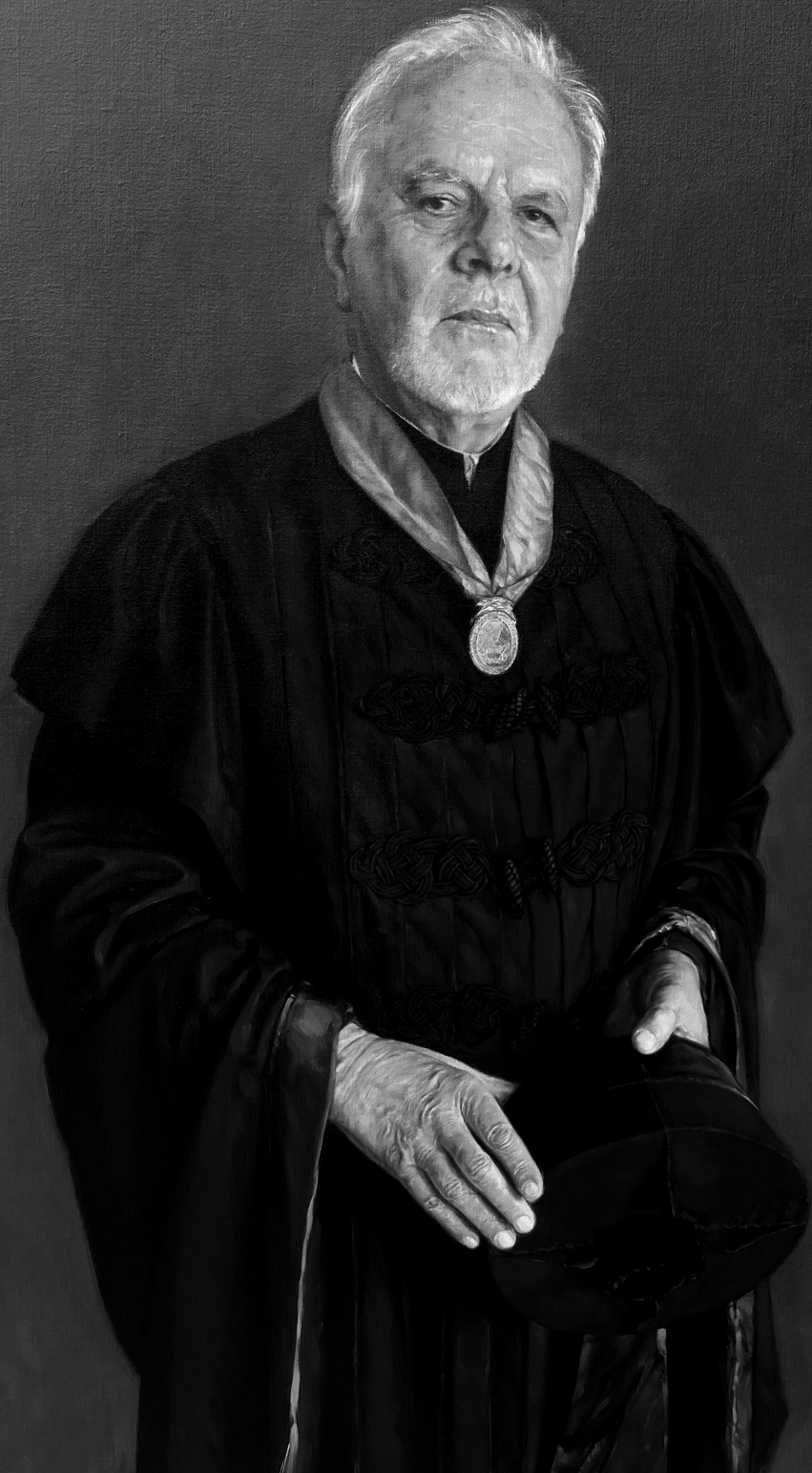


ÚLTIMA NOTA

Ao contrário do que alguns pensam, do outro lado da aposentação não há nada!... Uns julgam que se lhes abrirá um tempo de lazer de valor inestimável, permitindo-lhes ler o que nunca leram e fazer exercícios que lhes assegurarão a eterna juventude. Nada mais errado! Só há um vazio difícil de preencher.

Ora eu não gosto de jogar às cartas, nem sei fazer tapetes de Arraiolos. Por isso entreguei-me à escrita. Essa é a razão pela qual as memórias ultrapassaram as quatro mil e seiscentas páginas, reclamando a capacidade de síntese de um outro para acomodar o texto numa extensão legível. Mas há historiadores que podem querer saber o pormenor do meu tempo e dos acontecimentos de que fui testemunha ou intérprete.

Foi assim que surgiu um “e-book”, acompanhado de umas dezenas de exemplares de papel, catorze destinados às instituições de depósito obrigatório e um para ficar comigo. Acresce, ainda, uma edição limitada em suporte digital com embalagem especial em madeira. É que ainda se sabe pouco acerca da evolução do suporte electrónico e eu ficaria triste se viesse a verificar que, por via de um “click” errado, tudo havia desaparecido num dia na “cloud”, sem deixar rasto. Eu sei que o texto é, antes de mais, a marca de um investimento de terapia ocupacional. Mas, além disso, tem pormenores acerca de uma época e de acontecimentos que não têm mais ninguém para dizer como foram. Por isso convém que deles se deixe um registo. Haverá, seguramente, um cronista a beneficiar do esforço feito.



AGRADECIMENTOS

Eu não tolero que as coisas que podem ser bem feitas sejam atamancadas de qualquer maneira. O esforço suplementar exigido reclama, sobretudo, uma escolha criteriosa daqueles que realizam as tarefas que nós não sabemos fazer.

Há muitos anos que eu admiro o extremo bom gosto, a criatividade e o rigor do Rui Mendonça, designer e professor na Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto. Cruzei-me com ele em trabalhos diversos, nomeadamente nos que assinalaram o centenário da fundação da Universidade do Porto.

Num dos nossos almoços, contei-lhe que estava a escrever as minhas memórias. E com a espontaneidade e generosidade que os seus amigos lhe reconhecem, logo me disse que teria todo o gosto em assumir o encargo do respectivo “design” e coordenação editorial. Honestamente, julgo que ele não avaliou o peso do sarilho em que se metia, mas eu aceitei, sem hesitar, a oferta. Por isso lhe estou muito reconhecido. Para prolongar a preocupação com a qualidade, mais tarde, depois de ter contactado com a obra, sugeri-me a necessidade de inclusão de imagens, para ilustrar e humanizar o documento, e a revisão do texto, tendo proposto o nome da Norma Pott para o fazer. Quando anuí eu não adivinhava como, além de divertida, a tarefa iria ser tão escrupulosamente executada por si. Agradeço muito a sua paciência, o seu rigor e, também, o seu sentido de humor. Além disso aguentou, sem desfalecimentos, a minha conhecida teimosia.



DEPOIMENTO

A Doutora Norma Pott e o Professor Rui Mendonça, pelas funções que desempenharam na elaboração deste livro, de revisora do texto e de designer e coordenador de toda a obra, respectivamente, foram os seus primeiros leitores. Quiseram ter a generosidade de elaborar um depoimento sobre o seu conteúdo. A maneira que o autor tem de lhes exprimir o seu reconhecimento é incorporá-lo como último elemento do conjunto.

Agradecimento

ao Ser sobre o Saber Ser

Luís Valente de Oliveira é uma das figuras cimeiras da sociedade portuguesa, como político democrata, diplomata, professor, escritor e homem erudito e dedicado à cultura, à educação, à arte... à casa comum.

Estas memórias, com vida e obra, a que chamou Trilhos, espelham, notoriamente, o homem curioso, dinâmico, confiante, pragmático, perseverante e optimista perante a vida. Um exemplo para todos, nomeadamente para as novas gerações pelo seu contributo para a evolução da ciência, da educação, da cultura e da sociedade em geral.

Esta obra é um impressionante testemunho da pessoa que está na vida activa da sociedade portuguesa desde 1978 até à atualidade, sempre com projectos e envolvido em iniciativas das mais diversificadas áreas. Com vastas referências a muitas figuras incontornáveis do destino do nosso país e do mundo com quem conviveu e até algumas de que se tornou amigo, a leitura destas memórias permite constatar com grande precisão que, efectivamente, o acesso à história se faz muitas vezes de pormenores e encontros que escapam aos grandes documentos, arquivos, livros ou mesmo aos meios de comunicação social. De ontem a hoje — a civilização, a cultura, a literatura, a educação, a economia, a tradição, a religião, a natureza... — nada escapa a esta narrativa pessoal, totalmente desafiante para quem busca saber um pouco mais da história de Portugal contemporâneo, inserido no espaço europeu.

Luís Valente de Oliveira, nestes seus trilhos pelo mundo, cruza a época com o homem e interpreta os acontecimentos externos com a sua pessoal sensibilidade, numa escrita elegante, clara e ágil, um pouco ao estilo british, porque alinhada em frases curtas e contida na adjetivação. Um registo profundamente rico e fundamentado com datas, nomes e detalhes que não deixam margem para dúvidas sobre o rigor dos factos expostos.

No campo testemunhal sobressai uma vida plena de partilhas e relações pessoais e sociais, com destaque para a Europa que viu crescer e para a qual significativamente contribuiu, numa época de viragem e de renovação de identidade enquanto comunidade europeia num espaço de acção cada vez mais alargado. Mas, talvez imbuído do espírito de navegante bem característico dos portugueses, o seu olhar não se foca apenas na Europa, mas no mundo à escala global, onde também se destacam as ligações aos países PALOP, designadamente uma especial estima por Cabo-Verde. Tudo isto sem, todavia, perder o interesse nacional e o apreço pela nossa língua, cultura e património.

Ao longo de toda esta narrativa biográfica é, igualmente, visível o seu sentido de humor, o qual, diríamos nós, talvez seja um dos seus lados mais sedutores. Digamos que, nos mais diversos exemplos e contextos, ou mesmo perante assuntos bem sérios, prevalece uma ironia qb que incita constantemente o leitor à busca e à reflexão.

As suas críticas, muitas vezes destemidas, têm um cunho absolutamente pessoal que o revelam como um homem frontal e de carácter. Aliás, perante determinados pedidos de influência ao ministro, respostas como as que se seguem são disso bons exemplos: “Efectivamente, nunca ninguém me bateu à porta para comunicar que havia feito poupanças...” ou “A ignorância é sempre atrevida!...”. Ou mesmo noutras frases, onde nem mesmo o seu sentido patriótico influencia a sua avaliação: “...a responsabilidade de tanta estrada é de todos os Portugueses! (...) Poucas iniciativas devem ter tido um apoio tão generalizado e insistente como a construção de estradas! (...) o que fazia realmente mover as instâncias locais, em 2002, ainda eram as estradas!... E já íamos com mais de vinte anos a dar prioridade às mesmas. Eram inesgotáveis as reivindicações a este respeito. Sempre expressas com a maior paixão!... (...) Como de costume, eu continuava a receber Autarcas. Quando passo em revista as notas dessas audiências verifico que quase 100% respeitam a estradas, a obras de conservação em estradas, a trechos que têm de ser complementados, a novos nós que garantam melhor acessibilidade a certas partes do território e coisas semelhantes...”.

Composta por doze volumes, esta obra é um autêntico depoimento directo do dia-a-dia de um homem e ministro que, tendo participado de vários governos, em épocas e com pastas distintas, acabou por intersectar variadíssimos assuntos: a agricultura e as florestas; os fogos florestais; a regionalização; a relação entre os municípios e as autarquias; os sectores da Educação, da Ciência e da Tecnologia; a sinistralidade, a segurança rodoviária e a sinalética nas estradas; os metropolitanos; a TAP e os aeroportos; os portos, os transportes marítimos e a navegação marítima; o património arquitectónico; o parque automóvel, a formação dos taxistas e a obrigatoriedade do uso do cinto de segurança; o Céu Único Europeu; o TGV; as SCUT; a CP e a REFER; a Expo'98; o Parque-Expo; a navegabilidade no Douro; o EURO 2004; as directivas comunitárias para os vários quadrantes e que, por exemplo, para o ambiente, vão de assuntos graves como a poluição dos rios até à simples proibição de fumar nos espaços fechados que tanto alarido provocou quando foi legislada; etc. Hoje há uma série de aspectos nas nossas vidas que estão de tal modo enraizados que até parece que sempre assim foram. Porém, realidades aparentemente simples, como a possibilidade de um estudante ter uma bolsa de Erasmus ou de um casal com problemas de infertilidade ter acesso à inseminação artificial para gerar um bebé, correspondem a um longo percurso de trabalho, reflexões, discussões, cedências, lutas e de deliberações

políticas, económicas, financeiras, sociais e éticas. Citando mais alguns exemplos, no domínio da educação, contámos com o seu envolvimento no aparecimento das Escolas Superiores de Educação, na regulamentação das condições de recrutamento de docentes para as disciplinas de Educação Musical, no início do Ensino Artístico, na reestruturação de cursos do Ensino Superior e dos respectivos planos de estudo, critérios gerais de acesso, sistema de atribuição de equivalências ou nas convenções internacionais... Ou, no domínio do Desporto, a concessão do diploma do controlo antidoping, a construção de diversos recintos desportivos, a regulamentação da formação pedagógica dos professores e da licenciatura em Educação Física, e tantas mais facetas e áreas de intervenção.

Efectivamente, ao longo da leitura destas “memórias-diário”, podemos observar a evolução de Portugal passo a passo, constatando como lugares e organizações de cimeira importância para os dias de hoje, que nos parecem existir desde sempre, resultam duma construção prolongada e que nem sempre foi fácil. Ora, tudo isto é possível encontrar nesta obra com grande detalhe – as reuniões prévias, os conselhos de ministros, os debates na Assembleia da República ou no Parlamento Europeu, entre tantos outros aspectos. De certo modo, com este registo aprende-se como se faz ou como se deve fazer política, o que é algo pouco acessível, mas deveras importante. Dos muitos exemplos mencionados nesta cronologia, destacam-se instituições de referência, tais como: Centro Cultural de Belém; Barragem do Alqueva; Fundação e Museu de Serralves; Parque da Cidade do Porto; Fundação-Museu do Oriente; Metro do Porto; Taguspark: Parque de Ciência e Tecnologia; LIPOR; Aeroporto de Santa Catarina (no Funchal). Muito embora também se possam mencionar outros locais e contextos que foram banidos do nosso horizonte por terem representado, no passado, graves problemas sociais, como é o caso do bairro lisboeta Casal Ventoso, que antes da reconversão, há cerca de 20 anos, era um verdadeiro hipermercado de droga.

Se é por demais evidente a imagem do “político” em Valente de Oliveira, por exemplo quando este refere com genuína admiração o Presidente da Comissão Europeia Jacques Delors ou nos faz ponderar sobre a importância do Tratado de Maastricht ou das iniciativas da OCDE, também não é de menos considerar a imagem do homem “erudito”, pelo modo como revela conhecer as plantas e as árvores pelos seus nomes, ou pelo modo como evidencia o seu apurado gosto por música, obras de arte, literatura e livros raros, museus, jardins

botânicos, arquitectura, colecionismo, mobiliário e decoração de interiores, viagens ou, até mesmo, pelo prazer no protocolo de saber bem receber. Em suma, nada lhe escapa, nem mesmo os sábios dotes de enófilo ou de gourmand que distintamente pudemos apreciar, nos variadíssimos encontros e almoços que desfrutámos na intimidade de sua casa. Sem dúvida, a edição desta obra foi um moroso processo que representou muito trabalho e dedicação, mas também o privilégio de muitos momentos ricos de conversa, partilha e cumplicidade que reforçaram a amizade.

Perscruta-se um lado sensível no autor que, desde logo, começou este relato a falar sobre a sua família, com afecto, delicadeza e admiração, passando depois para os colegas e professores do colégio e destes para outras esferas públicas que, manifestamente, comprovam que é sociável e gosta de se relacionar. Por outro lado, é possível observar nos seus traços uma impaciência notória que, podendo considerar-se como sendo uma característica pouco abonatória, afigura ser, para este Engenheiro de formação, um motor que providencialmente sabe engrenar. Isto é, sobressai desta agitação a coerência com o homem movido por ideais, que não se esquece nem desiste daquilo em que verdadeiramente acredita. Eis, então, uma boa junção dos ideais humanitários e éticos, bem evidente quando profere: “Deve sempre governar-se mantendo uma linha firme, assente em princípios éticos sólidos.” ou “Eu gostaria de ver o meu País progredir, no domínio material, intelectual e moral.”.

Bem haja Professor Valente de Oliveira, por este registo histórico e pedagógico que nos deixa e por tudo o que fez por nós e por Portugal!

Norma Pott e Rui Mendonça

Porto, março de 2021

PLANO GERAL DA OBRA

VOLUME 1 – INTRODUÇÃO E CAPÍTULOS I A IX

CAP. I / INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA;

CAP. II / A UNIVERSIDADE;

CAP. III / O SERVIÇO MILITAR;

CAP. IV / OS PRIMEIROS TEMPOS DE DOCENTE;

CAP. V / OS TEMPOS DA HOLANDA;

CAP. VI / OS TEMPOS DE LONDRES;

CAP. VII / O REGRESSO AO PORTO;

CAP. VIII / O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA;

CAP. IX / NOVO REGRESSO AO PORTO.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS / CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

VOLUME 2 – CAPÍTULOS X A XIV

CAP. X / A IDA PARA O MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO;

CAP. XI / O PLANEAMENTO E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO X.º GOVERNO CONSTITUCIONAL (1985-87);

CAP. XII / A ADMINISTRAÇÃO LOCAL E O ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO NO X.º GOVERNO CONSTITUCIONAL;

CAP. XIII / O AMBIENTE E OS RECURSOS NATURAIS NO X.º GOVERNO CONSTITUCIONAL;

CAP. XIV / A INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA NO X.º GOVERNO CONSTITUCIONAL.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS / CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

VOLUME 3 – CAPÍTULOS XV E XVI

CAP. XV / NA PRIMEIRA METADE DO XI.º GOVERNO CONSTITUCIONAL (1987-1989)

CAP. XVI / A ADMINISTRAÇÃO LOCAL E O ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO NA PRIMEIRA METADE DO XI.º GOVERNO CONSTITUCIONAL

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS / CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

VOLUME 4 – CAPÍTULOS XVII A XX

CAP. XVII / O PLANEAMENTO E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA PRIMEIRA METADE DO XI.º GOVERNO CONSTITUCIONAL (1987-1989)

CAP. XVIII / O AMBIENTE E OS RECURSOS NATURAIS NO XI.º GOVERNO CONSTITUCIONAL

CAP. XIX / A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA NA PRIMEIRA METADE DO XI.º GOVERNO CONSTITUCIONAL

CAP. XX / A SEGUNDA METADE DO XI.º GOVERNO CONSTITUCIONAL

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS / CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

VOLUME 5 – CAPÍTULOS XXI A XXIII

CAP. XXI / ADMINISTRAÇÃO LOCAL E O ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO NA SEGUNDA METADE DO XI.º GOVERNO CONSTITUCIONAL (1989-1991)

CAP. XXII / O PLANEAMENTO E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA SEGUNDA METADE DO XI.º GOVERNO CONSTITUCIONAL

CAP. XXIII / A CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA SEGUNDA METADE DO XI.º GOVERNO CONSTITUCIONAL

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS / CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

VOLUME 6 – CAPÍTULO XXIV

CAP. XXIV / NA PRIMEIRA METADE DO XII.º GOVERNO CONSTITUCIONAL (1991-1993)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS / CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

VOLUME 7 – CAPÍTULOS XXV E XXVI

CAP. XXV / A ADMINISTRAÇÃO LOCAL E O ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO NA PRIMEIRA METADE DO XII.º GOVERNO CONSTITUCIONAL (1991-1993)

CAP. XXVI / O PLANEAMENTO E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA PRIMEIRA METADE DO XII.º GOVERNO CONSTITUCIONAL

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS / CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

VOLUME 8 – CAPÍTULOS XXVII E XXVIII

CAP. XX/ A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA NA PRIMEIRA METADE DO XII.º GOVERNO CONSTITUCIONAL (1991-1993)

CAP. XX/ NA SEGUNDA METADE DO XII.º GOVERNO CONSTITUCIONAL (1993-1995)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS / CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

VOLUME 9 – CAPÍTULOS XXIX E XXX

CAP. XXIX/ A ADMINISTRAÇÃO LOCAL E O ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO NA SEGUNDA METADE DO XII.º GOVERNO CONSTITUCIONAL (1991-1993)

CAP. XXX/ O PLANEAMENTO E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA SEGUNDA METADE DO XII.º GOVERNO CONSTITUCIONAL

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS / CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

VOLUME 10 – CAPÍTULOS XXXI A XXXV

CAP. XXXI/ A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA NA SEGUNDA METADE DO XII.º GOVERNO CONSTITUCIONAL (1993-1995)

CAP. XXXII/ UM NOVO REGRESSO AO PORTO

CAP. XXXIII/ O “CAVAQUISMO”

CAP. XXXIV/ A REGIONALIZAÇÃO

CAP. XXXV/ A PREPARAÇÃO DO PROGRAMA ELEITORAL DO PSD PARA AS ELEIÇÕES DE 1995

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS / CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

VOLUME 11 – CAPÍTULOS XXXVI E XXXIX

CAP. XXXVI/ NO XV.º GOVERNO CONSTITUCIONAL (DE ABRIL DE 2002 A ABRIL DE 2003)

CAP. XXXVII/ AS OBRAS PÚBLICAS NO XV.º GOVERNO CONSTITUCIONAL

CAP. XXXVIII/ OS TRANSPORTES NO XV.º GOVERNO CONSTITUCIONAL

CAP. XXXIX/ A HABITAÇÃO NO XV.º GOVERNO CONSTITUCIONAL

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS / CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

VOLUME 12 – CAPÍTULOS XL A XLIX

CAP. XL/ O ÚLTIMO REGRESSO AO PORTO

CAP. XLI/ A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO PORTO

CAP. XLII/ AS AUTO-ESTRADAS DO MAR

CAP. XLIII/ AS VIAGENS

CAP. XLIV/ A BIBLIOFILIA

CAP. XLV/ A MINHA ACTIVIDADE COMO EDITOR

CAP. XLVI/ COMEMORAÇÕES, EVOCAÇÕES, EXPOSIÇÕES E CONFERÊNCIAS

CAP. XLVII/ ALGUMAS PESSOAS NOTÁVEIS QUE CONHECI

CAP. XLVIII/ GENTE SEM A QUAL EU PASSO BEM

CAP. XLIX/ CONTRARIEDADES E INSUCESSOS

CODA

POSFÁCIO

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS / CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

ÍNDICE ONOMÁSTICO

ÚLTIMA NOTA

AGRADECIMENTOS

UM DEPOIMENTO

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

Trilhos. Memórias.
Por vezes, quase um diário.
(VOLUME 12 DE 12)

DESIGN E COORDENAÇÃO EDITORIAL

Rui Mendonça

TEXTO

Luís Valente de Oliveira

REVISÃO DO TEXTO

Norma Pott

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

Greca Artes Gráficas

DEPÓSITO LEGAL 00000/22

ISBN 978-972-8961-17-6

DATA 09/2022

EDIÇÃO

Edições Gémeo
Rua da Reboleira, 49
4050-492 Porto



AS EDIÇÕES GÉMEO
MANIFESTAM O SEU RECONHECIMENTO
A TODAS AS PERSONALIDADES E INSTITUIÇÕES
QUE CONTRIBUÍRAM PARA A EDIÇÃO
DESTE DOCUMENTO.

VOLUME 12/12

Este documento faz parte de uma obra composta por doze volumes, não devendo qualquer um deles ser entendido autonomamente. É possível consultar no final de cada um o Plano Geral da Obra.

Existe, também, uma edição limitada em suporte digital com embalagem especial em madeira (gentilmente produzido pela SPSS).

A obra completa em suporte digital e de papel está alojada na Biblioteca da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

OBRA COMPLETA (12 VOLUMES)

<https://doi.org/10.24840/978-972-8961-17-6>

VOLUME 12

https://doi.org/10.24840/978-972-8961-17-6_12

